



VIII LEGISLATURA

1.ª SESSÃO LEGISLATIVA (1999-2000)

## REUNIÃO PLENÁRIA DE 2 DE FEVEREIRO DE 2000

Presidente: Ex <sup>mo</sup> Sr. António de Almeida Santos

Secretários: Ex <sup>mos</sup> Srs Artur Rodrigues Pereira dos Penedos  
Ana Maria Sequeira Mendes Pires Manso  
António João Rodeia Machado  
António José Carlos Pinho

## SUMÁRIO

O Sr Presidente declarou aberta a sessão as 15 horas e 35 minutos

**Antes da ordem do dia** — Deu-se conta da apresentação das propostas de lei n<sup>o</sup> 15 a 17/VIII, dos projectos de lei n<sup>o</sup> 88 a 91/VIII, da proposta de resolução n<sup>o</sup> 11/VIII, dos projectos de resolução n<sup>o</sup> 24 a 27/VIII, do projecto de deliberação n<sup>o</sup> 6/VIII, da apreciação parlamentar n<sup>o</sup> 10/VIII, de requerimentos e de respostas a alguns outros

Em declaração política, o Sr Deputado Rosado Fernandes (CDS-PP) lamentou o decréscimo que se tem vindo a verificar nas nossas pescas, chamando a atenção da Câmara para a respectiva quota que nos faltava preencher

Também em declaração política, o Sr Deputado Medeiros Ferreira (PS), em nome dos ideais democráticos do seu partido e do futuro europeu, condenou a participação de um partido de extrema-direita no governo da Áustria, tendo respondido a pedidos de esclarecimento dos Srs Deputados Antonio Capucho (PSD), Basílio Horta (CDS-PP), Manuel Alegre (PS), Lino de Carvalho (PCP) e Paulo Portas (CDS-PP)

Igualmente em declaração política, o Sr Deputado Honório Novo (PCP) chamou a atenção para o atraso em que se encontra o projecto do metro do Porto, apesar de responder aos pedidos de esclarecimento dos Srs Deputados Jose Saraiva (PS), Manuel Moreira (PSD), Manuel Querido (CDS-PP) e Fernando Jesus (PS)

Ainda em declaração política, o Sr Deputado Luis Fazenda (BE), concordando com a posição da presidência portuguesa da União Europeia contra a Áustria, solicitou ao Governo a abertura de um novo período de legalização de imigrantes, reagiu-se com o desfecho do inquérito sobre as agressões policiais ocorridas em esquadrões na cidade do Porto e deu conta das principais medidas saídas da I Convenção Nacional do Bloco de Esquerda

Do mesmo modo, em declaração política, o Sr Deputado Rui Gomes da Silva (PSD) criticou o Governo pela falta de soluções para a área da saúde e deu conta do estado em que se encontra o Hospital de Cascais

Foi aprovado o voto n<sup>o</sup> 47/VIII — De congratulação pela aprovação, em Montreal, do Protocolo de Biossegurança, que adoptou o princípio da precaução e o princípio da não subordinação (PS, PSD, PCP, CDS-PP, Os Verdes e BE)

**Ordem do dia** — Foi discutido, na generalidade, do projecto de lei n<sup>o</sup> 56/VIII — Atribui o direito a subsídio de desemprego aos docentes dos estabelecimentos de educação e ensino públicos (PCP) Intervieram, a diverso título, os Srs Deputados Luisa Mesquita (PCP), David Justino (PSD), Carlos Matos (PS), Rosado Fernandes (CDS-PP), Luis Fazenda (BE) e Fernando Pesinho (Os Verdes)

Em interpelação à Mesa, o Sr Deputado Antonio Capucho (PSD) chamou a atenção para o facto de ainda não ter dado entrada na Mesa o PIDDAC regionalizado

Foi também discutido o projecto de resolução n<sup>o</sup> 18/VIII — Apoio a comunidade portuguesa na Venezuela (PSD), tendo usado da palavra, a diverso título, os Srs Deputados Correia de Jesus (PSD), Caio Roque (PS), Rodeia Machado (PCP), Luis Fazenda (BE), Alvaro Castello Branco (CDS-PP) e Isabel Castro (Os Verdes)

Entretanto, em interpelação à Mesa, o Sr Deputado Basílio Horta (CDS-PP) protestou pelo não agendamento de um projecto de resolução, apresentado pelo seu partido, sobre a criação de uma linha de crédito para auxílio aos emigrantes portugueses na Venezuela com fundamento na extemporaneidade e na falta de acordo de outro partido

Por fim, foram discutidos, em conjunto, na generalidade, os projectos de lei n<sup>o</sup> 43/VIII — Proibe a comercialização, importação e produção com fins comerciais de organismos geneticamente modificados (Os Verdes) e 30/VIII — Organismos geneticamente modificados submissão da lei ao princípio da precaução (BE), tendo-se pronunciado a diverso título, os Srs Deputados Isabel Castro (Os Verdes), Francisco Louçã (BE), Lucília Ferra (PSD), Francisco Torres (PS), Lino de Carvalho (PCP), Rosado Correia (CDS-PP) e Maria Santos (PS)

O Sr Presidente encerrou a sessão às 20 horas e 45 minutos

**O Sr Presidente:** — Srs. Deputados, temos quórum pelo que declaro aberta a sessão

Eram 15 horas e 35 minutos

Estavam presentes o seguintes Srs. Deputados:

Partido Socialista (PS)

Agostinho Moreira Gonçalves  
 Aires Manuel Jacinto de Carvalho  
 Alberto Bernardes Costa  
 Alexandre António Alves Chaves  
 Ana Catarina Veiga Santos Mendonça Mendes  
 António Alves Marques Júnior  
 António Alves Martinho  
 António Bento da Silva Galamba  
 António de Almeida Santos  
 António Fernandes da Silva Braga  
 António Fernando Marques Ribeiro Reis  
 António Fernando Menezes Rodrigues  
 António Jorge Freire de Brito Calvete  
 António José Gavino Paixão  
 António Manuel Dias Baptista  
 António Manuel do Carmo Saleiro  
 Artur Miguel Claro da Fonseca Mora Coelho  
 Artur Rodrigues Pereira dos Penedos  
 Bruno Renato Sutil Moreira de Almeida  
 Carlos Alberto Dias dos Santos  
 Carlos José Gonçalves Vieira de Matos  
 Carlos Manuel Luís  
 Casimiro Francisco Ramos  
 Dinis Manuel Prata Costa  
 Eduarda Maria Castro de Sousa  
 Fernando Manuel de Jesus  
 Fernando Pereira Serrasqueiro  
 Filipe Mesquita Vital  
 Francisco José Pereira de Assis Miranda  
 Francisco Xavier Pablo da Silva Torres  
 Gonçalo Matos Correia de Almeida Velho  
 Helena Maria Mesquita Ribeiro  
 Isabel Maria Batalha Vigia Polaco d'Almeida  
 Isabel Maria dos Santos Barata  
 Jamila Bárbara Madeira e Madeira  
 João Alberto Martins Sobral  
 João Cardona Gomes Cravinho  
 João Carlos da Costa Ferreira da Silva  
 João Francisco Gomes Benavente  
 João Macedo Lourenço  
 João Pedro da Silva Correia  
 João Pedro de Aleluia Gomes Sequeira  
 João Rui Gaspar de Almeida  
 Joaquim Sebastião Sarmento da Fonseca Almeida  
 Joel Eduardo Neves Hasse Ferreira  
 Jorge Lacão Costa  
 José Adelmo Gouveia Bordalo Junqueiro  
 José Afonso Teixeira de Magalhães Lobão  
 José Carlos Correia Mota de Andrade  
 José Carlos da Cruz Lavrador  
 José Carlos das Dores Zorrinho  
 José Carlos Lourenço Tavares Pereira  
 José Carlos Pinto Basto Mota Torres  
 José da Conceição Saraiva  
 José de Matos Leitão  
 José Ernesto Figueira dos Reis  
 José Manuel de Medeiros Ferreira

José Manuel Pires Epifânio  
 José Manuel Rosa do Egípto  
 José Manuel Santos de Magalhães  
 José Miguel Abreu de Figueiredo Medeiros  
 José Rodrigues Pereira dos Penedos  
 Jovita de Fátima Romano Ladeira  
 Júlio Francisco Miranda Calha  
 Laurentino José Monteiro Castro Dias  
 Luís Afonso Cerqueira Natividade Candal  
 Luís Pedro de Carvalho Martins  
 Luísa Pinheiro Portugal  
 Luiz Manuel Fagundes Duarte  
 Mafalda Cristina Mata de Oliveira Troncho  
 Manuel Alberto Barbosa de Oliveira  
 Manuel Alegre de Melo Duarte  
 Manuel António dos Santos  
 Manuel Francisco dos Santos Valente  
 Margarida Maria Santos Soares da Rocha Ganso  
 Maria Amélia do Carmo Mota Santos  
 Maria Celeste Lopes da Silva Correia  
 Maria Custódia Barbosa Fernandes Costa  
 Maria do Carmo de Jesus Amaro Sequeira  
 Maria do Carmo Pires Almeida Borges  
 Maria do Céu da Cruz Vidal Lourenço  
 Maria do Rosário Lopes Amaro da Costa da Luz Carneiro  
 Maria Fernanda dos Santos Martins Catarino Costa  
 Maria Helena do Rêgo da Costa Salema Roseira  
 Maria Isabel da Silva Pires de Lima  
 Maria Isabel Ferreira Coelho de Sena Lino  
 Maria José Vidal do Rosário Campos  
 Maria Luisa Silva Vasconcelos  
 Maria Teresa de Oliveira Ferreira Coimbra  
 Miguel Bernardo Ginestal Machado Monteiro Albuquerque  
 Natalina Nunes Esteves Pires Tavares de Moura  
 Nelson Madeira Baltazar  
 Nuno Manuel Pereira Baltazar Mendes  
 Paula Cristina Ferreira Guimarães Duarte  
 Paulo Alexandre de Carvalho Pisco  
 Pedro Ricardo Cavaco Castanheira Jorge  
 Renato Luís de Araújo Forte Sampaio  
 Ricardo Manuel Ferreira Gonçalves  
 Rosa Maria da Silva Bastos da Horta Albernaz  
 Rosalina Maria Barbosa Martins  
 Rui do Nascimento Rabaça Vieira  
 Rui Manuel Leal Marqueiro  
 Sónia Ermelinda Matos da Silva Fertuzinhos  
 Vítor Manuel Alves Peixoto  
 Vítor Manuel Caio Roque  
 Zelinda Margarida Carmo Marouço Oliveira Semedo

Partido Social Democrata (PSD).

Adão José Fonseca Silva  
 Álvaro dos Santos Amaro  
 Álvaro Roque de Pinho Bissaia Barreto  
 Ana Maria Martins Narciso  
 Ana Maria Sequeira Mendes Pires Manso  
 António da Silva Pinto de Nazaré Pereira  
 António de Carvalho Martins  
 António d'Orey Capucho  
 António Edmundo Barbosa Montalvão Machado  
 António Manuel da Cruz Silva  
 António Manuel Santana Abelha  
 Armando Manuel Dinis Vieira  
 Arménio dos Santos  
 Artur Ryder Torres Pereira

Bruno Jorge Viegas Vitorino  
 Carlos José das Neves Martins  
 Carlos Manuel Marta Gonçalves  
 David Jorge Mascarenhas dos Santos  
 Domingos Duarte Lima  
 Eduardo Eugénio Castro de Azevedo Soares  
 Eugénio Fernando Sá Cerqueira Marinho  
 Feliciano José Barreiras Duarte  
 Fernando Jorge Loureiro de Roboredo Seara  
 Fernando Manuel Lopes Penha Pereira  
 Fernando Santos Pereira  
 Guilherme Henrique Valente Rodrigues da Silva  
 Henrique José Monteiro Chaves  
 Henrique José Praia da Rocha de Freitas  
 Hermínio José Sobral Loureiro Gonçalves  
 Hugo José Teixeira Velosa  
 João Bosco Soares Mota Amaral  
 João Eduardo Guimarães Moura de Sá  
 João José da Silva Maçãs  
 Joaquim Carlos Vasconcelos da Ponte  
 Joaquim Martins Ferreira do Amaral  
 Joaquim Virgílio Leite Almeida da Costa  
 Jorge Manuel Ferraz de Freitas Neto  
 José António de Sousa e Silva  
 José David Gomes Justino  
 José de Almeida Cesário  
 José Eduardo Rêgo Mendes Martins  
 José Frederico de Lemos Salter Cid  
 José Luís Campos Vieira de Castro  
 José Manuel de Matos Correia  
 Lucília Maria Samoreno Ferra  
 Luís Cirilo Amorim de Campos Carvalho  
 Luís Manuel Machado Rodrigues  
 Luís Maria de Barros Serra Marques Guedes  
 Luís Pedro Machado Sampaio de Sousa Pimentel  
 Manuel Alves de Oliveira  
 Manuel Castro de Almeida  
 Manuel Filipe Correia de Jesus  
 Manuel Joaquim Barata Freves  
 Manuel Maria Moreira  
 Manuel Ricardo Dias dos Santos Fonseca de Almeida  
 Maria do Céu Baptista Ramos  
 Maria Manuela Dias Ferreira Leite  
 Maria Natália Guterres Viegas C da Conceição Antunes  
 Maria Ofélia Fernandes dos Santos Moleiro  
 Mário da Silva Coutinho Albuquerque  
 Mário Patinha Antão  
 Melchior Ribeiro Pereira Moreira  
 Miguel Bento Martins da Costa de Macedo e Silva  
 Miguel Fernando Cassola de Miranda Relvas  
 Pedro Augusto Cunha Pinto  
 Pedro José da Vinha Rodrigues Costa  
 Pedro Manuel Cruz Roseta  
 Pedro Miguel de Santana Lopes  
 Rui Fernando da Silva Rio  
 Rui Manuel Lobo Gomes da Silva  
 Sérgio André da Costa Vieira

**Partido Comunista Português (PCP)**

António Filipe Gaião Rodrigues  
 António João Rodeia Machado  
 Bernardino José Torrão Soares  
 Carlos Alberto do Vale Gomes Carvalhas  
 João António Gonçalves do Amaral  
 Joaquim Manuel da Fonseca Matias

José Honório Faria Gonçalves Novo  
 Lino António Marques de Carvalho  
 Maria de Fátima Caeiro Queirado Amaral  
 Maria Luísa Raimundo Mesquita  
 Maria Natália Gomes Filipe  
 Octávio Augusto Teixeira  
 Vicente José Rosado Merendas

**Partido do Centro Democrático Social — Partido Popular (CDS-PP)**

Álvaro António Magalhães Ferrão de Castello Branco  
 António Herculano Gonçalves  
 António José Carlos Pinho  
 Basílio Adolfo de Mendonça Horta da Franca  
 João Guilherme Nobre Prata Fragoso Rebelo  
 João Nuno Lacerda Teixeira de Melo  
 José Daniel Rosas Campelo da Rocha  
 Luís Pedro Mota Soares  
 Manuel Tomás Cortez Rodrigues Queiró  
 Maria Celeste Ferreira Lopes Cardona  
 Narana Sinai Coissoró  
 Paulo Sacadura Cabral Portas  
 Raúl Miguel de Oliveira Rosado Fernandes

**Partido Ecologista «Os Verdes» (PEV)**

Fernando Carlos Almeida Pésinho  
 Isabel Maria de Almeida e Castro

**Bloco de Esquerda (BE)**

Francisco Anacleto Louçã  
 Luís Emídio Lopes Mateus Fazenda

**ANTES DA ORDEM DO DIA**

**O Sr Presidente** — Srs Deputados, o Sr Secretário vai ler o expediente

**O Sr Secretário (Artur Penedos)** — Sr Presidente, Srs Deputados, deram entrada na Mesa, e foram aceites, as seguintes iniciativas legislativas propostas de lei n os 15/VIII — Grandes Opções do Plano para 2000, que baixou à 5ª Comissão e demais comissões especializadas, 16/VIII — Orçamento do Estado para 2000, que baixou igualmente à 5ª Comissão e demais comissões especializadas, 17/VIII — Altera o Decreto-Lei nº 267/80, de 8 de Agosto (Lei Eleitoral para a Assembleia Legislativa Regional dos Açores) (ALRA), que baixou à 1ª Comissão, proposta de resolução nº 11/VIII — Aprova, para ratificação, o Tratado de proibição total de ensaios nucleares, adoptado pela Resolução da Assembleia Geral das Nações Unidas nº 50/245, de 9 de Setembro de 1996, que baixou às 2ª e 3ª Comissões projectos de lei n os 88/VIII — Criação da Área Protegida das Serras de Santa Justa, Pias, Castiçal, Flores e Banjaz (PCP), que baixou à 4ª Comissão, 89/VIII — Democratização das comissões de coordenação regional (PSD), que baixou à 4ª Comissão, 90/VIII — Pensões degradadas da Administração Pública (PSD), que baixou à 9ª Comissão, 91/VIII — Acto Médico (PSD), que baixou à 8ª Comissão, projectos de resolução n os 24/VIII — Sobre a contagem do tempo de serviço para efeitos de reforma ou aposentação por parte dos retornadas das ex-colónias (BE), 25/VIII — Criação de uma linha de crédito para auxílio aos emigrantes portugueses na Venezuela, afectados pe-

los violentos temporais de Dezembro de 1999 (CDS-PP), 26/VIII — Sobre produtos provenientes de organismos geneticamente modificados (CDS-PP), 27/VIII — Recomenda ao Governo a abertura de uma linha de crédito bonificado de longo prazo, aos portugueses residentes na Venezuela vítimas dos temporais (PS), projecto de deliberação n° 6/VIII — Autoriza a transcrição de depoimentos prestados perante a Comissão Eventual de Inquérito Parlamentar, para apreciação de actos dos governos do PS e PSD, envolvendo o Estado e grupos económicos (Presidente da AR), apreciação parlamentar n° 10/VIII — Decreto-Lei n° 572-A/99, de 28 de Dezembro, que determina a dissolução e regula a liquidação da EPAC — Empresa para Agroalimentares Cereais, S.A. (PCP)

Foram apresentados na Mesa, no dia 25 de Janeiro de 2000, os seguintes requerimentos ao Sr. Ministro Adjunto do Primeiro-Ministro, formulado pelo Sr. Deputado Victor Moura; aos Ministérios da Administração Interna e das Finanças, formulados pelo Sr. Deputado Bruno Vitorino, aos Ministérios dos Negócios Estrangeiros e do Equipamento Social, formulados pela Sr.a Deputada Manuela Aguiar, ao Ministério do Planeamento, formulado pelo Sr. Deputado António Nazaré Pereira, ao Ministério do Ambiente e do Ordenamento do Território, formulado pela Sr.ª Deputada Isabel Castro

O Governo respondeu aos requerimentos apresentados pelos seguintes Srs. Deputados. No dia 27 de Janeiro de 2000 José Cesário, na sessão de 3 de Novembro, Honório Novo, na sessão de 24 de Novembro, Eduarda Castro, na sessão de 25 de Novembro; José Barros Moura, na sessão de 26 de Novembro, Vicente Merendas e Agostinho Lopes, nas sessões de 14 e 22 de Dezembro; Maria Celeste Cardona, no dia 21 de Dezembro. Luís Fazenda, no dia 4 de Janeiro, Francisco Louçã, na sessão de 5 de Janeiro, Natália Filipa, na sessão de 6 de Janeiro

**O Sr Presidente** — Srs. Deputados, para proferirem declarações políticas, inscreveram-se os Srs. Deputados Rosado Fernandes, Medeiros Ferreira, Honório Novo, Luís Fazenda e Rui Gomes da Silva.

Informo os Srs. Deputados que a Mesa irá ser rigorosa quanto à duração regimental dos períodos de antes da ordem do dia, tal como foi recomendado pelos Srs. Deputados

Para uma declaração política, tem, pois, a palavra o Sr. Deputado Rosado Fernandes

**O Sr Rosado Fernandes (CDS-PP).** — Sr Presidente, Sras e Srs. Deputados Preparei algumas observações sobre o estado dos mares portugueses e sobre a nossa marinha de pesca Tendo eu uma costela de mar (o meu avô materno era comandante da marinha mercante) — conheci o mar primeiro que a terra —, tenho-me sentido extremamente incomodado com o decréscimo, que eu e todos verificamos, nas pescarias portuguesas, sejam elas costeiras, nos estuários, ou longínquas

O relatório do Dr. Arlindo Cunha, no Parlamento Europeu, veio dar-me razão, bastando confrontar alguém que ande na pesca com esta situação para se saber daquebra substancial que se verifica nos nossos e nos outros mares

A verdade é que, em 1986, pescávamos 400 000 toneladas e estávamos em 37º lugar entre as nações que pescavam, hoje, temos um honroso 51º lugar e pescamos metade do que pescávamos antes! Porquê? Não quero fazer alusões à nossa tendência para sermos bons alunos, por-

que, como professor já velho que sou, sei que os bons alunos, em geral, são péssimos na vida prática, são muito livrescos e pouco sabem da vida prática Ao contrário do que tem acontecido com a Holanda, que descobriu que o arenque dava dinheiro, e com a América, com as ilhas Faroé, temos sujeito a uma quota e, mais do que isso, por sermos bons alunos, nem sequer chegamos ao nível da quota que nos é permitida em tonelagem, em arqueação Neste momento, estamos 40% abaixo da frota de barcos que poderíamos ter Basta olhar

**O Sr Presidente** — Sr. Deputado, desculpe que o interrompa, mas há um ruído de fundo na Sala que não permite que o ouçamos em condições normais

Peço aos Srs. Deputados que façam silêncio, que não conversem dois a dois, porque assim não é possível continuarmos. Não dei a palavra a nenhum Sr. Deputado, a não ser ao Sr. Deputado Rosado Fernandes, pelo que, repito, agradeço que façam silêncio

Sr. Deputado Rosado Fernandes, faça favor de continuar

**O Orador** — Sr Presidente, é normal, porque nestas «água turvas» «pesca-se sempre mal» Talvez Santo António de Lisboa conseguisse pregar aos peixes, mas os «peixes» que aqui estão na minha frente já são muito sábidos e raramente «mordem o anzol».

#### Risos

Queridos amigos, o que acabei de dizer é simplesmente amigável Estavam a fazer barulho, mas eu não me importo, porque também estou habituado a algum tumulto e a alguma confusão, só gostaria é que dessem atenção, porque, devido à nossa extrema «aplicação» europeista, estamos 40% abaixo da frota que poderíamos ter

Neste momento, pescamos exactamente metade daquilo que pescávamos em 1986, quando entrámos para a Europa, ou, melhor, quando entrámos para a Comunidade Europeia, agora União Europeia — sempre estivemos na Europa, o que acho melhor, pois nunca me senti africano!

Apesar do navio oceanográfico Noruega, que pertence à minha antiga Faculdade de Ciências, e que é manobrado por alguns cientistas portugueses, a verdade é que a população piscícola da nossa costa não tem aumentado, os estuários estão mal tratados, a vigilância é pouca, as artes ilegais continuam a ser permitidas e, naturalmente, a nossa pesca costeira é pequena

Se compararmos a nossa frota presente, junto a São Tomé, pelo acordo que ultimamente foi negociado pela presidência portuguesa, constatamos a exiguidade da nossa pequena frota em comparação com barcos de 80 metros que lá estão, os chamados atuneiros cercadores ou os atuneiros que pescam à cana

Queria, portanto, chamar a atenção para as sucessivas políticas que têm vindo a diminuir a nossa presença nos mares. Tenho a certeza que qualquer nortenho que tenha lido António Nobre já não pode dizer com ele «Jorge, vem ver o meu país de marinheiros!»

Esta não será poesia tardo-romântica — já aqui houve algumas referências ao meu tardo-romantismo —, mas também não é neomonástica — isto é, naturalmente, para o meu colega Francisco Louçã, pedindo-lhe, por favor, que não nos obrigue a voto de silêncio, nem a voto de pobreza, nem a voto de castidade

*Risos.*

De qualquer maneira, e andando para a frente, gostava de dizer que este caso merece toda a atenção, pois trata-se de um nicho grande, a nível global, que está a ser desprezado pelos portugueses

Estive em contacto com alguns empresários do sector, havendo ainda alguns que não desanimaram e que estão dispostos a preencher a quota que nos falta preencher Mas, esta manhã, fiquei um pouco desiludido ao falar com o Sr Ministro da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas, na medida em que me disse que, praticamente, só se iria reformar a pesca costeira, os pequenos arrastões, o que também não chegaria para preencher a quota que temos

Faço, pois, esta chamada de atenção à Câmara, porque estamos a perder o nosso lugar nos mares

Quando, na oratória oficial, se gaba tanto Vasco de Gama e outros «desgraçados» que andaram por esse mares fora, era bom que tivéssemos o mínimo de decoro e déssemos importância a uma quota que não está preenchida, a uma quota que se pode preencher Há gente que está desejosa de o fazer, há convenções que se podem negociar, como com a Gronelândia, enfim, há vários aspectos que, dentro da exiguidade que temos, podemos aproveitar.

*Aplausos do CDS-PP*

**O Sr Presidente** — Também para uma declaração política, tem a palavra o Sr Deputado Medeiros Ferreira

**O Sr. Medeiros Ferreira (PS)** — Sr Presidente, Srs Deputados Em nome do Partido Socialista, começo esta declaração política pela seguinte pergunta que Europa queremos construir? Desde o fim da «guerra fria» que o continente europeu entrou numa nova fase da sua história O início desta fase foi muito tranquilo, apesar da grande modificação operada, retraimento da Rússia, liberalização exógena dos países do leste europeu e a unificação alemã no quadro da NATO e da União Europeia Hoje, a sensação de que o pior já passou, não é tão nítida e até se podem detectar muitos sinais a anunciar possíveis crises no futuro

O primeiro sinal foi dado a nível internacional, pelas modificações do mapa político europeu, sobretudo na ex-Jugoslávia, e, mais recentemente, com a subida eleitoral de partidos extremistas em vários países

Isto quer dizer que a Europa atravessa um momento muito delicado que requer das forças democráticas e de progresso uma atenção e uma conjugação de esforços muito particular.

Ainda na última sessão da Assembleia Parlamentar do Conselho da Europa foi discutido um relatório sobre a ameaça dos partidos e dos movimentos extremistas para a democracia na Europa, no qual se chama justamente a atenção para muitos aspectos negativos das propostas populistas dos grupos de extrema-direita, mas sem se chegar à análise das políticas sociais em vigor e da melhor maneira de subtrair os povos à sedução exercida por essas tendências anti-democráticas

Claro que é de aplaudir a criação de uma comissão europeia contra o racismo e a intolerância, assim como a futura realização de uma conferência contra esses fenómenos, a ter lugar em Estrasburgo no mês de Outubro próximo, mas são medidas manifestamente insuficientes

Muito curiosamente, as forças de extrema-direita que têm vindo a averbar êxitos eleitorais, como o partido aus-

triaco, apresentam-se aos olhos das populações como defensores das garantias a dar em matéria de pensões e de reformas, assim como em todo o âmbito da segurança social, no exacto momento em que a onda neo-liberalizante pretende evacuar o Estado dessas competências para nelas fazer entrar grupos financeiros privados É de novo o Estado social a forçar o seu regresso perante o perigoso desdém neo-liberal

É neste contexto global que se anuncia na Áustria a formação de um governo de coligação, no qual participaria o partido dito liberal, defensor, há muitos anos, de uma política xenófoba, para não dizer racista, que se opõe à livre circulação de pessoas no espaço europeu — e esse problema é de ter em conta —, contrário ao alargamento da União aos países do leste europeu e cuja ideologia o leva a não condenar o regime nazi de Adolf Hitler

Por comodidade nominativa, chama-se a essa ideologia, nesta fase eleitoral de conquista do poder, de ideologia nacional-populista A sua chegada ao governo da Áustria pode deitar a perder tudo o que se ganhou com a unificação alemã, com a abertura da União Europeia aos novos regimes democráticos dos países de leste e até com a união económica e monetária Só não vê isso quem não quer ver!

O presidente do partido em questão, Jorg Haider, elogiou a política social do III Reich, considerou os campos de concentração como «campos disciplinares» e demonstrou a sua consideração pelos membros das Waffen SS

*Vozes do PS — Uma vergonha!*

**O Orador** — Para quem se quer com um projecto diferente para o futuro são demasiadas e horríveis as suas referências ao passado

*Vozes do PS — Muito bem!*

**O Orador** — Sr Presidente, que fazer nesta emergência?

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista não tem qualquer dúvida no esclarecimento prévio da sua posição perante a iminência da participação de um partido deste género num governo de um país membro da União Europeia condenar essa participação em nome dos nossos ideais democráticos e em nome do futuro europeu!

*Vozes do PS — Muito bem!*

**O Orador** — Queremos uma Europa que avance para formas de progresso político e social, que aprofunde a sua união económica e coesão social e que rejeite as tentações agressivas, fascistas e totalitárias que já estiveram na base da sua ruína

*Aplausos do PS*

A nossa posição política é clara Também é clara a posição de influentes políticos europeus, como os democratas-cristãos Aznar, Junker, Nicole Fontaine, que não enxergaram neste passo extremo a sombra de uma maquiavélica manobra da Internacional Socialista.

*Vozes do PS — Muito bem!*

**O Orador** — Foi preciso a intervenção de ontem do Presidente do PSD para se reduzir o que está em jogo na

formaçāo do governo austriaco a «uma manobra da Internacional Socialista»

**Vozes do PS** — Uma vergonha!

**O Orador** — É mais a preocupação em atacar o Primeiro-Ministro António Guterres do que em ajudar a lidar com uma situação inédita entre Estados-membros da Comunidade Europeia

**O Sr José Junqueiro (PS)** — É preocupante!

**O Orador** — e, desse modo, o presidente do PSD preferiu acusar a presidência da União Europeia de ceder a pressões da Internacional Socialista!

Confesso que a minha imagem de homem de Estado do Dr Durão Barroso era mais elevada

É então concebível que o Presidente da França, o gaullista Jacques Chirac, seja um agente da Internacional Socialista? E a democrata-cristã Nicole Fontaine deixar-se-ia atemorizar por Lionel Jospin? O presidente do governo espanhol será mais descuidado em termos de solidariedade democrática internacional do que se esperaria de um membro tão qualificado do Partido Popular Europeu, que alberga o PSD no Parlamento Europeu?

Não vamos fazer da difícil gestão desta crise europeia um assunto doméstico, tanto mais quando Portugal ocupa a presidência da União Europeia. Pela nossa parte, não temos dúvidas em apoiar a atitude firme e serena tomada por António Guterres e pela presidência portuguesa nesta emergência

*Aplausos do PS*

E não se diga — repito — que esse esclarecimento do comportamento dos 14 governos da União Europeia é uma ingerência num assunto interno da Áustria, é apenas o anúncio das decisões que cada Estado-membro pode tomar, enquanto Estado soberano, sem afectar os tratados internacionais de que são co-signatários com a Áustria

Sr Presidente, esta declaração política ficaria incompleta caso não se fizesse uma referência às causas que podem justificar o crescimento eleitoral dos partidos extremistas. Uma dessas causas é, sem dúvida, a falta de uma real política de emprego e de coesão social no seio da União Europeia. O Grupo Parlamentar do Partido Socialista — e é desse que falamos — sempre defendeu a existência dessa política e dessa dimensão na construção europeia. Por isso, também defendemos a realização em Lisboa da Cimeira Extraordinária do Conselho Europeu sobre Emprego e Coesão Social, por iniciativa da presidência portuguesa e do Primeiro-Ministro António Guterres.

Os que só falam das causas deveriam empenhar-se no êxito desta cimeira

*Aplausos do PS*

**O Sr Presidente** — Inscreveram-se, para pedir esclarecimentos ao Sr Deputado Medeiros Ferreira, os Srs Deputados António Capucho, Basílio Horta, Manuel Alegre e Lino de Carvalho

Tem a palavra o Sr Deputado António Capucho

**O Sr António Capucho (PSD)**. — É para exercer o direito regimental de defesa da honra, mas vai dar ao mesmo, Sr Presidente

**O Sr Presidente** — Então, faça favor.

**O Sr. António Capucho (PSD)** — Sr Presidente, Sr Deputado Medeiros Ferreira, começo com um esclarecimento preambular, que não seria preciso, mas, apesar de tudo, fica a nota de que, evidentemente, nem essa bancada nem qualquer outra nesta Casa detesta mais do que nós os princípios do Sr Haider, no domínio da xenofobia e do populismo. Isso que fique claríssimo! Tem todo o nosso repúdio!

Outra coisa é a posição assumida pelo Engº Guterres, ao que parece não como Presidente do Conselho em exercício, mas, sim, em representação dos outros 14 Estados-membros. e isso não é despicando. Parece-nos que, de facto, parafraseando um conhecido e insuspeito editorialista num matutino de hoje, foi uma declaração que revela determinação, mas muito pouca serenidade

Porquê? Fundamentalmente, Sr Presidente, Srs. Deputados, porque se nos afigura que esta deliberação vai ter efeitos perversos. Não só não vai resolver, muito provavelmente, o problema da coligação na Áustria, como até vai levar a que o povo austriaco se hogue ainda mais, se junte e apoie ainda mais, como já se está a verificar nas sondagens, ao partido do Sr Haider. Foi isto o que, até agora, conseguiu a declaração do Conselho Europeu

E porquê? Porque, fundamentalmente, o que temos à nossa frente é que um partido, que não é da nossa área, cujos princípios repudiamos frontalmente, e que é autorizado, nos termos da lei daquela república austriaca, a participar nas eleições, obteve um resultado tão importante que o primeiro partido, que é o vosso partido-irmão, o Partido Socialista, até o convidou para uma coligação com incidência parlamentar

**O Sr Paulo Portas (CDS-PP)** — Governou com o apoio de Haider durante seis anos!

**O Orador** — Ainda não conseguiu dizer o contrário!

Mas agora resolveram — e bem! — diabolizar esse partido. Sr Deputado, acho muito bem que o tentem diabolizar, mas não provoquem os efeitos inversos à vossa pretensão.

Esse Sr Haider e o seu partido governam um estado da República Austriaca há mais de 10 anos, sem que nunca a União Europeia tenha levantado problemas.

Aliás, recordo que um partido congénere, na Itália, o partido do Sr Fini, fez uma coligação com a Forza Itália, ainda há relativamente pouco tempo, e não «levantou nem o Carmo nem a Trindade» por parte da União Europeia. Seja como for, há razões fundas na Europa para esta reacção extremamente negativa

Não quero abusar do meu tempo, porque vamos ter um dia cheio, mas vou citar um camarada vosso, por quem temo — temos todos — o maior respeito, que é o Dr António Vitorino, Comissário Europeu. «Não podemos centrar o debate na questão da participação de um partido com essas características no governo austriaco, temos de reconhecer ao governo e ao povo austriaco a liberdade de escolherem os seus representantes. O que temos de colocar como questão central na União Europeia, neste momento, é como desenvolver uma estratégia que combata os valores que estão por detrás da ascensão eleitoral de partidos dessa natureza».

**O Sr Luís Marques Guedes (PSD)** — Muito bem!

**A Srª Maria Celeste Correia (PS)** — Muito bem!

**O Orador** — Ora, o que fez o Sr Primeiro-Ministro e o que fizeram os 14 Estados-membros foi precisamente centrar o debate na questão da participação de um partido populista e xenófobo, é certo, mas com legitimidade para participar numa coligação, se essa for a vontade do Parlamento e do Presidente da República

Por outro lado, o Conselho Europeu não está a reconhecer ao povo austriaco a liberdade de escolherem os seus representantes, e isso é muito negativo

*Aplausos do PSD e do CDS-PP.*

**O Sr Presidente** — Para dar explicações, tem a palavra o Sr Deputado Medeiros Ferreira

**O Sr. Medeiros Ferreira (PS)** — Sr Presidente, Sr. Deputado António Capucho, em primeiro lugar fico muito satisfeito por V. Ex<sup>a</sup> ter afirmado que, obviamente, está contra uma coligação do género daquela que se está a fazer na Áustria, por discordar ideológica e politicamente

**O Sr. Luís Marques Guedes (PSD)** — Isso é de Lalice!

**O Orador** — Mas às vezes temos de começar por qualquer lado, Sr Deputado Luís Marques Guedes! Nem todos temos o seu «voo de águia» e, portanto, temos de começar mais baixo para ir subindo! Se me permite, vamos ver se conseguimos «levantar voo»!

**O Sr. Guilherme Silva (PSD)** — É um açor!

**O Orador** — Exactamente, é um açor!

Portanto, a minha grande preocupação, e creio que a preocupação de todos os democratas, é que a chegada ao governo da Áustria de um partido de extrema-direita não venha a pôr em causa a participação da Áustria no espaço da União Europeia,

**O Sr. José Junqueiro (PS)** — Exactamente!

**O Orador**. — ... porque esse partido, contrariamente ao partido do Sr Fini, tem mantido posições contrárias aos tratados internacionais da União Europeia, nomeadamente à livre circulação de pessoas, e o Sr Deputado, como Deputado de um país em grande parte emissor de mão-de-obra e de pessoas que precisam de circular livremente na Europa, não deveria ter a mínima contemplação por um partido desse género

Fico ainda ciente de que o Sr. Deputado António Capucho está preocupado com as consequências — e acho muito bem! — que a posição de outros países possa ter na Áustria. No entanto, o crescimento do partido de extrema-direita na Áustria não se deveu a qualquer posição tomada pelos outros 14 países da União Europeia, o seu crescimento é continuado, é um crescimento que, obviamente, tem a ver com sentimentos nacionalistas exacerbados

**O Sr Rosado Fernandes (CDS-PP)** — Pangermânicos! Quais nacionalistas?

**O Orador** — Pangermânicos, mas nacionalistas nesse aspecto da grande Alemanha, que os próprios alemães não querem, Sr. Deputado Rosado Fernandes! É que há alemães

e alemães! O próprio Bismarck não queria, com certeza, a companhia de certos austriacos, como o Sr Haider Tenho a certeza absoluta, e foi por isso que ele preferiu não anexar a Áustria depois da batalha de Sadova

**O Sr Manuel Queiró (CDS-PP)** — O PS adora o Bismarck!

**O Orador**. — O Sr Deputado sabe que há alemães que preferem não se misturar com o que há de pior na Europa, contrariamente a alguns intelectuais que não se importam de deixar correr!

E é esse o principal perigo, Sr Presidente! É que a Europa deixe correr e não diga, com serenidade e com discernimento, o que cada Estado-membro fará dentro das suas competências soberanas!

Na declaração feita pelos 14 governos não há um único elemento que diga respeito ao comportamento da Áustria, tudo tem a ver com o comportamento dos 14 Estados-membros em relação à Áustria

*Aplausos do PS*

**O Sr Presidente** — Para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr Deputado Basílio Horta

**O Sr Basílio Horta (CDS-PP)** — Sr Presidente, Sr Deputado Medeiros Ferreira, o CDS-PP é um partido que é radical contra os extremismos, sejam eles de direita ou de esquerda

E apetecia-me lembrar aqui uma frase de Adelino Amaro da Costa, proferida nesta Assembleia nos idos anos de 1975: dizia ele que se houvesse um atentado à liberdade, fosse de direita ou de esquerda, nós estariamo na primeira linha da barricada a defender a democracia.

**O Sr Manuel Queiró (CDS-PP)** — Muito bem!

**O Orador** — Por isso, a apreciação que fazemos deste caso é completamente desligada de qualquer compromisso com o Sr Haider, com o seu partido ou com qualquer partido extremista, que não será da nossa relação nem nunca merecerá o nosso apoio. A questão tem de colocar-se, Sr Deputado, noutra perspectiva, e essa é a perspectiva da Europa que queremos construir e é também a perspectiva de saber se nós, com este comportamento, estamos a condicionar o Sr Haider ou estamos a condicionar cerca de 30% dos austriacos que votaram nele

**Vozes do CDS-PP** — Muito bem!

**O Orador** — Este é o problema! A questão é que a própria União Europeia tem mecanismos jurídicos internos para punir não intenções, não ideologias, não declarações nos jornais, mas factos concretos

**O Sr Luís Marques Guedes (PSD)** — E a violação dos acordos!

**O Orador** — E a violação dos acordos, nomeadamente! E num dos primeiros acordos, nas primeiras linhas dos princípios da União Europeia, está a liberdade, está o pluralismo, está a democracia e está o Estado de direito.

**Vozes do CDS-PP** — Muito bem!

**O Orador** — Portanto, estamos atentos, tão atentos como o Partido Socialista, a qualquer violação que se verifique aos princípios fundamentais e, consequentemente, dispostos a solidarizarmo-nos contra qualquer atitude desse tipo.

O que nos repugna, e não estamos disponíveis para fazer, é esta intromissão nos assuntos internos de um país democrático, que, depois de 30 anos de governo do bloco central, escolheu outra alternativa. Nós não estamos disponíveis para punir os austriacos, para lhes dar um anátema de exclusão, para lhes pôr um ferrete que lembra historicamente experiências passadas, dramáticas para muita gente, e, consequentemente, o que preferimos é respeitar a vontade democrática. E o Sr Deputado faz parte de um partido que se honra nesses princípios: de respeitar a liberdade, a democracia e os mecanismos parlamentares.

Não me parece justo que estejamos a fazer um processo de intenções a um partido que é constitucional. A Áustria, na sua ordem jurídica interna, tem um princípio muito semelhante ao nosso, que é o princípio da incorporação constitucional, ou seja, os partidos que vão contra o espírito da Constituição podem ser dissolvidos, aqui pelo Tribunal Constitucional, lá pelo Supremo Tribunal Federal, e lá não foi dissolvido, é legal. Portanto, em meu entender, estamos a meter-nos na política interna de outro país e, obviamente, estamos a tomar uma atitude precipitada e, eventualmente, injusta.

**O Sr Paulo Portas (CDS-PP)** — Muito bem!

**O Orador** — Já agora, aproveito para lhe colocar três questões.

O Sr Presidente da República diz que está repensar a ida à Áustria por causa deste caso. Mas repensou a ida a Cuba? Repensou a ida a Cuba, onde há uma ditadura clara?

*Aplausos do CDS-PP*

Há dois pesos e duas medidas?

Voltando a este caso, estamos preocupados com a entrada do Sr. Haider no governo. Muito bem, essa preocupação pode ter motivo ou pode não ter, veremos, mas é uma precipitação! E será que nos preocupámos quando, em 1980, o Partido Comunista Francês entrou no governo, sem qualquer tipo de abandono da doutrina e dos princípios estalinistas, que muitos dos seus ministros mantiveram até ao fim?

**O Sr Paulo Portas (CDS-PP)** — Muito bem!

**O Orador** — Sr Deputado Medeiros Ferreira, em Espanha, aproxima-se uma frente popular. E se ela se verificar? E se houver uma mudança no Partido Comunista Espanhol, voltando-se para trás na história? O que é que faremos?

É preciso, pois, em meu entender, ter-se cuidado, ter-se precaução e não se tomarem atitudes precipitadas que, eventualmente, podem voltar-se contra nós e beneficiar quem nós hoje queremos prejudicar.

*Aplausos do CDS-PP*

**O Sr Presidente** — Para responder, tem a palavra o Sr Deputado Medeiros Ferreira.

**O Sr Medeiros Ferreira (PS)** — Sr Presidente, porque me é dada agora esta oportunidade, começo por saudar a presença do Sr Deputado Basílio Horta na primeira fila da bancada do PP-CDS, ou CDS-PP. Tomo a sua presença na primeira fila da bancada do PP-CDS, ou CDS-PP, como uma garantia de que esse partido abandonou recentes tentações populistas que estiveram em vigência na sua estratégia em Portugal até há pouco tempo.

Gostaria de dizer que é muito bom que, dentro da União Europeia, os democratas tenham a influência necessária e possível dentro da direita, pelo que saúdo aqui todos os elementos da direita democrática portuguesa. Fazem falta, e estou à vontade para o dizer, porque estou acompanhado por Oscar Lafontaine, que disse que a CDU alemã também fazia falta à democracia alemã e à Europa.

Só tenho pena de que, nesta questão, o Partido Popular não acompanhe um chefe de governo como o português, não acompanhe um chefe de governo como o espanhol, do Partido Popular — que tem o vosso nome! —, que tem uma estratégia de solidariedade para com os perigos que a Europa pode correr se vier a ser gerida pela extrema-direita. E olhe que não é só o caso da Áustria! Temos à porta o alargamento da União Europeia, e o que, de certa maneira, os países da União antevêem é a aplicação de sanções legais, que estão previstas desde o Tratado de Amsterdão. Ou seja, desde que um país-membro venha a ofender, grave e persistentemente, os direitos fundamentais, esse Estado-membro poderá ser suspenso.

**A Srª Maria Celeste Correia (PS)** — Muito bem!

**O Orador** — O que a declaração dos catorze diz é algo de muito mais recuado, é apenas o comportamento dentro do respeito pelos tratados, o comportamento bilateral. Sr Deputado Basílio Horta, de cada governo

Por mim, fico satisfeito que o Sr Presidente da República Portuguesa tenha suspendido os preparativos da sua viagem à Áustria, até para saber com quem é que vai falar quando lá chegar.

*Aplausos do PS*

**O Sr Paulo Portas (CDS-PP)** — Mas assim penaliza o Sr Presidente da República da Áustria, não penaliza o Haider!

**O Sr. Presidente** — Também para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr Deputado Manuel Alegre.

**O Sr Manuel Alegre (PS)** — Sr Presidente, em primeiro lugar, quero felicitar o Sr Deputado Medeiros Ferreira pela oportunidade da sua intervenção e, sobretudo, congratular-me com a posição que foi tomada pelo Primeiro-Ministro português em representação dos outros 14 países da União Europeia.

Creio que, neste caso, é preciso ter memória, é preciso não esquecer. Ainda ninguém disse que Hitler também chegou ao poder com votos, foi sufragado e teve trinta e tal por cento! Formou governo, depois acabou com as eleições, acabou com os partidos, fez os campos de concentração, a que o Sr Haider, depois de ter feito o elogio de Hitler, chama campos de reeducação!

Ouço muito falar em serenidade, em ponderação, em não haver precipitação. Quero recordar que foi o excesso de serenidade que fez com que as democracias europeias não de-

fendessem a república espanhola, não interviessem em Espanha do lado da república espanhola, que era um regime legítimo, sufragado pelo povo, enquanto Hitler e Mussolini a atacavam com os seus aviões e as suas tropas! Foi o excesso de serenidade, o excesso de ponderação que fez com que as democracias europeias, de capitulação em capitulação, chegassem até ao pacto de Munique e, depois, à guerra! Nestas coisas, creio que mais vale prevenir que remediar e prefiro a determinação ao excesso de serenidade!

Temos de saber que Europa queremos, e creio que, ontem, António Guterres o disse muito bem a Europa não é só um projecto tecnocrático, não é só uma Europa de mercado, não é só um projecto económico, é um projecto de civilização, e, nesse projecto de civilização, não pode haver lugar para partidos políticos que têm uma filosofia política xenófoba, racista, neo-nazi! E sobretudo um país como Portugal não pode esquecer-se dos milhões de emigrantes que tem espalhados pela Europa e pelo mundo. E a sua primeira obrigação é saber defendê-los!

#### *Aplausos do PS*

A democracia, Srs Deputados, não começa nem acaba nas eleições! Estou de acordo com o que foi dito os povos têm de assumir também a responsabilidade e a consequência dos seus votos! O povo alemão deu trinta e tal por cento a Hitler e, depois, esteve esmagadoramente atrás do Hitler! Como, noutras circunstâncias, o povo russo também esteve esmagadoramente atrás do Estaline. Os povos têm de ser responsabilizados pelo seu voto e pelas escolhas que fazem!

O Sr Paulo Portas (CDS-PP) — Com isso, também estou de acordo!

O Orador — Portanto, neste caso, trata-se de uma prevenção na Europa que nós queremos, na Europa democrática, na Europa tolerante, na Europa como projecto de civilização não pode haver lugar para partidos que defendem uma filosofia cuja lógica leve ao campo de concentração, leve ao exterminio! E o exterminio dos judeus não foi um simples detalhe da história, como disse o Sr Le Pen e como parece pensar o Sr Haider!

Ainda bem que foi tomada esta posição! Ainda bem que a Europa de hoje não teve o excesso de serenidade que levou à capitulação da Europa democrática em 1939!

#### *Aplausos do PS*

O Sr Presidente — Para responder, tem a palavra o Sr Deputado Medeiros Ferreira

O Sr Medeiros Ferreira (PS) — Sr Presidente, é óbvio que a intervenção do meu colega, amigo e camarada Manuel Alegre não implica uma resposta, a não ser uma afirmação muito clara no dia em que haja de novo separação de águas entre aqueles que defendem o regime democrático, os direitos humanos e a construção de uma Europa democrática, progressista, que seja um espaço de liberdade e de justiça, estaremos todos juntos

#### *Aplausos do PS*

O Sr. Presidente — Srs Deputados, encontram-se a assistir aos nossos trabalhos um grupo de 50 alunos da

Escola Secundária da Cidade Universitária, um grupo de 200 alunos da Escola do 1º Ciclo do Ensino Básico, n.º 2, de Leiria, e ainda alguns cidadãos

Um carinho para todos eles

#### *Aplausos gerais, de pé*

Ainda para um pedido de esclarecimento, tem a palavra o Sr Deputado Lino de Carvalho

O Sr Lino de Carvalho (PCP) — Sr Presidente, Sr Deputado Medeiros Ferreira, o PCP, obviamente, acompanha as preocupações, o repúdio e as medidas que impeçam que, na Europa e no mundo, os valores da xenofobia e do racismo, os valores neo-nazis ascendam ao poder. Valores esses que são alimentados, como o Sr Deputado referiu, e bem, pelos partidos e movimentos de extrema-direita

#### *Vozes do PCP — Muito bem!*

O Orador — Faço um parêntesis por causa de uma intervenção aqui há pouco produzida quanto às comparações anti-históricas acerca de outras opções e modelos de desenvolvimento da sociedade. Pode-se ter opiniões diferenciadas — e a bancada de extrema-direita deste hemicírculo

#### *Risos do CDS-PP*

tem, seguramente — sobre as várias opções ideológicas da sociedade. Mas há uma questão é que a esquerda, os partidos comunistas, ou, como foi referido, Fidel Castro nunca defenderam nem defendem os valores da xenofobia, do racismo ou os valores neo-nazis! Defendem os valores da solidariedade, da tolerância, da paz, da igualdade e da promoção da igualdade dos cidadãos no acesso às condições de usufruto do desenvolvimento social. É uma questão de ruptura com os valores da xenofobia e do racismo que estão em ascenso.

Acresce que esta bancada, esta esquerda, este PCP nunca esteve com os valores do 25 de Abril em Portugal

#### *Aplausos do PCP*

Dito isto, em aparte, Sr Deputado Medeiros Ferreira, porque a questão central é aquela que o Sr Deputado colocou, há um problema que não tem estado em debate e que tem passado discretamente à margem desta decisão da presidência da União Europeia, que eu faço a justiça de considerar que não se trata de uma mera decisão de lapela na esquerda, apesar das notícias vindas a público acerca do convite que o partido socialista austríaco tinha feito anteriormente ao mesmo partido para integrar o governo. Mas, deixando essa questão de lado, há uma questão central, Sr Deputado, que não tem sido aqui referida, e essa é que, em minha opinião, tem de ser debatida que razões é que levam ao ascenso de alguns destes valores na sociedade europeia e também, até, à sua popularização nalgumas camadas sociais?

Essas razões têm uma resposta, Sr Deputado: são os 20 milhões de desempregados na Europa, são os 50 milhões de pobres, é a destruição do Estado providência, é um modelo económico baseado nos valores do fundamentalismo neo-liberal que provocam uma situação, na Europa e no mundo (mas é a Europa que estamos a discutir), que alimenta certo tipo de ideias, certo tipo de valores, que

justificam, por vezes, este tipo de ascensos, este tipo de movimentos

Essa é que é a questão que temos de discutir, Sr. Deputado, porque essa é uma questão na qual os partidos socialistas estão seriamente envolvidos e pela qual são seriamente co-responsáveis pelo desenvolvimento de um modelo económico que alimenta e promove estes valores. E enquanto não se combater este modelo económico e enquanto ele não for substituído por uma política económica baseada nos valores da solidariedade e da igualdade dos cidadãos, é evidente que teremos sempre, permanentemente, perante nós, problemas desta natureza que, obviamente — e acabo como comecei —, temos de combater. E temos de combater tanto no plano das medidas políticas como no plano ideológico.

*Aplausos do PCP*

O Sr Presidente — Para responder, tem a palavra o Sr Deputado Medeiros Ferreira

O Sr Medeiros Ferreira (PS) — Sr Presidente, tomei muito boa nota da intervenção do Sr Deputado Lino de Carvalho e gostava de dizer que, em muitos aspectos, até concordo com ela. Se me permite, tenho alguma precedência nos temas sobre as causas do fenómeno da extrema-direita na medida em que, na declaração política feita em nome do grupo parlamentar socialista, afirmei que uma das causas era, sem sombra de dúvida, a questão da segurança social no espaço europeu e a falta de uma política económica virada para o emprego e para a visão social. Até reafirmei, desse ponto de vista, a importância do Conselho Europeu extraordinário, a ter lugar em Lisboa no mês de Março, por iniciativa da presidência portuguesa e, muito em particular, do Primeiro-Ministro, António Guterres. E gostaria de dizer que, na Comissão de Assuntos Europeus, na legislatura passada, e certamente nesta, as questões relacionadas com a coesão económica e social tiveram um lugar de destaque nas preocupações do Partido Socialista.

Portanto, estamos de acordo com uma maior participação dos problemas sociais na construção europeia. O Partido Socialista está nesse combate desde o início. Aliás, temos sido muito criticados exactamente por dar mais importância às questões do emprego do que áquelas que, em princípio, um país como Portugal, por si só, levaria a ter em consideração. Mas o que está a suceder na Áustria significa que a melhor política democrática para Portugal é a defesa de uma política de emprego, de segurança social e de coesão social a nível europeu.

Aproveito também a intervenção do Sr Deputado Lino de Carvalho para desfazer um equívoco. Durante a campanha eleitoral na Áustria, que decorreu em Setembro e Outubro do ano passado, o Partido Social Democrata reafirmou que não faria qualquer aliança com o partido dito liberal do Sr. Haider. E essa promessa foi mantida. Como o Sr Deputado sabe, o partido da Áustria filiado no Partido Socialista Europeu é o partido mais votado. Este é um aspecto que não tem sido aqui acentuado, e não sei por quê, mas o partido mais votado na Áustria é o Partido Social Democrata. O que está a suceder é que o segundo partido, que é o partido de extrema-direita, está a servir de muleta às ambições do terceiro partido para formar um governo contra o partido mais votado. Mas isso é, de facto, com os austriacos! Agora, o que não podemos é fazer de conta que não é nada connosco!

O Sr Presidente — Agradeço que termine, Sr Deputado

O Orador — É connosco! É com os democratas! É com todos aqueles que querem a construção da união política e da união económica e monetária europeia!

Há ainda outro aspecto a ter em conta e que também não tem sido aqui referido mas, uma vez que esta é a minha última intervenção a este respeito, aproveito para o referir. Talvez não seja por acaso que o euro está na situação em que está: é exactamente por causa da instabilidade política na Áustria.

Vozes do PS — Muito bem!

O Sr. Presidente. — Sr Deputado Medeiros Ferreira, não foi a sua última intervenção, porque, entretanto, o Sr Deputado Paulo Portas também se inscreveu para lhe pedir esclarecimentos

Tem a palavra, Sr Deputado Paulo Portas

O Sr. Paulo Portas (CDS-PP) — Sr Presidente, Sr Deputado Medeiros Ferreira, quero apelar à sua reflexão sobre um conjunto de elementos do seu discurso

Em todo o caso, a primeira coisa que quero perguntar-lhe é se considera que o facto de o Sr Presidente da República suspender a sua visita à Áustria penaliza o Sr Haider ou penaliza o Chefe de Estado austriaco que, por acaso, até se tem oposto, na medida das suas possibilidades, à entrada do Sr Haider no Governo.

Vozes do CDS-PP — Muito bem!

O Orador — Que eu saiba, o Chefe de Estado relaciona-se com o Chefe de Estado!

Em Angola, defendem a relação Estado a Estado e, agora, na Áustria, descobriram a relação Estado a partido?

O Sr Narana Coissoró (CDS-PP) — Ou Estado a pessoa!

O Orador — Esta é a minha primeira dúvida!

Em segundo lugar, pergunto-lhe o seguinte: o Sr Deputado entende que qualquer extremismo é mais denunciado quando é obrigado a «jogar» nas instituições, ou quando lhe largam inteiramente o espaço da rua para poder crescer de forma populista? Submeto esta questão à sua inteligência: o extremismo cai quando entra nas instituições e, pelo contrário, cresce quando lhe é reservado o monopólio da rua. E, se assim é, qual a sua opção relativamente a forças extremistas de considerável importância eleitoral?

Terceiro ponto: há cerca de um mês, para surpresa minha — devo dizer-lhe, com toda a sinceridade —, esta Assembleia votou, de forma acrítica, uma tese favorável à futura entrada da Turquia na União Europeia.

Por outro lado, o Sr Deputado defendeu um projecto de Europa, um projecto político de Europa, com garantia dos direitos fundamentais e dos princípios de liberdade que, para si e para nós, são fundamentais num Estado de direito.

Assim sendo, faço-lhe uma pergunta: como o Sr Deputado quer a Turquia na União Europeia, se, amanhã, o partido islâmico vencer as eleições na Turquia, como já sucedeu duas vezes, o que é que faz uma presidência rotativa de Portugal? Organiza um golpe de Estado na Turquia, como os franceses organizaram na Argélia?

**O Sr Medeiros Ferreira (PS)** — Essa afirmação é grave!

**O Orador.** — Qual é o seu modelo da Europa, Sr. Deputado?

**Vozes do CDS-PP:** — Muito bem!

**O Orador.** — Mas quero deixar-lhe ainda um outro apelo à sua reflexão.

Percebi o que a presidência portuguesa entendia em matéria de relações bilaterais com a Áustria mas, já agora, gostava de saber o seguinte: os senhores vão estender o vosso radicalismo, que eu até considero legítimo, embora possa duvidar da sua eficácia, à forma como o Governo português vai tratar o Sr Comissário Franz Fischler, austriaco, favorável à coligação e, não por acaso, um dos maiores inimigos dos interesses portugueses? Ou o Sr Haider é mau e o Sr Fischler é bom?

**Vozes do CDS-PP:** — Muito bem!

**O Orador** — Uma última nota, e de forma muito simples, para o Sr Deputado Lino de Carvalho: não nos fale em anti-semitismo só de um lado, porque o anti-semitismo de Estaline tem livros, cemitérios, provas e documentos. Por amor de Deus!

*Aplausos do CDS-PP.*

*Protestos do PCP.*

**O Sr. Presidente** — Para responder, tem a palavra o Sr Deputado Medeiros Ferreira

**O Sr Medeiros Ferreira (PS)** — Sr Presidente, fico muito honrado por o Sr. Deputado Paulo Portas, mesmo depois de outros elementos destacados da sua bancada já o terem feito, não perder a oportunidade de me colocar outros pedidos de esclarecimento. Tomo isso, obviamente, como uma deferéncia parlamentar, que registo.

**O Sr Narana Coissoró (CDS-PP)** — Uma deferéncia parlamentar acrescida!

**O Orador** — Mas, Sr Presidente, gostaria de dizer que não me vejo no papel para o qual o Sr Deputado Paulo Portas me quer chamar, pois não sou propriamente um táctico da gestão dos extremismos de direita na Europa

**Vozes do CDS-PP:** — Ou de esquerda!

**O Orador.** — A minha primeira tendéncia, como homem e como político, é a de combater esses movimentos. De combatê-los, de denunciá-los.

**O Sr. António Capucho (PSD):** — Errou na estratégia!

**O Orador.** — Não, não!

Sobre a questão táctica de que se fala tanto, o meu camarada e colega de bancada Manuel Alegre já deu aqui alguns exemplos históricos dos erros que a direita, nomeadamente a direita germânica — é uma pena que o Sr Deputado Rosado Fernandes não esteja presente neste momento —, cometeu. E um deles foi exactamente o do pre-

sidente Hindenburg, ao pensar que domesticava o «cabo austriaco» — não sei se está a ver, Sr Deputado Paulo Portas — chamando-o para o governo. É que nem todos os pequeno-burgueses se contentam com o governo aparente e, portanto, Sr Deputado Paulo Portas, o «cabo» acabou por levar a melhor na Alemanha nazi — esse é que é o problema! — depois de ter sido chamado a formar governo com a direita democrática da República de Weimar.

Portanto, em questões de táctica, creio que não podemos ir mais longe do que o que se acaba de dizer. O que se está a tentar fazer é esclarecer o comportamento de cada partido político e de cada governo, perante uma eventualidade, Sr Presidente e Sr Deputado Paulo Portas, que ainda esperamos que não se verifique.

O que esperávamos do Sr Deputado Paulo Portas era que nos dissesse que o CDS-PP nunca, mas nunca, se aliará, em Portugal, à extrema-direita antidemocrática.

**Vozes do PS** — Muito bem!

**Vozes do CDS-PP** — Já o disse há muito tempo! Está atrasado!

**O Sr Paulo Portas (CDS-PP)** — Três perguntas e nenhuma resposta!

**O Sr Presidente** — Para uma declaração política, tem a palavra o Sr Deputado Honório Novo

**O Sr. Honório Novo (PCP)** — Sr Presidente, Sr as e Srs Deputados. Há mais de 10 anos — imagine-se! — surgiu a ideia da construção de um transporte ferroviário na Área Metropolitana do Porto (AMP).

Em meados de 1990 procedeu-se à apresentação formal do projecto, ano e meio depois, ocorre a adjudicação do estudo prévio, meio ano mais tarde, dá à luz o acordo da Área Metropolitana, no final de 1992, é constituída, finalmente, a empresa Metro do Porto, S.A.

Decorrem mais dois anos de solenes afirmações sobre o iminente início da circulação do metro ligeiro no Porto, até que, em finais de 1994, é aberto, finalmente, o concurso público internacional.

Pelo caminho ficam as inaugurações virtuais da obra, com as carruagens do metro «plantadas» em frente aos Paços do Concelho do Porto e da Maia, as populações a mirá-las, a remirá-las e, claro, a acreditar que o novo transporte seria questão de poucos meses.

Três anos depois, no final de 1997, a empresa do metro decide adjudicar a obra. Para trás ficam declarações, hoje pouco mais que risíveis, como as proferidas no final de 1996 e início de 1997 — em vésperas de eleições autárquicas —, onde se anunciava o início das obras para o fim do primeiro semestre de 1997 e a entrada em funcionamento da primeira linha já este ano.

Mas a saga deste projecto continuou em 1998, com o recurso de um candidato para a Comissão Europeia. Recurso que, apesar de timidamente contestado pelo Governo português, foi arquivado em meados desse mesmo ano, muito por pressão dos Deputados europeus do PCP, que, recorde-se, foram quem publicamente anunciou a decisão de arquivamento.

Pareciam, então, reunidas todas as condições para a obra se iniciar. Mas quem assim pensou cedo concluiu que novos e inadmissíveis atrasos iriam ocorrer, a começar pelo

mais que evidente desinteresse do Governo pelo empreendimento — a despeito de todos os discursos em sentido contrário —, que o leva a aprovar a adjudicação da obra só no final de 1998, um ano depois da decisão da empresa e seis meses depois da confirmação da Comissão europeia. E também só no final de 1998 é que o Governo dá luz verde à legislação que revê as condições de concessão e o estatuto social da empresa.

Sr. Presidente, Sr as e Srs Deputados Passado mais um ano sobre a assinatura do contrato, as obras do metro ainda não avançaram. Estão apenas instalados uns estaleiros, quando gostaríamos de já poder ver avançar carris.

Ninguém sabe ao certo qual o nível dos novos atrasos. quatro meses, dizem uns, oito, ripostam outros, seis. juram os conciliadores. O que é certo é que nem a famosa tuneladora, venha ela a chamar-se «Micas» ou «Tripeira», começou ainda a «toupeirar» o subsolo da Invicta!

#### *Aplausos do PCP*

Um empreendimento de cerca de 230 milhões de contos corre o risco de voltar a derrapar. E não apenas nos prazos, pois nesses já há muito as populações deixaram de acreditar, fartas de anúncios de datas e de adiamentos. Agora, os perigos de derrapagem ocorrem também no custo da obra e poderão resultar de alterações no trajecto e consequentes obras a mais ou de definições tardias dos mesmos, como aconteceu, ainda há dias, em Matosinhos.

O Partido Comunista Português considera que este empreendimento, ao contrário do que aconteceu com outros, tem todas as condições para ser executado com êxito e com pleno controlo dos custos finais.

Mas, para que aquelas e outras derrapagens não ocorram, é fundamental que o empreendimento tenha quem o dirija, quem exerça uma gestão eficaz e competente, quem o coordene e controle. Só que, para isto ser possível, é necessário que a empresa do metro e, se quiserem, a Área Metropolitana e a sua Junta deixem de ser palcos para quem quer servir-se das gentes da região para fazer carreira partidária e preparar ambições políticas.

#### **Vozes do PCP. — Muito bem!**

**O Orador.** — As populações da Área Metropolitana exigem que o Presidente da Câmara de Matosinhos deixe de usar o «palco» metropolitano só para fazer esquecer a sua condição interina, exigem que o Presidente da Câmara de Gaia não use o mesmo «palco» só para melhor protagonizar uma transferência de margem; desejam que o Presidente da Câmara da Invicta não utilize o «palco» apenas para provar que é tão popular como outros candidatos com cartão partidário; e, finalmente, não podem aceitar que o «palco» metropolitano seja usado como trampolim para suprir uma qualquer falta de comparência na corrida a Belém.

O PCP considera que o Porto e a sua região exigem que cesse esta farsa. Esperamos e desejamos que a recente reconstituição do Conselho de Administração da empresa Metro do Porto, S.A contribua para fazer terminar esta comédia de mau gosto e que se crie e reforce um espírito metropolitano novo que dê conteúdo às exigências de investimento para superar as necessidades prementes nos transportes, mas também na habitação, no ordenamento territorial, no saneamento básico.

Do que o Porto e a sua região não precisam, a propósito destes ou de outros atrasos, é que se perfilem interfer-

rências estranhas, muito menos que elas sejam solicitadas de dentro.

O Porto e a sua região recusam tais interferências, vêm elas de onde vierem, mesmo que venham de algum S. Jorge do Terreiro do Paço, transformado em mágico que retira coelhos milagrosos da cartola .

#### **O Sr Octávio Teixeira (PCP) — Exactamente!**

**O Orador** — Recusam interferências por questões de princípio e porque sabem que possuem capacidades e competências capazes de levar a bom porto qualquer projecto que se realize em igualdade de circunstâncias e de meios financeiros.

Recusam interferências porque elas têm origem em quem não possui autoridade política para engrossar a voz quando se fala no metro do Porto, por também ser um dos grandes responsáveis pelo facto de, 10 anos depois da apresentação do projecto, este continuar «em águas de bacalhau».

E, para o comprovar, volto a relembrar os atrasos no lançamento do concurso internacional e o financiamento microscópico dos tempos de Cavaco Silva. Como relembrar que, em 1995, esses financiamentos não se traduziram em dinheiro mas em promessas de dinheiro. Como também relembrar a atitude do Governo socialista quando se tratou de contestar o recurso da decisão da adjudicação. Relembro, ainda, que foi o Governo socialista quem demorou quase seis meses para ratificar um simples contrato e para produzir um decreto de concessão. Finalmente, relembrar o compromisso, assumido aqui, há um ano, de incluir na actual empreitada a extensão do metro a Gondomar, a qual — prova-se hoje! — é mais uma das obras virtuais do Governo socialista na Área Metropolitana do Porto.

Sr Presidente, Sr as e Srs Deputados Tal como o PCP afirmou nesta Casa, é necessário que o metro do Porto avance sem mais delongas e com a atribuição urgente de todos os meios financeiros necessários à sua rápida concretização.

Mas, tal como o PCP, então, reafirmou e volta, hoje, a exigir, é também urgente que desde já se lance um novo concurso para levar o metro à cidade de Gondomar, para que se sirva a zona sul de Gaia e se efectue a sua ligação à Boavista, para ligar o Hospital de S. João à Maia e para que se sirva o aeroporto e a Exponor.

#### **O Sr Octávio Teixeira (PCP) — Muito bem!**

**O Orador** — O PCP espera e exige que, em vez da banalidade mais recente, se passe a trabalhar mais para as populações e menos para as carreiras partidárias ou para as carreiras governamentais,

#### *Aplausos do PCP.*

em vez de se anunciem e multiplicarem milhões e projectos, se passem a concretizar obras, se avalie melhor a real extensão do investimento público na região, se trate com mais independência e menor subserviência partidária a questão e se exija do Governo tudo aquilo a que a Área Metropolitana tem direito e necessita.

É que os investimentos na Área Metropolitana do Porto — os que são feitos e não os que são repetidamente anunciados — são muito inferiores aos que se fazem crer

Apesar de alguns responsáveis terem contribuído para a criação da ideia de que hoje decorrem obras de grande vulto na região, a realidade é que os níveis de investimento público na Área Metropolitana do Porto são bem inferiores aos possíveis e aos que eram necessários para recuperar atrasos e discriminações de muitos anos

Permitam-me que termine, dizendo que os investimentos na Área Metropolitana do Porto não constituem favor nem são nenhuma dádiva São uma necessidade não apenas da região mas de todo o País

*Aplausos do PCP*

O Sr Presidente — Inscreveram-se, para pedir esclarecimentos ao Sr. Deputado Honório Novo, os Srs Deputados José Saraiva, Manuel Moreira e Fernando Jesus  
Tem a palavra o Sr Deputado José Saraiva

O Sr. Manuel Queiró (CDS-PP) — Sr Presidente, eu também me inscrevi para pedir esclarecimentos ao Sr Deputado Honório Novo!

O Sr Presidente — Peço desculpa, Sr Deputado, mas não tenho qualquer registo desse pedido!

O Sr Manuel Queiró (CDS-PP) — Sr Presidente, como os Secretários da Mesa viram, manifestei atempadamente a intenção de me inscrever!

O Sr Presidente — O Sr Deputado está a fazer uma crítica aos Srs. Secretários e não a mim!

*Pausa.*

Sr Deputado Manuel Queiró, os Srs Secretários dizem-me que não viram o seu gesto, manifestando intenção de se inscrever De qualquer modo, fica agora inscrito Não há problema de maior.

Para pedir esclarecimentos ao Sr Deputado Honório Novo, tem, então, a palavra o Sr Deputado José Saraiva

O Sr. José Saraiva (PS): — Sr Presidente, Sr Deputado Honório Novo, as preocupações que V. Ex.ª aqui trouxe são, certamente, comungadas por todas as bancadas O atraso verificado num projecto da dimensão que tem o metropolitano do Porto não se pode compadecer com tantos, tão demorados e tão renitentes atrasos no seu desenvolvimento

No entanto, Sr Deputado, não posso acompanhá-lo nas observações críticas que faz àqueles que, em nome do meu partido, desenvolveram a ideia, a lançaram, a projectaram e a ganharam Evidentemente, V. Ex.ª sublinhou que só no final de 1998 é que, verdadeiramente, o projecto passou a «correr sobre carris», mas, até porque conhece todo o passado e todas as vicissitudes que acompanharam este projecto, reconhecerá com facilidade que não é fácil levar a cabo um projecto desta dimensão, em que quase todos os dias os protagonistas locais, seja a associação empresarial, seja o presidente da câmara X ou Y, reclamam mais uma extensão. A verdade é que todos os desejos estão contemplados, pelo menos numa fase de pré-estudo, e que todas as ideias são mais ou menos comumente aceites, pelo que o que importa agora é, como V. Ex.ª disse, que o projecto ganhe corpo e que esteja no terreno

V. Ex.ª é um conhecedor da região e deste projecto e sabe perfeitamente que não é este o tempo para questionarmos se o modelo escolhido devia ser este ou aquele Para além disso, sabe que, no próximo dia 27, está agendada uma reunião da Junta Metropolitana do Porto, no sentido de aprovar uma ideia que consumará a constituição de uma empresa que vai, ela própria, tomar conta da obra Existe a sociedade Metro do Porto, S.A., mas é preciso que esta tenha agora alguém que tome conta da obra, porque a obra, como V. Ex.ª disse, está no terreno e o que é preciso é que ela avance, já que o Sr. Deputado não é daqueles sonhadores que imagina algo num determinado dia e que, no dia seguinte, o quer já concretizado

Percebo as suas críticas, que, no entanto, não pensava que fossem tão ligeiras como foram, mas estou convencido de que o Partido Comunista, que, como os demais partidos, tem dado contributos sérios na Junta Metropolitana do Porto e nas câmaras em que tem representação, não quer apenas provocar uma cizânia entre o Partido Social Democrata e o Partido Socialista, que tiveram e têm a responsabilidade de mandar

O Sr Presidente — Tem de terminar, Sr Deputado

O Orador — Concluo de imediato, Sr Presidente Aquilo que lhe queria perguntar, Sr Deputado Honório Novo, é se V. Ex.ª não aceita que, havendo impasse entre as duas forças políticas, o Governo tenha uma maior intervenção num projecto que pode atingir 400 milhões de contos, visto que esta é uma questão que não me parece que possa ficar sujeita ao livre arbitrio da vontade de cada autarca

O Sr Presidente — Para responder, tem a palavra o Sr Deputado Honório Novo

O Sr Honório Novo (PCP) — Sr Presidente, Sr Deputado José Saraiva, é óbvio que os atrasos de 10 anos naquilo que no final da década foi uma ideia e que hoje não é ainda, infelizmente, uma obra têm responsáveis Têm responsáveis a nível local e desde sempre tiveram responsáveis ao nível dos governos, tanto do PSD, como do PS V. Ex.ª, Sr Deputado, sabe muito bem que entre a decisão de uma empresa no sentido de fechar um contrato e uma mera ratificação governamental em relação a esse mesmo contrato passou um ano! Se para ratificar uma decisão que não era, sequer, do governo é preciso um ano, com certeza que a responsabilidade dos atrasos tem de ser também imputada ao Governo socialista

Por isso mesmo, devo dizer-lhe que, na minha opinião, a possível interferência do Governo na gestão e no controlo directo desta obra deve ser rejeitada Isto porque nós, na região, temos capacidades e competências para gerir este projecto — não sei se o Sr Deputado tem a certeza de que temos essas capacidades, mas eu tenho-a — e, portanto, não de rejeitar quaisquer interferências do Governo que não sejam aquelas que são obrigatórias Ora, as que são obrigatórias são as que decorrem da necessidade óbvia de em PIDDAC incluir as verbas necessárias para a construção, de fazer transferir atempadamente as verbas do fundo comunitário e de suportar financeiramente o investimento de 107 milhões de contos do Banco Europeu de Investimentos Estas são as obrigações do Governo. Para o resto, o Porto tem capacidades

O que não desejava, mas, infelizmente, parece ser de constatar, é que esta obra, a empresa do metro e também a Área Metropolitana do Porto e a sua Junta sejam palcos de guerras partidárias entre o PS e o PSD, servindo de fundo a guerras de ambições de carreiras políticas, porque não deveriam ser usadas para esse fim. A luta política faz-se noutra lugar e não na empresa do metro ou brincando com as necessidades da população, que há muito desejava ver construído este transporte ferroviário.

**Vozes do PCP** — Muito bem!

**O Sr Presidente** — Tem a palavra o Sr Deputado Manuel Moreira

**O Sr Manuel Moreira (PSD)** — Sr Presidente, Srs Deputados, Sr Deputado Honório Novo, quis V Ex<sup>a</sup> trazer a esta Câmara, mais uma vez, a discussão sobre o metro do Porto, uma infra-estrutura fundamental para a Área Metropolitana do Porto e, diria mesmo, para a região em que está inserida. A Assembleia da República já por várias vezes, ao longo destes anos, teve oportunidade de analisar e de tentar responsabilizar quem de facto tem responsabilidades pelo atraso de uma década, o que é incompreensível, sobretudo quando se trata da implementação de um tipo de transporte de que há muito os cidadãos da Área Metropolitana do Porto deviam dispor.

Tenho a oportunidade de, mais uma vez, dizer algo que o Partido Socialista nunca quer entender e reconhecer, já que continua a reivindicar para si a paternidade de uma ideia de que, sabe bem, não foi responsável. Dado que foi a candidatura do PSD à Câmara Municipal do Porto em 1989 que inscreveu no seu manifesto eleitoral que era fundamental, de uma vez por todas, lançar o projecto do metro ligeiro de superfície na Área Metropolitana do Porto. O Presidente eleito, Fernando Gomes, como era seu timbre e hábito, esquecia as ideias boas e mais tarde, neste caso passado alguns meses, pegava na ideia do metro do Porto, como se de uma bandeira nova e da sua autoria se tratasse. Foi isso que aconteceu, mas, infelizmente, ele e os seus pares socialistas na Câmara Municipal do Porto não tiveram a ousadia e a capacidade para conseguir levar de uma forma mais célere esse projecto à sua implementação efectiva e por isso, 10 anos depois, estamos aqui de novo ainda a discutir algo que só muito recentemente começou a ser construído efectivamente no terreno. Temos pena e, por isso, também comungamos com V Ex<sup>a</sup> essa preocupação e essa legítima aspiração das populações da Área Metropolitana do Porto. Daí dizermos que seria bom que não se continuasse a adiar mais a construção de uma infra-estrutura que faz falta à cidade e à Área Metropolitana do Porto.

Convém recordar que foi também a Assembleia da República, na Legislatura passada, que, numa apreciação parlamentar pedida pelo PSD e pelo PCP do decreto-lei que concessionava esta obra do metro ligeiro e a sua gestão, quando ele estiver operacional, à Empresa Metro do Porto. S. A., teve oportunidade de, contra a vontade do Partido Socialista, incluir novos troços que deviam já ter sido incluídos na primeira fase, como é a chegada ao Aeroporto Francisco Sá Carneiro, à Exponor e a Gondomar, para além de uma nova linha que possa servir as partes oriental e ocidental de Vila Nova de Gaia. O Partido Socialista só aceitou que isso pudesse fazer parte de uma segunda fase e quero dizer

a V Ex<sup>a</sup> que, com os atrasos que têm sido sentidos na implementação desta infra-estrutura, faz todo o sentido. Sr Deputado — e consigo estou de acordo —, que seja desde já pensado, no lançamento do novo concurso internacional, para que esses novos troços do metro do Porto possam ser equacionados e começarem a ser implementados e para que não adiemos por mais uma década o alargamento do metropolitano a outras zonas da Área Metropolitana do Porto. Assim, o metro poderá servir condignamente a área metropolitana em causa, porque os troços que estão neste momento consagrados no projecto que foi adjudicado e está em início de construção são insuficientes para o fazer.

**O Sr Presidente** — Agradeço que termine, Sr. Deputado

**O Orador** — Terminei já, Sr Presidente

O Sr. Deputado Honório Novo conhece, com certeza, a decisão da Junta Metropolitana do Porto do dia 27 de Janeiro, onde foi proposto pelos Presidentes das Câmaras do Porto e de Gaia a constituição de uma holding para os transportes, para que tenhamos uma verdadeira política metropolitana que consiga gerir os diferentes transportes que operam na área metropolitana. Concorda ou não com esta proposta? É que ela parece-nos correcta, no sentido de ser gerido algo que há muito está descoordenado e para que passe a existir uma verdadeira política de transportes da Área Metropolitana do Porto.

*Aplausos do PSD*

**O Sr Presidente.** — Para responder, tem a palavra o Sr Deputado Honório Novo

**O Sr Honório Novo (PCP)** — Sr Presidente, Sr Deputado Manuel Moreira, agradeço o pedido de esclarecimentos que me colocou com o seu estilo aguerrido de sempre.

Quero também dizer-lhe que, se o PS teve pouca ousadia em relação ao metro, e os factos documentam-no, o PSD teve ainda menos, porque, se coinegassem agora a contar a história da fase inicial do projecto, ou seja, até 1994, o Sr Presidente mandar-me-ia calar tanto seria o que tinha para dizer!

**O Sr Presidente** — Seguramente, Sr Deputado!

**O Orador** — Não ouso, Sr Presidente! Mandar-me-ia calar, com certeza!

Quanto à questão que me colocou, dir-lhe-ei, Sr Deputado, que, tal como declarei na minha intervenção, esperamos e desejamos que a reconstituição do Conselho de Administração, decidida recentemente, e todas as decisões que sejam tomadas no sentido de tornar a empresa Metro do Porto mais capaz e eficiente e no sentido de a dotar de uma gestão com maior capacidade de acompanhamento e controlo sejam positivas. O que desejamos é que isso se prove na prática e devo dizer-lhe que os responsáveis partidários e autárquicos do seu partido e do Partido Socialista, se continuarem a seguir os exemplos recentes, não melhorarão a situação. Espero que pensem, que reflictam e que invertam a «bagunça» dos últimos tempos, para que a população a Área Metropolitana do Porto não seja novamente prejudicada.

*Aplausos do PCP*

**O Sr Presidente** — Tem a palavra o Sr Deputado Manuel Queiró

**O Sr. Manuel Queiró (CDS-PP)** — Sr. Presidente, Sr Deputado Honório Novo, o projecto do metro do Porto é, inquestionavelmente, um dos mais atribulados projectos na área das obras públicas que alguma vez se verificou em Portugal. No entanto, temos todos de convir que dificilmente poderia ser de outra forma.

Senão vejamos em primeiro lugar, trata-se de uma infra-estrutura de tipo metropolitano que necessita de um avultado investimento público e que é realizada fora da capital

Ora, sabemos que desde o momento do arranque deste projecto as definições do montante do financiamento, bem como das respectivas fontes, foram extremamente difíceis de conseguir atingir. Sabemos, também, que a natureza da gestão e da administração da sociedade que gere este projecto é necessariamente compósita do ponto de vista político-partidário, o que, conforme o Sr. Deputado e outros Deputados desta Câmara já reconheceram, tem necessariamente de entravar e prejudicar muitas das fases decisórias que condicionam o projecto. Sabemos, ainda, que — e já tivemos oportunidade de o dizer à própria sociedade Metro do Porto S. A — o orçamento da obra, no que diz respeito à verba específica para a construção, nos parece insuficiente. Isto decorre, aliás, das dificuldades do projecto pela sua própria natureza e da dificuldade de definir o montante e as fontes de financiamento.

Não obstante ser indesmentível, a nosso ver, o atraso com que a obra se vai repercutir no atraso da conclusão da primeira fase, devo referir que, durante a campanha eleitoral, no Porto, tivemos ocasião de, em nome do Partido Popular, reafirmar a necessidade de manter um ambiente de concordância político-partidária generalizada em torno deste projecto, ambiente, esse, sem o qual um projecto desta natureza não poderá «chegar a bom porto», para utilizar uma frase que o Sr. Deputado resolveu assumir no seu discurso. Portanto, para levar a bom porto o metro do Porto implica a continuação deste clima de concordância generalizada dos partidos políticos da Área Metropolitana do Porto, pelo menos até à conclusão da primeira fase. Isto porque, se assim não for, necessariamente que os adversários deste projecto — que são muitos, pela localização do projecto em si —, pela inércia e pelos mecanismos de travagem do próprio projecto, terão ocasião de um maior sucesso. Temos, pois, de manter um certo clima de concordância e de afastamento das guerrilhas interpartidárias no Porto.

No fundo, a questão que quero colocar ao Sr. Deputado é a de saber se, neste período que vai até às próximas eleições autárquicas, o rico de esse clima de guerrilha interpartidária «assaltar» o projecto do metro do Porto não poderá contribuir para um ainda maior atraso em relação à data de conclusão provável da primeira fase da obra.

*Aplausos do CDS-PP*

**O Sr Presidente** — Para responder, tem a palavra o Sr Deputado Honório Novo.

**O Sr Honório Novo (PCP)** — Sr Presidente, Sr Deputado Manuel Queiró, antes de mais, quero começar por dizer que a paciência se esgota. E digo isto, porque, embora este projecto seja longo, há, durante os seus mais de 10 anos

de história, momentos de silêncio sepulcral que, diria, são inadmissíveis. Ou seja, esse silêncio sepulcral, como o Sr Deputado sabe, traduz-se em atrasos inadmissíveis e a paciência esgota-se. Chega, então, um momento para se dizer «basta», um momento para se dizer «chega» e um momento para se dizer «sejam responsáveis, deixem apenas de prometer as obras, executem-nas»!

Por isto mesmo, e para evitar a chicana política que o momento eleitoral pré-autárquico poderá fazer degenerar, é que sugeri, da tribuna, que se organizasse um segundo concurso, tendo em vista uma segunda fase, para que sejam desde já definidos, discutidos e decididos projectos envolvendo Gaia, Gondomar, Maia, o Aeroporto e a Exponor. Isto para evitar que sejam os Srs Presidentes das Câmaras de Matosinhos, de Gondomar, de Gaia ou da Maia a fazerem «folclore» gratuito acerca das extensões que querem levar para os seus concelhos, contribuindo, por essa via, para que haja atrasos suplementares.

Em resumo, a empreitada é esta: O negócio parou aqui, por isso a empresa deve ser responsabilizada no sentido de preparar, desde já, o lançamento de um novo concurso com vista à realização da segunda fase. Deste modo, deve garantir que esta primeira fase chegue ao fim e haja condições de executar de imediato a segunda fase.

É disto que o Porto precisa. É isto que a região merece!

*Aplausos do PCP*

**O Sr Presidente** — Tem a palavra o Sr Deputado Fernando Jesus

**O Sr Fernando Jesus (PS)** — Sr Presidente, Srs Deputados, quero começar por referir a forma como o Sr. Deputado Honório Novo questionou esta Câmara quanto aos problemas que atravessa, hoje, a construção do metro do Porto. Devo dizer-lhe, Sr. Deputado, que lamento a forma como o fez, porque o senhor sabe, tal como todos nós, que as críticas que dirigiu da tribuna (algumas delas justas) tiveram apenas como objectivo fazer um pouco de «folclore» à volta desta situação. Aliás, se assim não fosse, elas teriam sido dirigidas, quase todas, à Câmara que está do meu lado esquerdo.

**O Sr Manuel Moreira (PSD)** — Bancada!

**O Orador** — Peço desculpa. Queria eu dizer que, se assim não fosse, elas teriam sido dirigidas, quase todas, à bancada que está do meu lado esquerdo e não à nossa, como o senhor bem sabe.

Toda a gente sabe, e o senhor também, quem é que esteve e está contra e a favor do normal desenvolvimento do projecto do metro do Porto. Por isso, não preciso de fazer como o Deputado Manuel Moreira, ou seja, vir aqui recordar coisas que só ele tem na cabeça.

**Vozes do PS** — Muito bem!

**O Sr. Manuel Moreira (PSD)** — É a verdade!

**O Orador** — Perguntam ao País a que partido e a que personalidade está ligado o projecto do metro do Porto, porque só o Sr. Deputado Manuel Moreira é que tem ainda uns resquícios de que não é o PS do Dr. Fernando Gomes mas é alguém do partido dele. Mas quem é esse «alguém» só ele saberá!

**O Sr. Manuel Moreira (PSD).** — É a verdade histórica!

**O Orador:** — E, quanto a isso, ele sabe muito bem que não está a ser rigoroso.

Mas vamos ao que interessa.

O projecto do metro do Porto, Sr. Deputado Manuel Moreira, está a andar Desde 1995 até hoje, não tem havido problemas, apesar dos atrasos, e, a propósito de atrasos, recordo-lhe — e sobre esta questão o senhor não falou — que houve um concurso que foi impugnado por um concorrente e que todo este processo esteve «encalhado» em Bruxelas durante mais de um ano (e isto passou-se a partir de 1996) e só em 1999 é que a obra foi adjudicada, portanto tem um ano.

Porém, o senhor tem é de se interrogar por que razão é que o projecto esteve «encalhado» entre 1990 e 1995, porque durante esse período não foi dado um único passo em frente, e os senhores sabem isso muito bem, o País também sabe e a população do Porto sabe-o ainda melhor. Entre 1990 e 1995, o projecto esteve «encalhado» e o Sr. Deputado Manuel Moreira devia ter vindo aqui justificar este «encalhamento», mas não o fez.

**O Sr. Manuel Moreira (PSD).** — «Encalhamento»?

#### Risos do PSD

**O Orador** — Contudo, a partir de 1995, a obra foi adjudicada e está no terreno, embora com alguns atrasos

A questão que lhe coloco é esta: não acha estranho que, entre 1990 e 1995, o projecto do metro do Porto estivesse «encalhado» e volte a estar «encalhado» agora, quando a Junta Metropolitana do Porto é presidida pelo PSD?

É que, apesar de, entre 1990 e 1995 ou, mesmo, 1996 ou, até, 1997, ter acontecido o que aconteceu, com concursos internacionais, com avanços e recuos, etc., conseguiu-se que a obra arrancasse e ela aí está, no terreno. Chegou o PSD à Junta Metropolitana do Porto e à empresa Metro do Porto e, como vê, ninguém se entende

**Vozes do PS.** — Claro!

**O Orador** — Então, não lhe parece que há qualquer coisa de coincidente no facto de, entre 1990 e 1995, o projecto do metro ter estado parado e agora, desde que o PSD chegou à Junta Metropolitana, ter sucedido o mesmo, outra vez? É esta questão que gostava de lhe colocar, porque julgo que é aqui que está o problema.

Como o Sr. Deputado sabe, o então Sr. Presidente da Câmara do Porto, Dr Fernando Gomes, desde que a obra foi consignada, disse ao País que tinha chegado o momento de a empresa Metro do Porto ser gerida por gestores competentes e personalizados, porque agora estávamos perante algo que tinha sido consignado e que havia cerca de 200 milhões de contos para gerir. O PSD não entende assim.

**O Sr. Presidente** — Sr. Deputado, tem de terminar

**O Orador.** — Vou terminar, Sr. Presidente

Dizia eu, o PSD não entende assim Portanto, este é o problema, é o pólo de todos os conflitos que lá se passam, pelo que, penso, o Sr. Deputado devia reflectir sobre isto e, tal como eu fiz hoje, entregar um requerimento ao Governo para ser esclarecido sobre esta questão

#### Aplausos do PS

**O Sr. Manuel Moreira (PSD)** — Sr. Presidente, peço a palavra

**O Sr. Presidente.** — Para que efeito, Sr. Deputado?

**O Sr. Manuel Moreira (PSD)** — Para defesa da consideração pessoal, Sr. Presidente

**O Sr. Presidente** — Fica para o fim do debate, Sr. Deputado

De qualquer modo, Srs. Deputados, quero pedir-vos que não sejam hipersensíveis em termos de defesa da honra pela razão simples de que o período de antes da ordem do dia termina neste preciso momento. Passou já uma hora e meia, o que significa que, a partir de agora, eu teria a obrigação de não dar a palavra a mais ninguém. Simplesmente, a Mesa tem ainda duas inscrições para declarações políticas e, uma vez que dei a palavra a uns Srs. Deputados, não tenho o direito de a recusar a estes.

Agora, por amor de Deus, não abusem das figuras previstas no Regimento da Assembleia da República nem multipliquem os pedidos de esclarecimento, senão terei de dar por findo o período de antes da ordem do dia, não dando a palavra a mais ninguém.

**O Sr. Manuel Moreira (PSD)** — Peço a palavra, Sr. Presidente

**O Sr. Presidente** — Faça favor, Sr. Deputado

**O Sr. Manuel Moreira (PSD)** — Sr. Presidente, peço desculpa, mas, em face daquilo que acaba de me dizer, quero recordar ao Sr. Presidente que há pouco, quando anunciou os pedidos de esclarecimento ao Sr. Deputado Honório Novo, não citou o nome do Sr. Deputado Fernando Jesus

#### Protestos do PS

Inclusivamente, pareceu-me que a Mesa se tinha esquecido de registar o nome do Sr. Deputado Manuel Queiró Alías. penso que, na altura, o Sr. Presidente reconheceu que tinha havido um lapso e que o Deputado Manuel Queiró tinha, de facto, solicitado a palavra. Por isso, julgo que não havia qualquer pedido de palavra por parte do Deputado Fernando Jesus

**O Sr. Presidente.** — Sr. Deputado, mesmo que eu merecesse os seus reparos, e nesse caso pedir-lhe-ia desculpa, isso não lhe dava o direito que acabei de pôr em causa

O que lhe quero dizer é que o senhor está redondamente enganado. Acontece que referi o nome do Sr. Deputado Fernando Jesus. Está registado.

**A Sr.ª Maria Celeste Correia (PS)** — Ora bem!

**O Sr. Presidente** — O Sr. Deputado faça favor de ir confirmar e de me pedir desculpa por ter estado desatento no momento em que fiz o anúncio das pessoas que pediram a palavra para solicitar esclarecimentos ao Sr. Deputado Honório Novo.

#### Aplausos do PS

**O Sr. Manuel dos Santos (PS)** — O Sr Deputado mete-se em cada uma!

**O Sr. Presidente** — Para responder, tem a palavra o Sr. Deputado Honório Novo

**O Sr Honório Novo (PCP)** — Sr Presidente, Sr. Deputado Fernando de Jesus, o senhor, referindo-se à minha intervenção, disse que eu estava a tentar fazer um pouco de «folclore».

Naturalmente que eu não queria ofender — e penso que o senhor também não — aqueles que gostam de boa etnografia e de folclore Aquilo que eu fiz aqui não foi «folclore» mas, sim, traduzir documentos, datas e copiar elementos dos elementos oficiais que podem ser colhidos na Área Metropolitana do Porto e na empresa Metro do Porto

Portanto, Sr Deputado, não fale só dos atrasos até 1995, fale, por exemplo, do concurso internacional que demorou três anos, e isto já no tempo do Partido Socialista!

Como eu disse — e vou repetir para V. Ex.<sup>a</sup> ouvir, porque, pelos vistos, não ouviu — a decisão da empresa foi tomada no fim de 1997. Houve, depois, um recurso comunitário, que durou seis meses, e não dois anos, Sr Deputado, e que foi resolvido, como o senhor sabe, porque os Deputados do PCP exerceram a devida pressão no Parlamento Europeu.

**O Sr Fernando Jesus (PS)** — Pressão para quê?

**O Orador:** — Mas, apesar da decisão de arquivamento ter sido feita em Junho de 1998, o governo do Partido Socialista demorou um ano para ratificar um contrato, seis meses para ratificar uma confirmação, um ano para fazer um decreto-lei com vista à criação do estatuto social da empresa. Isto, para mim, é muito grave! Isto, para mim, é demais! Isto, para mim, comprova que o senhor não pode «atirar pedras ao telhado do vizinho» quando o seu «telhado» é feito também de vidro — e de vidro muito frágil!

**Vozes do PCP** — Muito bem!

**O Sr Presidente** — Para uma declaração política, tem a palavra o Sr Deputado Luís Fazenda

**O Sr Luís Fazenda (BE)** — Sr Presidente, Srs as e Srs Deputados Expresso-vos algumas notas políticas em nome do Bloco de Esquerda, a primeira das quais acerca do caso e da crise austriaca — já hoje aqui aflorado —, que merece a nossa atenção reflexiva, porque, no âmago dos problemas da xenofobia, encontram-se as atitudes e as políticas sobre a imigração

É um facto que elevados níveis de emprego, o combate à precariedade do emprego e elevadas prestações sociais, conquistas do chamado Estado-Providência, limitam e dificultam políticas xenófobas. Mas até nisto a Áustria é um caso paradigmático, porque mantém ainda prestações sociais elevadas e é um Estado com um baixo nível de desemprego. Teremos, então, de ir mais longe na averiguação das causas dos fenómenos da xenofobia e da sua tradução política em partidos políticos de extrema-direita e neonazis.

Acompanho aqui as palavras do Sr Deputado Manuel Alegre, de que excesso de serenidade já houve na Europa em relação ao extremismo de direita, embora me seja lícito criticar socialistas e outros, porque tão desatenos estiveram à emergência do partido de Fini no governo italiano.

até com o apoio no seu exílio dourado na Tunísia de Bettino Craxi. Hoje, estão mais atentos à situação austriaca, tendo a presidência portuguesa da União Europeia emitido um comunicado, que sublinhamos e com que concordamos

O Primeiro-Ministro António Guterres, deveria, no entanto, em relação à política doméstica, ser mais coerente e mais consequente. Apelou o Sr Primeiro-Ministro a uma política generosa da Europa em relação à imigração, dizendo que é necessário um acolhimento mais largo, uma socialização dos imigrantes que demandam a Europa. Acompanhamo-lo nesse desiderato, mas queremos ir mais longe. É necessário que aquilo que se prega para a Europa se pratique em Portugal, para evitarmos males maiores de xenofobia. Neste momento, em Portugal, existem dezenas de milhar de imigrantes que não têm uma situação regular, são imigrantes clandestinos, sofrendo a dupla exploração da sua situação.

Instarmos a que haja defesa dos direitos humanos, da dignidade da pessoa humana, a que haja uma política que vá mesmo à causa primeira dos fenómenos da xenofobia e a que seja o Governo do Partido Socialista a abrir um novo período de legalização para imigrantes, agilizando também os mecanismos do reagrupamento familiar.

Não podemos pregar uma coisa na Europa e fazer coisa contrária dentro de casa

A segunda nota que quero deixar-vos, em nome do Bloco de Esquerda, é acerca do fecho do inquérito sobre as agressões policiais em esquadras na cidade do Porto. Regozijamo-nos, naturalmente, com o facto de, apontando esse relatório claramente para o indício de práticas criminosas por parte de agentes policiais, o Sr Comandante da Polícia de Segurança Pública do Porto ser já passado, pertencer já à História.

Queremos com isto evidenciar — nós, Bloco de Esquerda, que, desde a primeira hora, suscitámos a crítica em relação a estes desmandos, não confundindo a instituição com determinadas práticas, e que, também desde a primeira hora, ao fazer este aviso claro, estivemos com as famílias das vítimas — que não mais se podem repetir nas esquadras portuguesas situações de atropelo aos direitos dos cidadãos e muito menos — e note-se o debate que hoje aqui tivemos — quando a isso se associam fundadas suspeitas de, nessa violência gratuita e ilegal, existirem também associações com manifestações de segregação étnica.

A terceira nota é para informar a Câmara de que o Bloco de Esquerda realizou a sua I Convenção Nacional, amplamente democrática. Nela, não discutimos lideranças, discutimos ideias. Assim, insistimos na ideia e no projecto de renovação da oposição à esquerda. Queremos lutar por uma esquerda plural, combativa, popular e exigente — o contrário, afinal, do monolitismo, do «tacticismo», do protesto que termina na primeira negociação minimal —, uma esquerda que não tenha receio dos tabus, do conservadorismo da nossa sociedade.

Pusemos em pauta a continuidade de uma luta pela refundação da Europa, por uma carta dos direitos sociais, políticos, económicos e culturais dos cidadãos europeus. Somos cartistas, não queremos uma constituição europeia, nem queremos que essa carta seja um mero prefácio do Tratado de Amsterdão, concebemo-la como uma antítese do que foi a fundação neoliberal e pró-federalista da União Europeia.

Insistimos na prioridade às políticas sociais. Queremos, de facto, níveis salariais mais elevados, prestações eleva-

das da segurança social e a limitação da precariedade no mercado de emprego no nosso país

Batemo-nos pelo avanço nos direitos civis e, desde logo, na laicidade do Estado, nos direitos sexuais e de género e nos direitos das mulheres

A Convenção Nacional do Bloco de Esquerda deu-nos uma indicação segura e clara de que deveremos avançar rapidamente na Assembleia da República com um conjunto de iniciativas legislativas nas áreas da despenalização do consumo das drogas, do combate ao narcotráfico e da ressocialização dos toxicodependentes

Decidimos levar a cabo uma fortíssima campanha pública contra a fraude e a evasão fiscais e pela equidade no sistema de impostos no nosso país

Detectámos, Sr Presidente, Sr as e Srs. Deputados, sinais de esgotamento precoce na solução governativa, com ministros divididos, com ex-ministros enviando misséis para o actual Governo, com um Governo produzindo, como acto principal da sua gestão desde as eleições de 10 de Outubro, uma proposta de lei do Orçamento do Estado com — e perdoem-me o vernáculo da expressão — sabor a ranço, uma proposta de lei que tem uma política negativa em relação aos salários e às pensões, mas que é farta em medidas de despesismo militar e em benefícios fiscais ao capital e que não tem soluções de fundo na área do ambiente

Dizemos, já hoje e aqui, que, se o Sr Primeiro-Ministro quer provocar eleições antecipadas, é da sua exclusiva responsabilidade. Não venha fazer de qualquer partido da oposição — neste caso, do Bloco de Esquerda — o seu bode expiatório, o seu passa-culpas da sua própria e única responsabilidade.

Sr Presidente, Sr as e Srs Deputados, insistimos na ideia de uma mesa-redonda das esquerdas. Não se trata de uma cimeira de partidos, trata-se de um processo político alternativo, em que socialistas descontentes, comunistas, ecologistas, bloquistas e todos aqueles que se quiserem juntar neste processo serão bem-vindos. É um combate de fôlego, um combate para uma nova esquerda. Queremos ultrapassar no nosso país, que há muitos anos disso padece, os padrões da rotatividade do bloco central. Bloco central onde a maioria ainda vota, muitos já não votam e muitos outros já estão a votar cansados. Há espaço para uma nova esquerda. O Bloco de Esquerda traz aqui esse significado e o testemunho dessa luta

O Sr Presidente. — Para uma declaração política, tem a palavra o Sr Deputado Rui Gomes da Silva

O Sr Rui Gomes da Silva (PSD) — Sr Presidente, Srs Deputados. A mais recente paixão do Sr Primeiro-Ministro, anunciada por altura da apresentação do Programa do Governo, caminha já para uma situação de total e completa ruptura, a que acresce a forma arrogante, soberba e prepotente com que a Sr.ª Ministra vem gerindo os dramáticos problemas do sector da saúde

A recente divulgação pela comunicação social do estado caótico em que se encontra o Hospital de Cascais é bem exemplificativa da total incapacidade do Governo socialista para encontrar soluções para esta área

O Sr. Luis Marques Guedes (PSD) — Muito bem!

O Orador. — O PPD/PSD tem vindo a alertar para a situação de ruptura com que se deparam todos os que a ele

recorrem ou que nele trabalham, onde a simples saída de quatro médicos representou a gota de água que fez transbordar o frágil equilíbrio em que se encontrava.

Ao longo dos últimos anos, nos respectivos órgãos autárquicos, sempre alertámos para o alheamento, a insensibilidade, a irresponsabilidade, a incapacidade e a falta de respeito pelas populações, que vieram a conduzir à situação de ruptura actualmente existente

Perguntar-se-á: como foi possível esperar tanto tempo e permanecer insensível a tanto alerta?

O PS local optou pelo silêncio, convivente com o Governo, numa prova evidente de que os interesses locais nada dizem para quem vive na subserviência do que se decide, não já no Terreiro do Paço, mas — imagine-se! — no Largo do Rato

A Câmara Municipal de Cascais, conluuada com o Governo, foi optando pelo recurso a sucessivas e repetidas cerimónias de lançamento de primeiras pedras do novo hospital, que apenas serviram a demagogia fácil e o engano dos cascaenses em períodos eleitorais.

De facto, se, numa primeira fase, se falou de um novo hospital, que abrangeia toda a área de Sintra e Cascais, já, em 1999, se anunciava um apenas para o concelho, continuando, porém, a indefinição e os sucessivos adiamentos.

A Sr.ª Ministra, todavia, confrontada com a realidade caótica em que vive o Hospital de Cascais, preferiu refugiar-se no ridículo, afirmando não conseguir «( ) plantar enfermeiras no seu gabinete ( )» ou, pior, exigindo aos médicos e enfermeiros, que abnegadamente ali servem, que — pasme-se! — «( ) não façam política».

Quase nos apeteceria dizer que quem tem de deixar de fazer política, pelo menos na forma como a faz, é a própria titular da pasta, que diz estar a estudar o problema há cerca de 15 dias, mas esquece que o PS já leva quase cinco anos de permanência no poder

São os médicos, os enfermeiros e os funcionários do Hospital e a população de Cascais que dizem, de forma muito clara, à Sr.ª Ministra que a política, mesmo com grandes dificuldades, não se faz de forma agastada, nem com má-criação.

Sr Presidente, Srs Deputados. Há limites para a desconsideração para com os médicos e com os enfermeiros, que, em tão más condições, ali desenvolvem as suas actividades profissionais

Em vez da arrogância, a Sr.ª Ministra deveria preocupar-se em apresentar soluções para resolver o problema da inadequada estrutura hospitalar na área da Grande Lisboa

A desproporção entre o serviço de urgências e a população é gritante. O Hospital de Cascais, com 129 000 urgências, representa, hoje, cerca de 50% das urgências do Hospital de Santa Maria ou do Hospital de São João, equiparando-se ao número do Hospital Universitário de Coimbra

A relação entre o serviço de urgência e a lotação do Hospital de Cascais é de 900 para 1 e nem mesmo com o recurso a médicos internos do complementar ou a licenciados e pessoal de enfermagem a prestar serviços noutros estabelecimentos se consegue ultrapassar a necessidade de deitar mão a 12 horas extraordinárias, em média, de cada médico e à vulgarização da prestação de dois bancos por semana (senão mesmo três, em situações de férias)

O recurso a cidadãos estrangeiros ou a recente autorização para celebração de contratos a termo certo de dois anos com enfermeiros não consegue suprir as carências que

a diferenciação de cuidados tende a gerar, de forma a poder dar razoável sustentação à regra «2 camas — 1 enfermeiro».

O Hospital de Cascais, idealizado para ter 32 camas, quer no serviço de medicina, quer no de cirurgia, tem, hoje, nesses serviços, respectivamente, 48 e 44 camas, ou seja, mais 50% do que o inicialmente previsto.

Nas urgências, onde deveria existir uma relação ideal de 5 camas para cada 10 doentes, há dias em que o Hospital se vê confrontado com cerca de 45 utentes

São estes, entre outros, os problemas reais que a Sr.<sup>a</sup> Ministra devia resolver. Sem arrogância e sem enfado, mas com a noção, que, infelizmente, não tem, de estar a cumprir um serviço a Portugal

Soluções transitórias, como a da instalação de 20 camas na Clínica da Abrunheira ou, num futuro próximo, de mais 24 camas na Misericórdia de Oeiras, apenas agravarão o já fraco apoio de enfermagem actualmente existente

**O Sr António Capucho (PSD)** — Muito bem!

**O Orador** — Sabemos da dificuldade em encontrar enfermeiros no mercado, mas também sabemos que, em 1998, o então Ministro das Finanças, que a actual Ministra da Saúde tão bem conhece, recusou disponibilizar verbas para a contratação de mais pessoal para essa área.

**O Sr. António Capucho (PSD)**. — É verdade!

**O Orador**. — Perante este cenário, esperar-se-ia do Governo soluções adequadas, disponibilidade de verbas e empenhamento político na resolução do caos. Mas este oprou, antes, pela solução diametralmente oposta.

O orçamento do Hospital de Cascais para 2000, num claro exemplo do que acontece em todo o sector da saúde, mantém os montantes de 1999, não incluindo, sequer, as inevitáveis e já anunciadas revisões salariais. Ou seja, poderemos, desde já e com toda a certeza, prever a crónica de uma ruptura anunciada ou uma espécie de fim de amor de perdição.

**O Sr. António Capucho (PSD)** — É um escândalo!

**O Orador** — Em comparação com os 3,1 milhões de contos orçamentados para 1999, a que se adicionaram 710 000 contos por força de reforços diversos, temos, hoje, como base, para o ano 2000, para o Hospital de Cascais, uma dotação orçamental de 3 305 474 milhões de contos, verba na qual não se encontram previstas as competentes revisões salariais, para além de — facto gravíssimo! — nela também não se incluírem os cerca de 3 milhões de contos de défice financeiro acumulado a Dezembro de 1999.

Sr Presidente, Srs Deputados: À Sr.<sup>a</sup> Ministra não preocupa a realidade em que vive o sector da saúde, prefere irritar-se com as notícias que os jornais dão, de forma objectiva, da realidade incontornável que existe no sector que tutela.

Cascais precisa, urgentemente, de um novo hospital com 400 camas, mas, certamente, não será com utilizações residuais das verbas inscritas no PIDDAC que poderemos ultrapassar esta situação.

**O Sr. Luís Marques Guedes (PSD)** — Muito bem!

**O Orador**: — As paixões verdadeiras assumem-se com actos e não com palavras. A resolução de todos estes pro-

blemas passa pela discussão da solução para o financiamento do Serviço Nacional de Saúde. O aumento, mesmo que nominal, da despesa tem de significar, obrigatoriamente, melhor qualidade e maior credibilidade dos serviços prestados, com o consequente aumento da satisfação dos respectivos utentes.

O Governo do Partido Socialista tem de saber distinguir a diferença entre atribuir subsídios e pagar serviços, devendo escolher, de entre os diferentes modelos de prestação de cuidados e respectivas formas de financiamento, qual o que melhor se adequa ao bem comum.

O que não podemos é estigmatizar os cidadãos, como faz o actual Governo, desresponsabilizando-se pela insuficiência de verbas, pela incapacidade do modelo e pela incompetência dos responsáveis.

Sr.<sup>a</sup> Ministra, chega de tanto autismo, de tanta prepotência, de tanta arrogância e de tanta incapacidade. Os portugueses, muito especialmente todos os que têm de recorrer aos serviços de saúde, querem e merecem mais e melhor! Infelizmente, sabemo-lo já, não o terão enquanto este Governo se encontrar em funções. Para resolver o problema do Hospital de Cascais, como o de outros hospitais, seria necessária a duplicação das verbas orçamentadas.

Sr. Presidente, Srs Deputados: O debate da proposta de lei do Orçamento do Estado para 2000 será uma oportunidade de ouro para o Governo arrepiar caminho, porque, se assim não for, continuará a degradar-se a realidade da saúde em Portugal.

Não seremos convintes com essa evolução e trabalharemos para que, com as nossas propostas, se vão minorando as dificuldades com que vivem os portugueses que precisam de recorrer aos hospitais até que o PPD/PSD volte a ser governo em Portugal.

#### *Aplausos do PSD*

**O Sr. Presidente:** — Sr. Deputado Manuel Moreira, não sei se o Sr. Deputado insiste em defender a sua honra pessoal, porque, não se encontrando já presente o suposto ofensor, não obterá explicações.

**O Sr. Manuel dos Santos (PS)** — Sr. Presidente, peço a palavra para interpelar a Mesa.

**O Sr. Presidente** — Faça favor, Sr. Deputado

**O Sr. Manuel dos Santos (PS)** — Sr. Presidente, relativamente a essa questão, perguntei pelo telefone à Mesa se ela ainda se mantinha e foi-me dito que não, razão pela qual o Sr. Deputado Fernando Jesus se ausentou da Sala.

**O Sr. Presidente** — Não fui eu que lhe dei essa resposta, Sr. Deputado.

**O Orador** — Não, não foi V. Ex.<sup>a</sup>, foi a Sr.<sup>a</sup> Secretária.

**O Sr. Presidente** — De qualquer modo, é um facto.

**O Orador** — Sr. Presidente, não estou, com isto, a criticar a Mesa, tratou-se de uma simples confusão e, se me der um minuto, posso chamar pelo telefone o Sr. Deputado Fernando Jesus e ele regressará à Sala. Como referi, ele só saiu porque estava convencido de que a questão estava ultrapassada.

**O Sr Presidente** — Penso que temos de poupar tempo e não gastá-lo, Sr. Deputado

Por isso, Sr Deputado Manuel Moreira, pergunto-lhe se não se importa de prescindir do uso do seu direito de defesa da honra pessoal

**O Sr Manuel Moreira (PSD)** — Não, Sr Presidente.

**O Sr Presidente** — Muito obrigado, Sr. Deputado

Srs Deputados, creio que há consenso no sentido de que o voto n.º 47/VIII — De congratulação pela aprovação, em Montreal, do Protocolo de Biossegurança, que adoptou o princípio da precaução e o princípio da não subordinação, subscrito por Deputados de todos os grupos parlamentares, seja circunscrito a uma breve intervenção do Sr Deputado Francisco Torres e de que mais nenhum Sr Deputado use da palavra, passando-se logo à votação. Se assim for, vamos tomar conhecimento do voto, se não, já só poderemos fazê-lo no dia 2 do próximo mês, uma vez que amanhã não há período de antes da ordem do dia, na próxima semana não haverá sessões plenárias e depois começará a discussão das propostas de lei das Grandes Opções do Plano e do Orçamento do Estado

*Pausa*

Havendo consenso nesse sentido, dou, então, a palavra à Sr.ª Secretária para proceder à leitura do voto n.º 47/VIII — De congratulação pela aprovação, em Montreal, do Protocolo de Biossegurança, que adoptou o princípio da precaução e o princípio da não subordinação (PS, PSD, PCP, CDS-PP, Os Verdes e BE)

**A Sr.ª Secretária (Rosa Albernaz)** — Sr. Presidente e Srs Deputados, o voto é do seguinte teor:

Foi aprovado, no fim-de-semana passado, em Montreal, no Canadá, o Protocolo de Biossegurança. O comércio internacional de organismos geneticamente modificados (OGM) fica agora sujeito a algumas regras nos domínios do ambiente, da saúde pública e da defesa dos consumidores. O acordo adoptou o chamado princípio da precaução, ou seja, permite aos países impedir a importação de transgénicos que considerem potencialmente nocivos para o ambiente ou saúde, mesmo que a sua perigosidade não esteja ainda comprovada cientificamente. Por outro lado, foi também aprovado o princípio da não subordinação: o Protocolo não fica subordinado à Organização Mundial de Comércio ou a quaisquer acordos internacionais.

A obrigação de rotular e identificar os transgénicos será apenas definida dois anos após a entrada em vigor do Protocolo de Biossegurança. Note-se, porém, que a Directiva 90/220/CEE — em fase de segunda leitura no Parlamento Europeu e proposta para discussão na Comissão dos Assuntos Europeus, ao abrigo da Lei n.º 20/94 (tal como aconteceu com as directivas auto-oil em 1998) — consagra já a obrigatoriedade de rotulagem dos produtos transgénicos. Obviamente, um tal procedimento por parte da União Europeia obrigará também à rotulagem dos produtos transgénicos para exportação por parte de todos os países produtores, sob pena de não venderem os seus produtos.

Assim, a Assembleia da República, reunida a 2 de Fevereiro de 2000, aprova o seguinte voto de congratulação

A Assembleia da República congratula-se com este momento de afirmação da Europa, durante a presidência portuguesa. A União Europeia mostrou-se coesa e determinada

na liderança das preocupações com a qualidade de vida — nomeadamente, no que respeita à biodiversidade e à segurança alimentar, mas também à possibilidade de escolha dos consumidores — a nível mundial. A UE conseguiu galvanizar o apoio da maioria dos países (não produtores) participantes, regulamentando o comércio internacional de produtos transgénicos, em certa medida acautelando alguns dos riscos da globalização. Mas este sucesso é também resultado da luta incansável de muitas personalidades e organizações não-governamentais ao serviço de um mundo mais equilibrado. Trata-se de um passo significativo em matéria de proteção do ambiente e dos consumidores.

**O Sr Presidente** — Para uma brevíssima justificação do voto, tem a palavra o Sr Deputado Francisco Torres

**O Sr Francisco Torres (PS)** — Sr Presidente, queria dizer que não farei uma intervenção, dado que há consenso no sentido de estas matérias serem discutidas mais logo, uma vez que vai haver uma discussão conjunta de dois projectos de lei apresentados por várias bancadas.

A Sr.ª Secretária da Mesa leu o essencial, que é o voto. Como esta matéria é consensual e estamos todos de acordo, o que faz sentido é, de facto, aprovar o voto

**O Sr. Presidente** — Srs Deputados, vamos, então, proceder à votação do voto n.º 47/VIII — De congratulação pela aprovação, em Montreal, do Protocolo de Biossegurança, que adoptou o princípio da precaução e o princípio da não subordinação (PS, PSD, PCP, CDS-PP, Os Verdes e BE)

*Submetido à votação, foi aprovado por unanimidade*

O voto será enviado à entidade conveniente, mas não sei qual é.

**A Sr.ª Maria Santos (PS)**. — Sr Presidente, peço a palavra.

**O Sr Presidente** — Sr.ª Deputada Maria Santos, desculpe, mas não lhe posso dar a palavra, porque houve consenso nesse sentido.

**A Sr.ª Maria Santos (PS)** — Sr Presidente, não pretendendo usar da palavra para intervir sobre este voto

**O Sr Presidente** — Sr.ª Deputada, então, para que efecto pede a palavra?

**A Sr.ª Maria Santos (PS)**: — Sr Presidente, para o ajudar, dizendo-lhe quais as entidades para onde poderíamos enviar este voto

**O Sr Presidente** — Tem a palavra para o efeito, Sr.ª Deputada.

**A Sr.ª Maria Santos (PS)**: — Podemos enviar este voto ao Conselho Nacional do Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, porque está a elaborar um trabalho nesta matéria, e à Plataforma das ONG, que subscreveram a Declaração sobre sementes geneticamente modificadas

**O Sr. Presidente** — Obrigado, Sr.ª Deputada. Quem sabe, sabe! Fica o registo. O voto será enviado a essas entidades.

Srs. Deputados, terminámos o período de antes da ordem do dia.

*Eram 17 horas e 35 minutos.*

## ORDEM DO DIA

**O Sr Presidente:** — Srs. Deputados, vamos iniciar a discussão, na generalidade, do projecto de lei n.º 56/VIII — Atribui o direito a subsídio de desemprego aos docentes contratados dos estabelecimentos de educação e ensino públicos (PCP).

Neste momento, registaram-se aplausos de público presente nas galerias

Desculpem, Srs. Cidadãos, mas não podem manifestar-se, aqui, só os Srs. Deputados é que têm direito a tal. Não levem a mal, mas esta é uma regra sagrada da Casa, aliás, é uma regra de todas as instituições parlamentares existentes por essa Europa fora.

Para apresentar o projecto de lei, tem a palavra a Sr.ª Deputada Luísa Mesquita.

**A Sr.ª Luísa Mesquita (PCP):** — Sr. Presidente, Sr as Deputadas, Srs. Deputados: O projecto de lei n.º 56/VIII que agendámos hoje, para discussão pretende responder a mais uma situação de trabalho precário, que, progressivamente, se generaliza como se de um direito se tratasse e não da ausência dele, atingindo, sem exceção, todos os sectores laborais.

Hoje, falamos de mulheres de professores e educadores de todos os níveis do sistema educativo que, de norte a sul do País, constituem uma mão-de-obra barata, indispensável ao funcionamento das escolas, das universidades, dos institutos politécnicos e dos jardins de infância. Todos os anos lectivos eles são imprescindíveis ao sistema educativo e, por isso, são contratados pelo Ministério da Educação, mas, quando não há espaço para o contrato, ficam no desemprego, sem direito a qualquer direito, esperando, na melhor das hipóteses, o ano seguinte.

**O Sr António Filipe (PCP)** — É um escândalo!

**O Orador** — Petições, audiências, acampamentos junto ao Ministério da Educação, marchas de denúncia pelas cidades e vilas de todo o País têm demonstrado, à exaustão, a indigna e insustentável situação destes educadores e professores.

O Partido Socialista e o Governo do Partido Socialista assumiram compromissos relativamente a estes trabalhadores: comprometeram-se não só a criar condições para a sua integração nos quadros da Administração Pública mas também a aprovar legislação que viabilizasse a existência de um subsídio de desemprego. Mas promessas leva-as o vento e, terminada a legislatura, com exceção de algumas integrações, nada mais foi feito. Mas veio a campanha eleitoral de 1999 e com ela, mais uma vez, um enunciado de promessas a cumprir de imediato, dizia-se.

No entanto, o tempo passa e não só o Governo do PS não cumpre o que havia prometido como executa um conjunto de práticas políticas lesivas dos interesses destes professores e educadores e de toda a escola pública.

**Vozes do PCP.** — Muito bem!

**A Oradora** — Foi assim que, no términos do ano lectivo transacto e no início do actual, o Ministro da Educação decidiu aumentar o número de alunos por turma nas áreas periféricas dos grandes centros e encerrar cursos nocturnos em várias escolas. Só na área da Grande Lisboa encerraram já, pelo menos que tenhamos conhecimento, cursos em 17 escolas.

**O Sr Lino de Carvalho (PCP)** — Exactamente!

**A Oradora:** — Isto, Srs Deputados e Sr as Deputadas, num País em que é preocupante a taxa de abandono precoce no ensino básico e em que apenas 10% da população activa entre os 25 e os 64 anos conclui o ensino secundário.

Mas o actual Ministério da Educação decidiu mais decretar publicar e aplicar legislação penalizadora das condições de trabalho das escolas, procurando que os docentes exerçam todo um conjunto de funções, que anteriormente implicavam redução da componente lectiva, agora sem qualquer redução e com um número de horas mais escasso ainda.

**O Sr Bernardino Soares (PCP)** — É verdade! É verdade!

**A Oradora** — Claro que estas medidas viabilizaram uma substancial redução do número de contratos assinados. O Governo despediu, assim, deste modo, cerca de 13% dos educadores e dos professores relativamente ao último ano e acrescentou mais até ao ano de 2003, prevê o despedimento de cerca de 25% dos professores e educadores do sistema educativo.

**O Sr Honório Novo (PCP)** — Mas faz cimeiras sobre o emprego!

**A Oradora:** — Só que o sistema não tem excesso de professores, portanto, esta obsessiva política de redução de custos vai contribuir, natural e obrigatoriamente, para a diminuição da qualidade de trabalho nas escolas públicas portuguesas.

## Aplausos do PCP

Mas, Srs Deputados, para que não fiquem dúvidas, justificam-se alguns dados suficientemente esclarecedores da frágil saúde do nosso sistema educativo.

Dos 8780 candidatos ao segundo ciclo do ensino básico, com habilitação profissional, que significa com estágio realizado, e com habilitação própria, que significa licenciatura ou bacharelato, estes últimos com dois ou mais anos de serviço, apenas 916 conseguiram vincular-se, o que corresponde a 10,4%. Mais tarde, no entanto — e esta atitude é paradoxal —, foram contratados 944 professores, ficando ainda por colocar 6920 candidatos, portanto, foram contratados mais professores do que os que estão vinculados ao sistema.

No terceiro ciclo do ensino básico e secundário, dos 13 198 candidatos com habilitação profissional e própria obtiveram colocação apenas 6682, cerca de 50%.

Na educação pré-escolar, apesar do alargamento da rede pública e apesar de existirem mulheres de crianças que ainda não frequentam regularmente os jardins de infância, algumas centenas de docentes deste sector estão ainda por colocar.

Sr. Presidente, Sr.as Deputadas, Srs Deputados O projeto que o PCP, hoje, traz, aqui, pretende resolver um dos muitos problemas que caracterizam o quotidiano das nossas escolas, mas outras medidas urgentes têm de ser tomadas para acautelar, no futuro próximo, os direitos dos cidadãos que pretendem fazer da docência a sua profissão e os direitos das crianças e dos jovens que frequentam o sistema educativo

**Vozes do PCP:** — Muito bem!

**A Oradora** — É imperioso alertar as instituições de formação de docentes para a urgência em ponderar as ofertas de formação em função das necessidades do País

É ilegítimo ignorar o cada vez maior número de jovens frustrados por terem escolhido fazer formação orientada exclusivamente para a docência e por não terem qualquer possibilidade de entrar na profissão, pela qual optaram, a curto e, até, a médio prazos

Quem contactou com os milhares de professores que, nos últimos meses, têm feito ouvir a sua voz, ouviu relatos cruéis, resultantes da difícil situação de instabilidade e de desemprego que bate anualmente à porta de professores e educadores com 6, 8, 10 e mais anos de serviço

Um dos professores presentes explicava por que é que não tinha sido contratado e dizia: «A escola onde trabalhei, no ano passado, nos arredores de Lisboa, funciona hoje com várias turmas de 30 e mais alunos. Dois dos clubes ainda não arrancaram. Os apoios pedagógicos acrescidos e os apoios individualizados estão ameaçados por falta de professores; e eu estou aqui à espera de colocação ( )»

Por todas estas razões, urge discutir e aprovar legislação que garanta aos milhares de professores, a quem tem sido negada a estabilidade de emprego e que são indispensáveis à melhoria do funcionamento do sistema educativo, os mais elementares direitos consagrados constitucionalmente a assistência médica e social e o subsídio de desemprego.

**Vozes do PCP** — Muito bem!

**A Oradora** — A este propósito, Srs Deputados e Sr as Deputadas, vale a pena lembrar que, em 1995, o Sr Provedor de Justiça requeria ao Tribunal Constitucional «a verificação do não cumprimento da Constituição por omissão das medidas legislativas necessárias para conferir exequibilidade, no que aos trabalhadores da função pública diz respeito, à norma contida no artigo 59º, nº 1, alínea e), da Constituição, na qual se inscreve o direito dos trabalhadores à assistência material, quando, involuntariamente, se encontram em situação de desemprego»

Sr Presidente, Sr.as Deputadas, Srs Deputados O nosso projeto de lei pretende garantir aos educadores de infância, aos professores do ensino básico e secundário e também aos professores do ensino superior universitário e politécnico a atribuição do direito ao subsídio de desemprego, porque consideramos inaceitável que se exclua algum nível de ensino e se legisle parcial e intencionalmente para o sector onde a quantificação dos números é mais visível.

Tratando-se de legislação própria para uma área laboral particular, propomos ainda um regime específico, no que se refere aos prazos de garantia, de acordo com o Decreto-Lei n.º 119/99, que estabelece, no âmbito do regime geral de segurança social dos trabalhadores por conta de outrem, o quadro legal da reparação da eventualidade de

desemprego, porque é exactamente na definição destes prazos de garantia que se determina e condiciona o número de professores e educadores que terão acesso a este direito

**O Sr Bernardino Soares (PCP)** — Muito bem!

**A Oradora** — Não é possível ignorar que muitos e muitos educadores e professores são contratados exclusivamente durante um período lectivo, durante a ausência por doença de um trabalhador do quadro, durante a ausência de uma trabalhadora por licença de maternidade, etc., etc

Não equacionar este quadro particular da actividade educativa é discriminatório, à partida, negativamente os seus agentes relativamente a outros trabalhadores.

Propomos, ainda, que a obrigação contributiva para o regime geral da segurança social seja integralmente assumida pela entidade contribuinte, regime que já se pratica em relação aos educadores e professores do ensino particular e cooperativo

Finalmente, o nosso projecto determina que todos os professores e educadores, beneficiários do direito a subsídio de desemprego, continuem a usufruir dos benefícios concedidos pela ADSE, impedindo, por exemplo, que uma professora ou educadora, quando terminado o seu contrato e encontrando-se no gozo da licença de maternidade, tenha de a interromper, porque perde o direito à assistência na maternidade, consagrado na Constituição da República Portuguesa

**Vozes do PCP** — Muito bem!

**O Sr Honório Novo (PCP)** — É um escândalo!

**A Oradora** — Estamos convictos de que esta Assembleia não deixará de reparar tão gravosa injustiça, estamos convictos de que o nosso projecto é exactamente a contribuição que queremos dar à resolução desta inqualificável discriminação de que são alvo milhares de educadores e professores

Serão bem-vindas, Srs Deputados e Sr as Deputadas, todas as sugestões que tiverem como objectivo melhorar o texto apresentado, os professores e os educadores deste país merecem-no!

*Aplausos do PCP*

**O Sr Presidente** — O Sr Deputado Barbosa de Oliveira inscreveu-se para pedir esclarecimentos à Sr.ª Deputada Luísa Mesquita, mas esta não tem tempo para responder

**O Sr Barbosa de Oliveira (PS)** — Sr Presidente, uma vez que a Sr.ª Deputada não tem tempo para responder, desisto de fazer o pedido de esclarecimento

**O Sr Presidente** — Muito bem, Sr Deputado Para uma intervenção, tem a palavra o Sr Deputado David Justino

**O Sr David Justino (PSD)** — Sr Presidente, Sr as e Srs. Deputados O Grupo Parlamentar do Partido Comunista Português submete à apreciação desta Assembleia o projeto de lei n.º 56/VIII, que regulamenta a atribuição de subsídio de desemprego aos docentes contratados dos estabelecimentos de educação e ensino públicos

Entendemos que se trata do reconhecimento de um direito que importa respeitar,

O Sr Luis Marques Guedes (PSD). — Muito bem!

O Orador — não obstante algumas reservas e discordâncias pontuais do Partido Social Democrata relativamente a parte do articulado, bem como alguma contradição técnica entre os motivos invocados e o universo de beneficiários desta iniciativa

Trata-se de uma iniciativa que visa repor algum sentido de justiça numa situação que, para todos os efeitos, é anómala no quadro dos direitos dos cidadãos Entendemos que fazer justiça e reconhecer direitos nunca é inoportuno, mesmo se o fizermos com atraso

É neste contexto que o Partido Social Democrata votará favoravelmente e na generalidade esta proposta

O Sr António Capucho (PSD) — Muito bem!

O Orador — Entretanto, tenhamos a coragem de refletir sobre o problema que está na génese desta iniciativa e de perceber que esse problema, longe de se circunscrever a uma situação conjuntural, corre o risco de tornar-se um factor de instabilidade e mesmo de ruptura do sistema educativo.

Não discutimos quantas serão as dezenas de milhar de educadores e professores que caíram na situação de desemprego, muito menos se a expressão dos seus anseios se fará da forma mais correcta, mas há dois aspectos básicos que não poderemos desvalorizar: o primeiro, o problema existe, o segundo, tudo leva a crer que tenderá a agravar-se

Ora, é nesta altura que importa recensear os factores que estão a conduzir ao agravamento dos níveis de desemprego não só entre os graduados pelos estabelecimentos de ensino superior mas com particular destaque entre aqueles que escolheram como profissão o ser professor

É conhecido de todos que, por factores que se prendem com a evolução demográfica da população portuguesa, é cada vez menor o número de alunos que entra no sistema de ensino, pelo menos nos próximos cinco anos, a tendência não se vai alterar

É conhecido de todos que a taxa de abandono escolar tem vindo a aumentar Por estimativas que realizámos, não estaremos muito longe da situação de um terço dos alunos que iniciam o seu trajecto escolar o abandonarem ao longo da escolaridade obrigatória, sem a concluir

É igualmente conhecido de todos que as taxas de insucesso são das mais elevadas da Europa e que não têm conhecido uma evolução favorável

De todos é conhecido, não podemos disfarçar.

É perante este quadro que volta a justificar a pergunta o que tem feito este e o anterior Governos?

O Sr. Luis Marques Guedes (PSD). — Que «paixão»!

O Orador: — Autoriza, sem critério, a multiplicação de cursos superiores de formação de professores, aumentando a oferta quando a procura está, de há muito, em baixa; cede aos lobbies do ensino superior, continuando a consagrar no ensino público, que todos nós pagamos, aquilo que criticava ao ensino privado e cooperativo, ou seja, continua a autorizar a proliferação de cursos de papel e lápis, não tem qualquer política para combater o abandono e o insucesso escolar — cada vez mais, a escola se

torna uma instituição pouco atractiva, lançando para as plataformas de exclusão social milhares de jovens portugueses, mantém orientações relativas à dimensão média das turmas muito acima do que seria desejável Se queremos qualificar o ensino básico e secundário, uma das condições necessárias é promover a diminuição do número médio de alunos por turma

Se tudo isto fosse feito, se houvesse uma política visando a reforma profunda do sistema de ensino, certo que aproveitariam melhor o capital humano que agora desperdiçamos, mantendo milhares de professores no desemprego; se tudo isto fosse feito, não andaríamos a criar expectativas aos nossos jovens, dando-lhes oportunidades de se formarem como professores, mas recusando-lhes a legítima expectativa de poderem exercer a profissão que escolheram

Por isso, se é importante que consagremos um direito de usufruto de um subsídio de desemprego, seria mais importante investirmos mais nas pessoas que escolheram a educação como o seu projecto de vida. Eles merecem, o País precisa, mas o Governo parece que não sabe!

*Aplausos do PSD*

O Sr Presidente — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr Deputado Carlos Matos

O Sr Carlos Matos (PS) — Sr Presidente, sendo esta a minha primeira intervenção nesta Câmara, quero cumprimentar V Ex<sup>a</sup>, a Mesa e os meus colegas Deputados

O Sr Presidente — Muito obrigado, Sr Deputado, e também lhe retribuímos o cumprimento

O Orador — Sr Presidente, Srs Deputados: Hoje, dia 2 de Fevereiro, comemora-se o Dia Nacional do Professor, hoje, em muitas escolas e centros de formação do País, muitos são os professores que se reúnem para discutir os seus problemas e partilhar os seus receios e esperanças, na busca de encontrar novas soluções

O Governo do Partido Socialista inscreveu no seu programa de acção a resolução do problema da situação do desemprego dos professores contratados

O Sr Honório Novo (PCP) — Então, vai votar a favor deste projecto de lei!

O Orador — Professores contratados que, depois de anos de serviço, são colocados fora do sistema sem qualquer garantia, configurando uma situação de grande injustiça e humilhação profissional

O Governo vai, finalmente, acabar com estas situações O Ministério da Educação, seguindo o princípio geral comum a todos os trabalhadores em situação de desemprego, activou um conjunto de acções que visam estender este princípio aos professores contratados

Das negociações realizadas com as estruturas representativas dos professores sobre a proposta de diploma do Ministério da Educação vai passar-se, agora, à fase seguinte da aprovação e publicação O velho problema de exceção e de injustiça vai, finalmente, ser resolvido, encontrada que foi a solução técnica de enquadramento na legislação laboral

Temos consciência de que este passo decisivo significa uma atitude afirmativa de reconhecimento e considera-

ção pelo trabalho dos professores no sistema de ensino. A escola pública que queremos terá de ser, cada vez mais, uma escola preparada para responder com qualidade às aprendizagens dos alunos e às exigências da sociedade

A Sr<sup>a</sup> Maria Celeste Correia (PS) — Muito bem!

O Orador — Para respondermos a estes propósitos contamos com a dinâmica do Ministério da Educação no tratamento, com equidade, de todos os profissionais que exercem funções no sistema educativo, sejam eles professores do quadro geral, de vinculação ou contratados, sejam eles assistentes de acção educativa ou administrativos

O Sr Joaquim Matias (PCP) — Discuta o projecto de lei!

O Orador — Para uma melhor qualidade da escola pública torna-se necessário cuidar das condições de trabalho dos profissionais de educação, introduzir a reforma curricular, avaliar as aprendizagens dos alunos e insistir no acompanhamento dos pais na vida escolar dos seus filhos

Vozes do PS — Muito bem!

O Orador — Pretende-se uma escola pública que, com criatividade, saiba desenvolver o seu espaço de autonomia, caminhando numa intervenção mais activa na interligação ao meio social envolvente

A Sr<sup>a</sup> Luisa Mesquita (PCP) — Pretendem pessoas sem direitos!

O Orador — Numa palavra, pretende-se uma escola pública de profissionais motivados, alunos interessados e pais empenhados

O Sr António Filipe (PCP) — Estão à espera de quê?

O Orador — Sr Presidente, Sras e Srs Deputados. O projecto de lei n° 56/VIII, de iniciativa do Partido Comunista Português, sobre a atribuição de subsídio de desemprego aos docentes contratados, acontece num tempo em que as negociações do Ministério da Educação com os representantes dos professores entrou na fase de decisão

A circunstância de o Grupo Parlamentar do PCP agendar à pressa a discussão do projecto de lei n° 56/VIII, sem tão-pouco ter ainda terminado o período de discussão pública a que o mesmo se encontra sujeito nos termos constitucionais, legais e regimentais aplicáveis.

O Sr Manuel dos Santos (PS) — É essa a questão!

O Orador — . é, por si só, reveladora das intenções que movem o PCP, partido normalmente tão cioso do cumprimento das regras de auscultação das organizações representativas dos trabalhadores

Vozes do PS — Muito bem!

O Orador. — A instituição do subsídio de desemprego para os docentes contratados dos estabelecimentos de educação e ensino públicos é uma questão séria, que envolve profissionais que nos merecem todo o respeito e consideração

Vozes do PS — Muito bem!

O Orador — Contrariamente ao que o PCP quer fazer passar, a instituição deste subsídio de desemprego não é uma questão nova que o PCP tenha descoberto agora, nem é tão-pouco uma questão para a qual o Governo do Partido Socialista se manteve insensível ou inoperante

É de toda a justiça sublinhar que o Partido Socialista assumiu e inscreveu no seu plano de acção, como medida prioritária, a instituição do subsídio de desemprego para os docentes contratados, medida que vai concretizar. E é hoje do conhecimento geral dos portugueses e dos docentes, em particular, que a instituição, assumida pelo Governo do Partido Socialista, do subsídio de desemprego para os docentes contratados se encontra em vias de conclusão.

Reconhece-se que o carácter específico da situação jurídico-laboral dos docentes contratados e a necessidade de encontrar as melhores soluções normativas, num quadro de diálogo e de participação social com as estruturas representativas destes trabalhadores e mesmo interministerial, determinam um atraso na aprovação do regime legal de protecção no desemprego dos docentes contratados. Mas, em contrapartida, contrariamente ao projecto de lei do PCP em discussão, a medida a aprovar pelo Governo consagra soluções normativas equilibradas no plano da justiça e coesão social, concertadas com os parceiros sociais e consentâneas do ponto de vista dos interesses em causa

Com efeito, o quadro legal de protecção no desemprego dos docentes contratados, a aprovar pelo Governo muito em breve, constitui o resultado de um aturado processo negocial com as estruturas representativas destes profissionais, iniciado, aliás, em sede de concertação social, o que lhe confere um valor social acrescido

Fazer tábua rasa deste processo negocial e fazer aprovar um regime de protecção no desemprego dos docentes, cujas soluções normativas se afiguram incongruentes e inadequadas e para as quais não se conhecem ainda os resultados da consulta pública, como parece querer o Grupo Parlamentar do PCP, representa, na nossa perspectiva, um retrocesso na solução de um problema de enorme relevância social, para a qual se deram passos significativos. De facto, rendido a uma visão eleitoralista e determinado a apanhar um comboio que já vai a canhão da última estação, o Grupo Parlamentar do PCP apresenta um projecto de lei inadequado, atabalhado e, em alguns aspectos, de difícil concretização

Quem confrontar o projecto de diploma do Governo sobre esta matéria com o projecto de lei do PCP facilmente concluirá que este último se trata, em grande medida, de uma cópia daquele, mas de uma cópia mal copiada, ou seja o que copiaram, copiaram mal, e, no que pretendiam inovar, são incongruentes e inconsequentes. Passo a referir os exemplos

Vozes do PCP — Ah!

O Orador — Primeiro, não faz qualquer sentido «meter no mesmo saco», para efeitos de concessão de subsídio de desemprego, educadores de infância e professores dos ensinos básico e secundário

*Protestos dos Deputados do PCP*

Srs Deputados, ouçam! Não estamos num comício!

Como eu estava a dizer, não faz qualquer sentido «meter no mesmo saco», para efeitos de concessão de subsídio de desemprego, educadores de infância e professores dos ensinos básico e secundário com docentes do ensino superior universitário ou politécnico e, depois, falar-se nas áreas da CAE (Coordenação de Acção Educativa) ou nas Direcções regionais de educação como contribuintes, quando, quer as áreas da CAE, quer aquelas direcções regionais, nada têm a ver com os estabelecimentos de ensino superior universitário e politécnico, que, nos termos do regime legal vigente, têm autonomia relativamente ao próprio Ministério da Educação. Estamos perante realidades diferentes, que, por isso mesmo, merecem tratamentos diferenciados, coisa que o PCP parece não entender.

Em suma, o projecto de lei n.º 56/VIII hoje em debate, sendo inatacável do ponto de vista dos objectivos que visa atingir, que todos reconhecerão meritórios, afigura-se-nos incongruente, inconsistente e até inútil, já que é do conhecimento generalizado que se encontra em fase de aprovação final um diploma do Governo que, para além de mais perfeito do ponto de vista da técnica e solução normativa, apresenta o inegável mérito de comportar igualmente a chancela dos parceiros sociais.

**Vozes do PCP** — Já está assim há quatro anos!

**O Orador.** — Sr Presidente, Srs Deputados A situação específica de precariedade laboral em que se movem os docentes contratados dos estabelecimentos de educação e ensino públicos, resultante de uma modalidade de emprego público incapaz de responder afirmativamente à estabilidade e continuidade dos vínculos laborais, exige, no plano da protecção no desemprego, a adopção de soluções urgentes, concertadas e adequadas. Soluções urgentes por forma a que os docentes contratados possam acceder rapidamente a um patamar de protecção social compatível com a sua dignificação pessoal e profissional, traduzido na aprovação de um regime específico de protecção no desemprego, soluções concertadas por forma a que as soluções normativas a consagrar possam resultar de um amplo diálogo com as estruturas representativas dos destinatários da medida, soluções adequadas por forma a que o quadro legal a aprovar seja equilibrado e consentâneo com os fins em vista e que, embora respeitando as especificidades dos interesses que visa tutelar, não contribua para o surgimento de injustiças relativas quando confrontado com o regime jurídico de protecção no desemprego aplicável à generalidade dos trabalhadores por conta de outrem.

Hoje, dia 2 de Fevereiro, é Dia Nacional do Professor

**O Sr Presidente** — Sr Deputado, faça favor de terminar, pois já esgotou o tempo de que dispunha

**O Orador** — Terminei num segundo. Sr Presidente Hoje, com a garantia do Governo na atribuição de um subsídio aos profissionais que possam ficar desempregados, a classe docente sentirá que, pela mão do Partido Socialista, será reparada uma situação de injustiça social que em nada dignificava a classe

*Aplausos do PS*

**O Sr Presidente** — Informo a Câmara que, para pedir esclarecimentos, inscreveram-se os Srs Deputados Luís Mesquita e David Justino. Porém, apesar de a Sr<sup>a</sup> Deputada

Luisa Mesquita dispor agora de 2 minutos, tempo cedido pelo Grupo Parlamentar do Partido Ecologista «Os Verdes» e tendo em conta que há pouco não dei a palavra ao Sr Deputado Barbosa de Oliveira para formular-lhe um pedido de esclarecimento por a Sr<sup>a</sup> Deputada não dispor de tempo para responder, não posso agora dar-lhe a palavra, Sr<sup>a</sup> Deputada Luisa Mesquita, para o mesmo efeito uma vez que o Sr Deputado Carlos Matos também não dispõe de tempo para responder. No entanto, terei muito gosto em inscrevê-la para uma intervenção, podendo dessa forma usar o tempo que dispõe na altura própria.

Digo o mesmo ao Sr Deputado David Justino ou, então, o Grupo Parlamentar do PSD cede metade do seu tempo disponível ao Grupo Parlamentar do PS para que o Sr Deputado Carlos Matos possa responder, dispondo cada um dos Srs Deputados de 1 minuto e 30 segundos. A não ser assim, não será possível dar a palavra ao Sr Deputado David Justino para pedir esclarecimentos.

Concordam em que assim seja?

**O Sr. António Capucho (PSD)** — Concordamos em ceder metade do nosso tempo ao Grupo Parlamentar do PS, Sr Presidente

**O Sr Presidente** — Assim sendo, tem a palavra o Sr Deputado David Justino, dispondo de em 1 minuto e 30 segundos, não mais.

**O Sr David Justino (PSD)** — Sr Presidente, Sr Deputado Carlos Matos, o meu pedido de esclarecimento é relativo a este longuíssimo processo de procura de solução para um problema que se arrasta.

Todos sabemos, com certeza, que as propostas, as ideias e, de certa forma, as iniciativas, quer governamentais, quer de outros grupos e sindicatos, têm-se multiplicado, mas o certo é que este problema se coloca há bastante tempo e que o Governo continua a aguardar, a aguardar, a aguardar, esquecendo-se, eventualmente, de que os milhares de professores que estão a viver a situação de desemprego não têm tempo para aguardar.

A prática deste tipo de negociações pode ser bem elucidada com um pequeno exemplo o Estatuto da Carreira Docente Universitária.

**O Sr Barbosa de Oliveira (PS)** — Olhe onde está a meter-se!

**O Orador** — . está em discussão e em negociação há quatro anos!

**O Sr Luís Marques Guedes (PSD)** — É a paixão!

**O Orador** — Sei que as paixões são passageiras e umas são mais do que outras

**Vozes do PSD** — Exacto!

**O Orador** — Esta já passou, mas seria bom que os compromissos assumidos pelo Partido Socialista, quer em 1995, quer em 1997, nas respectivas campanhas eleitorais, fossem eficazmente assumidos, o que significa concretizar as iniciativas legislativas que permitem resolver este problema.

**O Sr Presidente** — Sr Deputado, peço-lhe que termine, pois já esgotou o tempo de que dispunha

**O Orador** — Termino já, Sr Presidente, é apenas para dar uma justificação.

Secundamos a iniciativa do Partido Comunista Português, porque, acima de tudo, trata-se de uma situação premente e preocupante, para a qual é necessário encontrar uma resposta imediata

**Vozes do PSD** — Muito bem!

**O Sr. Barbosa de Oliveira (PS)** — Já lhes vamos avisar a memória, Srs Deputados!

**O Sr. Presidente** — Para responder, tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Matos, dispondo, para o efeito, de 1 minuto e 30 segundos

**O Sr. Carlos Matos (PS)** — Sr Presidente, Sr Deputado David Justino, «quem espera desespera» é um ditado velho e conhecido. Não há qualquer dúvida de que o problema dos professores desempregados, que estão numa difícil situação, é preocupante. Todos temos de ter em conta que esta situação de espera não é nova, infelizmente, é uma situação que se arrasta há já bastante tempo

**O Sr. Octávio Teixeira (PCP)** — Ainda por cima!

**O Orador** — Se calhar, o Sr Deputado David Justino também terá contas a ajustar neste sentido

**O Sr. Barbosa de Oliveira (PS)** — Esta situação arrasta-se há mais de 20 anos!

**O Orador** — Tal qual referi na minha intervenção, o Governo do PS, de acordo com a negociação feita em sede de concertação social, está, neste momento, em vias de resolver a questão. Portanto, penso que os professores que estão neste momento numa situação difícil irão, finalmente, ser contemplados com o subsídio de desemprego

**O Sr. Luís Marques Guedes (PSD)** — Então, votem o diploma!

**O Sr. Presidente** — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr Deputado Rosado Fernandes.

**O Sr. Rosado Fernandes (CDS-PP)** — Sr. Presidente, Caros Colegas. Lamento infligir de novo a minha presença à vossa atenção ou desatenção, mas, de facto, no ambiente de educação ou de deseducação em que vivemos, quando lemos que 44% dos licenciados estão desempregados, que, agora, há uma ideia genial de as aulas de laboratório do 2.º e 3.º ciclos do ensino básico passarem a ter 90 minutos, que o Sr. Ministro da Educação, talvez influenciado pela política agrícola comum e pela ajuda por cabeça, vai financiar as universidades conforme a ratio entre população estudantil e produção de licenciados, receio bem que o ensino corra grave perigo de ainda ficar pior do que está.

Porém, há um problema que não podemos esquecer, que é o problema daqueles que trabalham nas instituições de ensino, com contratos a prazo e que, depois, saem, embora tenham prestado um serviço relevante, na medida em que ajudam a colmatar falhas que existem nas instituições de ensino, ficando, assim, no desemprego sem receberem o respectivo subsídio. Para mim, é uma ideia completamente impensável e inaceitável!

**Vozes do PSD** — Muito bem!

**O Orador** — Sr.ª Deputada Luísa Mesquita, antes de me referir ao diploma ora em discussão, aproveito para pedir-lhe imensa desculpa por, no outro dia, ter-lhe chamado Figueiredo, que é o nome da Deputada do PCP que está comigo no Parlamento Europeu,

**A Sr.ª Luísa Mesquita (PCP)** — Esta desculpado, Sr Deputado

**O Orador** — mas não foi por qualquer afeição ao Parlamento Europeu

*Risos do PCP*

Sr.ª Deputada Luísa Mesquita, a verdade é que o projecto de lei apresentado pelo PCP atribui o direito a subsídio de desemprego aos docentes dos estabelecimentos de educação e ensino públicos Haverá, certamente, algumas destrinças a fazer aquando da discussão na especialidade do diploma, na medida em que ele faz uma amalgama, a que eu poderia chamar populista, mas penso que é uma amalgama de boa vontade, com todas as categorias de professores, desde o ensino básico ao superior, no entanto, como alguns sindicatos apontaram, ficariam de parte algumas «espécies» ainda resistentes, como a dos assistentes estagiários do ensino superior Naturalmente, talvez se pudesse fazer alguma destrinça entre os ensinos politécnico e o superior e outros níveis de ensino, mas, para mim, esses são problemas de somenos importância e de minimis non curat proetor. De facto, não há qualquer dúvida de que são aspectos sem grande importância

Portanto, a minha bancada está disposta a votar favoravelmente o projecto de lei do PCP, uma vez que, mais do que pequenas atribulações jurídicas, de pequenos tremulos políticos ou de pequenas lembranças amargas de derrotas ou de vitórias, trata-se de pessoas que trabalham e que não são pagas

**Vozes do CDS-PP** — Muito bem!

**O Orador** — O que, para mim, é absolutamente inadmissível!

*Aplausos do CDS-PP*

Resumindo a questões ontológicas — e está ali o Deputado Francisco de Assis que conhece a expressão do canto Das Ding an sich, ou seja, a coisa em si —, a coisa em si é «quem trabalha e não é pago», e isto, para mim, não é próprio de um Estado de direito, de um Estado que se respeite

De qualquer modo, há uma vantagem no projecto de lei do PCP, que é a redução do tempo, para 180 dias — desculpem-me por ter aqui uma cábula, mas sou pouco versado nestas coisas sindicais e os meus amigos dessa bancada, do PCP, são muito

**O Sr. Honório Novo (PCP)** — Isso nós já sabemos!

**O Orador** — Sr Deputado Honório Novo, você é sempre pouco agradecido!

*Aplausos do CDS-PP*

Você tem instrução, mas, depois, não tem educação!  
Está a tratar-me mal e eu não mereço!

#### Risos

E somos amigos, pois já nos conhecemos há muito tempo!

Mas, como eu dizia, entendo que a redução para 180 dias é uma forma bastante hábil de se evitar os 540 dias previstos no regime geral do Decreto-Lei n.º 119/99

Assim, salvo as observações que fiz e algumas outras que se possa vir a descobrir, na medida em que de facto não tenho o poder de saber tudo — e tenho imensa pena —, estamos dispostos a apoiar o projecto de lei n.º 56/VIII, do PCP, porque pensamos que a situação daqueles que trabalham — e isto não é populismo — e que, depois, quando são descontratados, ficam sem receber subsídio de desemprego, por terem descontado apenas para a ADSE e não para a segurança social, é inadmissível, cria instabilidade, cria mau ensino e faz com que as crianças sejam as últimas vítimas de uma cadeia de injustiças. Porque, para haver um ensino bom, é preciso que os professores tenham alguma segurança, segurança não na impunidade mas, sim, na sua capacidade de ensinar, e possivelmente também insegurança quando ensinarem mal, o que, infelizmente, muitas vezes não acontece.

Portanto, também seria bom que um dia pensássemos na obrigatoriedade de o corpo docente seguir certas práticas saudáveis, que garantam não só um bom ensino mas também que as crianças ou os adultos que estão à sua frente sintam a mesma segurança que alguns, que já são efectivos, sentem mas que, por vezes, não correspondem com o nível de ensino que praticam.

Enfim, é esta a posição do meu partido e é aquilo que os meus colegas pretendem fazer.

#### Aplausos do CDS-PP

**O Sr Presidente:** — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr Deputado Luis Fazenda

**O Sr Luís Fazenda (BE)** — Sr Presidente, Sras e Srs. Deputados, o Bloco de Esquerda acompanha, como é natural, o objectivo deste projecto de lei do PCP.

Pensamos que não há uma escola pública de qualidade que conviva com a precariedade dos seus principais agentes, os docentes, que não se pode fazer a evolução da educação em Portugal contra os professores — ela tem de ser feita com os professores — e, para além disto, que é preciso terminar com uma situação que se arrasta há muitíssimos anos, de discriminação negativa, até unconstitutional, em relação a trabalhadores que, descontratando para todos os mecanismos legais, não têm subsídio de desemprego nem outras prestações do Estado. Portanto, há que fazer a equidade e a equivalência relativamente a todos os outros trabalhadores.

Mas, indo directamente ao ponto que importa, há bem pouco tempo tivemos esta discussão, a propósito de um voto aqui apresentado pelo Bloco de Esquerda, na qual, de algum modo, se reproduziram as posições que hoje, aqui, estão em debate. Mas, devo dizer, na altura, o Partido Socialista teve, por intermédio de um outro orador, uma posição mais aberta e mais favorável a esta iniciativa.

A intervenção do Sr Deputado do Partido Socialista, permitam-me que o diga, que foi feita de grande rompante

e à velocidade de um Átila, pura e simplesmente, arrasou tudo aquilo que é uma iniciativa no Parlamento. Não se entende por que é que o Partido Socialista não pode viabilizar esta iniciativa legislativa em Plenário, para, depois, a discutir em sede de especialidade? Desde quando é que a primazia da acção governativa, independentemente da negociação com as forças sindicais e de todo o processo de concertação daí adveniente, é razão para que o Parlamento — porque não estamos reduzidos a uma situação de corporativismo — não possa discutir, debater e, em sede de especialidade, alterar todos os aspectos que o próprio Partido Socialista entenda estarem pior formulados neste projecto de lei? Portanto, essa não será uma razão para não viabilizar uma discussão, em especialidade, deste projecto de lei.

Por outro lado, devo lembrar o Partido Socialista de que, hoje, neste debate, há alguma má consciência na sua atitude. É preciso referir a bondade da iniciativa do Ministério da Educação e do Governo do Partido Socialista, mas, antes de mais, o esforço desenvolvido pelos sindicatos nesta matéria bem como a fortíssima luta que os professores contratados e desempregados têm tido. Foi devido a todas essas «campainhas» que se fizeram ouvir na rua, em frente ao Ministério da Educação, e a um esforço de longos anos que esta matéria chega hoje à situação linear onde ainda está, que não é uma situação de consequência em definitivo.

Eu espero que essa não seja a má consciência em relação a uma legislação que virá defraudar o legítimo anseio a um subsídio de desemprego, que não seja discriminatório para os professores contratados e desempregados.

**O Sr Presidente:** — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr Deputado Fernando Pésinho

**O Sr Fernando Pésinho (Os Verdes):** — Sr Presidente, Sras e Srs Deputados. É da mais elementar justiça dignificar o exercício da profissão docente. Se a educação deve ser uma aposta no presente e no futuro, se a educação é a pedra angular de um desenvolvimento que se deseja sustentável e harmonioso, então por que razão, ou que sentido tem, persistir em discriminar os seus principais agentes?

Que sentido tem o facto de mais de 30 000 profissionais, da educação pré-escolar ao ensino secundário, continuarem a ser contratados, ano a ano, para diversas escolas em diferentes regiões, anos a fio, sem que isso lhes garanta o mais elementar vínculo face à sua entidade patronal, o Ministério da Educação?

Que sentido faz, nos dias de hoje, que estes profissionais da educação não tenham direito ao subsídio de desemprego quando fiquem sem o desejado posto de trabalho ou percam ainda o direito à assistência médica e à assistência na maternidade?

Que sentido faz caber ao Estado o dever de promover e de ter a incumbência de zelar pela protecção dos trabalhadores e dos seus direitos inalienáveis quando, depois, na situação de patrão, não olha para os referidos trabalhadores como mandam os mais elementares deveres das entidades patronais?

Se assim faz o Estado-patrão, o que esperar das entidades privadas?

Que sentido faz o Estado enveredar por este «usar e deitar fora», tendo em relação aos seus servidores uma atitude como aquela que temos para com os objectos descartáveis?

**Sr. Presidente, Sr.<sup>m</sup> e Srs Deputados.** O projecto de lei em apreciação é, a nosso ver, de uma grande pertinência e actualidade — características, aliás, sublinhadas pelo facto de existir sobre o assunto, nesta Assembleia, uma petição com cerca de 35 000 assinaturas e até uma recomendação do Sr. Provedor de Justiça —, dado verificar-se actualmente o crescimento do desemprego destes profissionais devido ao aumento do número de alunos por turma, à extinção de turmas do ensino recorrente nocturno e à redução de horários nas escolas

Mas a existência deste projecto de lei e a sua discussão assumem ainda um outro destaque, que, em nossa opinião, não pode nem deve ser esquecido. Apesar de a educação ter sido tema de paixões governamentais não foi, em tempo útil, o problema resolvido por quem de direito, a quem, pois, cabe inteirinha a responsabilidade pela óbvia situação de discriminação em que se encontram estes profissionais do sector da educação.

Apesar das sucessivas promessas de resolução do problema, apesar de o mesmo estar contemplado no acordo de concertação social, a verdade é que o direito à igualdade de tratamento permanece por cumprir.

**Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados.** Sendo que o projecto de lei em discussão constitui um contributo decisivo para resolver o problema do pessoal docente contratado no seu acesso ao subsídio de desemprego, entre outros direitos, não esgota, nem era essa a sua pretensão, as soluções que devem ser encontradas para a dignificação da carreira docente, incluindo as questões dos vínculos laborais, encarada numa perspectiva mais ampla, enquanto elemento indissociável da qualidade de ensino que urge aprofundar.

Na opinião de Os Verdes, o Governo não pode alhear-se deste desafio; não pode alhear-se do desafio da qualidade do ensino. O Governo tem de ouvir mais o Sr Primeiro-Ministro, que diz: primeiro, as pessoas ou, se quiserem ou preferirem, as pessoas primeiro.

**Vozes de Os Verdes e do PCP:** — Muito bem!

**O Sr. Presidente.** — Para uma segunda intervenção, tem a palavra a Sr.<sup>a</sup> Deputada Luísa Mesquita.

**A Sr.<sup>a</sup> Luísa Mesquita (PCP)** — Sr. Presidente, Sr.as e Srs Deputados: Não queremos terminar este debate sem deixar claras algumas questões, fundamentalmente para o Sr Deputado do Partido Socialista, pois da primeira intervenção entende-se o desconhecimento que tem daquilo que foi a discussão deste problema na anterior legislatura.

Então, Sr. Deputado, para que conste da sua memória, pois nos Diários da Assembleia da República já consta, devo dizer que, no dia 18 de Outubro de 1997, o então Secretário de Estado da Administração Educativa, hoje Ministro da Educação, disse nesta Casa que estavam preocupados, que estavam naquele momento, com a Secretaria de Estado da Administração Pública e com a Secretaria de Estado da Segurança Social, a trabalhar nessa questão e que iriam resolvê-la urgentemente.

**O Sr. Barbosa de Oliveira (PS)** — E era verdade!

**O Sr. Honório Novo (PCP)** — Era, mas não foi!

**A Oradora:** — E até me agradeceu, por, mais uma vez, ter trazido a esta Casa esta questão fundamental, pedindo-

-me que o mantivesse informado, no desenvolver da situação, no que tinha a ver com apoios da ADSE aos professores contratados.

Portanto, Sr. Deputado, o que o Governo do Partido Socialista pediu à bancada do PCP foi que o mantivéssemos informado daquilo que o PS não sabia.

**O Sr. Barbosa de Oliveira (PS)** — Oh!

**A Oradora** — Lembro também, Sr. Deputado, que o Governo do Partido Socialista anda, há cinco anos, a tentar elaborar um projecto de decreto-lei

Para terminar, devo dizer que a grande diferença entre aquilo que o Governo anda a fazer e aquilo que o PCP hoje apresenta tem a ver com uma questão importante: os prazos de garantia.

O que o Governo quer são prazos de garantia que não abranjam um único professor contratado, o que o Governo quer é um decreto-lei para os professores dos ensinos básico e secundário, porque isso é visível, é mediático, esquecendo professores do ensino politécnico, do ensino universitário e educadores de infância,

**O Sr. Barbosa de Oliveira (PS)** — Isso só lhe contaram a si!

**A Oradora** — . os quais — imagine-se! — o Sr. Deputado nem sequer sabia que também são docentes, que também têm um estatuto da carreira docente. Mas é natural . foi um esquecimento!

*Aplausos do PCP e de público presente nas galerias.*

**O Sr. Presidente.** — Mais uma vez recomendo e peço ao público presente nas galerias que não se manifestem, por respeito para com a Assembleia da República. A forma de a respeitarem é manterem-se em rigoroso silêncio, é esta a regra da Casa. De outro modo, teremos, nós próprios, de pôr em causa o respeito que temos por vós.

**O Sr. António Capucho (PSD)** — Sr. Presidente, peço a palavra para interpelar a Mesa

**O Sr. Presidente** — Tem a palavra

**O Sr. António Capucho (PSD)** — Sr. Presidente, o Governo tinha-se comprometido a entregar, na segunda-feira passada, o PIDDAC regionalizado, que, como V. Ex.<sup>a</sup> sabe, é fundamental para a análise do Orçamento do Estado para 2000.

Como, presumo, este documento não entrou, pelo menos até há 10 minutos atrás, não tinha dado entrada na Mesa, ..

**O Sr. Presidente** — Que eu saiba, não, Sr. Deputado

**O Orador** — peço a V. Ex.<sup>a</sup> que envide todos os esforços para que o Governo cumpra ao menos estas promessas

**O Sr. Presidente** — Sr. Deputado António Capucho, vou diligenciar nesse sentido

Srs Deputados, visto não haver mais inscrições, dou por terminado o debate do projecto de lei n.º 56/VIII

Passamos ao debate do projecto de resolução n.º 18/VIII — Apoio à comunidade portuguesa na Venezuela (PSD)

Para uma intervenção, tem a palavra o Sr Deputado Correia de Jesus

**O Sr Correia de Jesus (PSD)** — Sr. Presidente, Sras e Srs. Deputados: Portugal tem na Venezuela uma das suas mais importantes comunidades no estrangeiro. Constituída por cerca de 400 000 portugueses e luso-venezuelanos, a comunidade portuguesa na Venezuela tem dado um contributo substancial para o desenvolvimento do país que a acolhe e vem realizando, através das associações em que se integra, uma importante obra nos domínios cultural, social e desportivo.

Do ponto de vista económico-financeiro, os portugueses laboram 90% da indústria de panificação e asseguram mais de 50% da distribuição alimentar. Compatriotas nossos detêm posições relevantes nos sectores da extração de minérios, metalúrgico e bancário.

Quem for à Venezuela e contactar a comunidade portuguesa, encontrará por toda a parte o mesmo patriotismo, o mesmo amor à terra de origem, o mesmo desejo de manter vivas a nossa língua, a nossa cultura, as nossas tradições.

Mas, Sr. Presidente e Srs Deputados, a comunidade portuguesa na Venezuela é também uma comunidade de verdadeiros heróis. Por mais de uma vez, a desordem entre os homens ou as forças da natureza tem-nos reconduzido à estaca zero, destruindo casas e haveres e obrigando-os a um novo começo. Foi assim aquando dos trágicos acontecimentos do 28 de Fevereiro de 1989 e quando, em Dezembro de 1992, novos distúrbios, em Caracas, se traduziram em agressões e pilhagens, de que foram vítimas muitos portugueses. E, agora, aquela que é considerada a mais terrível catástrofe da história do país, veio, mais uma vez, pôr à prova o espírito de sacrifício, o estoicismo e a enorme capacidade de sobrevivência dos portugueses.

**O Sr Luis Marques Guedes (PSD)** — Muito bem!

**O Orador** — O que aconteceu em Dezembro passado, no estado de Vargas e em parte do estado de Miranda é indescritível. Os rios saíram do leito, transformando-se em ondas gigantescas que levaram pessoas, casas, estabelecimentos comerciais, povoações inteiras. A devastação foi tão profunda e extensa que as autoridades venezuelanas reconhecem ser necessário refazer o mapa das regiões afectadas.

Para além dos incalculáveis danos materiais, as consequências de tão grande calamidade cifram-se em centenas de mortos, milhares de desaparecidos e desalojados e, entre eles, há muitos portugueses e luso-descendentes a precisarem de comida, de vestuário e de alojamento.

A sociedade e as comunidades, sempre mais lestas do que os governos em manifestarem solidariedade, estiveram presentes desde a primeira hora. O Centro Português em Caracas, outras associações e a Missão Católica Portuguesa assumiram a emergência com determinação e com uma generosidade sem limites. Também os funcionários do Consulado-Geral, em Caracas, foram incansáveis na reidentificação das vítimas e no seu encaminhamento para a Missão Católica, onde o Padre Alexandre Mendonça comandou as operações de protecção civil, ajuda religiosa e material a milhares de compatriotas nossos.

**O Sr. Luis Marques Guedes (PSD)** — Muito bem!

**O Orador** — Sr Presidente, Sras e Srs. Deputados. Atendendo à dimensão e consequências da catástrofe, a ajuda internacional não se fez esperar, quer a nível dos Estados, quer a nível privado.

A União Europeia também disponibilizou ajuda humanitária, cujo reforço foi agora solicitado à Comissão, em resolução que o Parlamento Europeu aprovou recentemente, sob proposta do Deputado Social Democrata madeirense Sérgio Marques.

Da comunidade portuguesa na Venezuela, mais de 50% são oriundos da Região Autónoma da Madeira. Daí que o Governo Regional da Madeira tenha estado, desde a primeira hora, solidário com a comunidade portuguesa e com a população venezuelana em geral. Apesar de não possuir recursos em abundância, o Governo Regional da Madeira integrou-se, desde logo, no movimento de solidariedade a favor dos portugueses sinistrados, articulando com o Governo da República a sua acção neste domínio. E depois da visita à Venezuela do Secretário Regional dos Recursos Humanos e Comunidades, o Governo Regional da Madeira aprovou, na semana passada, uma resolução que tem em vista continuar a apoiar, através de verba entre tanto consignada no Orçamento regional, a comunidade madeirense e em que o Governo Regional da Madeira manifesta a disponibilidade da Região para participar na criação de uma linha de crédito de apoio às tarefas de reconstrução e renormalização da vida económica e social nas regiões afectadas.

**O Sr Luis Marques Guedes (PSD)** — Muito bem!

**O Orador** — Sras e Srs Deputados, Portugal tem de assumir por inteiro as suas responsabilidades em relação à Venezuela neste transe particularmente dramático da sua vivência colectiva, tendo em conta a forma como, ao longo dos tempos, os portugueses têm sido recebidos e têm prosperado naquele país amigo e ainda pelo significativo contributo que têm dado para o desenvolvimento e progresso de Portugal continental e da Região Autónoma da Madeira.

Os portugueses que vivem e trabalham na Venezuela não compreenderiam que Portugal, para honrar os seus compromissos internacionais, esteja a gastar largas dezenas de milhões de contos na Bósnia, no Kosovo e em Timor e que, em face de uma catástrofe que atingiu tão profundamente compatriotas nossos, nas suas vidas e haveres, o Governo português não disponibilizasse as verbas e os meios necessários para acorrer ao estado de necessidade em que eles se encontram.

**O Sr Luis Marques Guedes (PSD)** — Muito bem!

**O Orador** — Na Venezuela, Sras e Srs. Deputados, há muitos portugueses sem casa, sem meios de sobrevivência. É necessário, é urgente que o Governo faça actuar, em relação aos mais necessitados, o recém-criado «apoio social aos emigrantes» e, sem demora, lhes abone os meios económicos adequados para se alimentarem, vestirem e alojarem.

**O Sr. Presidente:** — Sr Deputado, faça favor de terminar.

**O Orador** — Sr Presidente, estou mesmo a terminar.

**O Sr Presidente** — Peço-lhe que termine mesmo

**O Orador** — Também jazem no Consulado-Geral de Portugal, em Caracas, cerca de 300 pedidos de apoio de pequenos comerciantes e industriais portugueses, cujos estabelecimentos foram completamente destruídos pela catástrofe de Dezembro passado, abrangendo-se nesta o próprio solo em que os estabelecimentos estavam implantados.

É, pois, necessário e urgente que o Governo português, além da ajuda humanitária prevista na proposta de lei do Orçamento do Estado, crie uma linha de crédito bonificado, de longo prazo, a favor daqueles, tal como se propõe no projecto de resolução, ora em discussão.

Nenhum óbice legal se opõe a tal medida; antes, todas as condições são propícias a que a mesma seja adoptada. O Orçamento do Estado para o ano em curso encontra-se nesta Assembleia para apreciação e votação e a banca portuguesa está fortemente implantada em Caracas, o que certamente facilitará a utilização da pretendida linha de crédito pelos que a ela queiram recorrer.

Sr. Presidente, Sr as e Srs Deputados Termo

**O Sr. Presidente.** — Sr Deputado, tem mesmo de terminar, pois já ultrapassou em muito o tempo disponível

**O Orador:** — Termo dentro de 10 segundos, Sr Presidente.

Em 1989 e em 1992 muitos portugueses e luso-venezuelanos perderam tudo o que, em anos de luta e sacrifício, haviam conseguido ganhar.

Apesar das adversidades e da incerteza, esses portugueses permaneceram na Venezuela, começaram uma nova vida e voltaram a vencer. Agora, de novo, os mesmos ou outros foram vítimas de uma grande catástrofe. Para eles, em especial, vai a nossa solidariedade e o nosso empenho. Sabemos, temos a certeza, de que, mais uma vez, eles vão ousar e de que, mais uma vez, eles vão vencer.

*Aplausos do PSD.*

**O Sr Presidente:** — Tem a palavra, para uma intervenção, o Sr. Caio Roque

**O Sr. Caio Roque (PS).** — Sr. Presidente, Srs Deputados Muitas têm sido as situações dramáticas e inesperadas em que comunidades portuguesas têm sido colocadas por adversidades das mais variadas naturezas, sem que para isso estivessem minimamente preparadas. Infelizmente, nenhum governo, como os do Partido Socialista, manifestou, tão clara e prontamente, o desejo de encontrar soluções para minimizar as situações trágicas por que essas mesmas comunidades tão recentemente passaram.

**O Sr Guilherme Silva (PSD)** — Mas havia outro governo em Portugal?

**O Orador:** — Sublinho, com muito agrado, quanto a situação por que passaram os nossos concidadãos na Venezuela é merecedora de atenção nesta Câmara.

Com efeito, nós, no Grupo Parlamentar do Partido Socialista, não temos problemas de consciência, porque, na hora certa e no momento exacto, fomos, por meu intermédio, ao encontro desses nossos concidadãos que sofriam, enquanto uns se remetiam a críticas precipitadas e outros diziam, como o Dr. Alberto João Jardim, que o sofrimento dos portugueses na Venezuela «era matéria do estrito âmbito da política externa de Portugal».

**O Sr Guilherme Silva (PSD)** — E é!

**O Orador** — Congratulamo-nos igualmente pela resposta atempada do Governo, pela presença do Sr. Secretário de Estado das Comunidades Portuguesas, Engenheiro José Lello, pela ajuda humanitária, de que o Sr. Deputado não falou, de 57 t, da ordem do 0,5 milhões de dólares e pela presença da equipa médica do INEM — da Comissão de Planeamento da Saúde de Emergência antes e do apoio psicológico e social prestado pela equipa que lhe sucede.

Sr Presidente, Srs Deputados O apoio a situações de carência e emergência aos portugueses que vivem, trabalham e sofrem no estrangeiro é um acto justo do Estado português.

São essas mesmas portuguesas e portugueses que, estimados por todos, muito contribuem patrioticamente para uma nova imagem do Portugal moderno que somos e muito têm contribuído para o desenvolvimento económico e social dos países de acolhimento e de Portugal.

É preciso, todavia, que esta atitude e esta decisão não fiquem inquinadas por razões que nada têm a ver com os portugueses na Venezuela e tudo possa, porventura, ter a ver com o clima pré-electoral que se vive na Região Autónoma da Madeira.

É necessário rigor, precisão e objectividade para que os apoios sirvam a quem deles precisa e não permitam a apropriação oportunista dos mesmos. É preciso sabermos quantas são as vítimas, quantos são os deslocados, quantos são os desalojados, quantos são os que viram, assim, o seu futuro privado dos meios de vida representados pelos seus comércios destruídos.

Mas também não podemos esquecer que outros sofrem idênticas situações de infortúnio. Lembro-me de outros concidadãos, como já foi referido, também na Venezuela, que, aquando das crises sociais que assolararam o país, em finais dos anos 80 e início dos anos 90, foram saqueados de tudo e tudo lhes destruiram, como os do Lesoto, da Guiné-Bissau, do ex-Zaire, de Angola, do Congo Brazzaville e de tantos outros episódios de sofrimento e infortúnio da diáspora portuguesa.

Congratulamo-nos, acima de tudo, pelo Governo ter introduzido na proposta de lei do Orçamento do Estado, aprovada em Conselho de Ministros, a criação de um programa de índole humanitária destinado a prestar apoio aos emigrantes portugueses na Venezuela, afectados pelas intempéries ocorridas no mês de Dezembro de 1999. Verbas que serão suportadas pela dotação provisional do Ministério das Finanças, tal como diz o seu artigo 93º, cuja epígrafe é «Apoio humanitário aos emigrantes na Venezuela»: «1 — O Governo criará um programa de índole humanitária destinado a prestar apoio aos emigrantes portugueses na Venezuela afectados pelas intempéries ocorridas no mês de Dezembro de 1999, 2 — As verbas destinadas ao financiamento do programa referido no número anterior serão suportadas pela dotação provisional do Ministério das Finanças» — como se pode ver, o Governo está atento! —.

**Vozes do PS** — Muito bem!

**O Orador** — ... na esperança de que, para além do rigor e da fiscalização devida a uma justa e equilibrada utilização, idênticos apoios se venham a dirigir, no futuro, a todas as situações semelhantes de penúria e sofrimento, ocorram elas onde estiverem e viverem portuguesas e portugueses.

*Aplausos do PS*

**O Sr. Presidente** — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Rodeia Machado

**O Sr. Rodeia Machado (PCP)** — Sr Presidente, Srs Deputados. A recente tragédia que assolou a Venezuela, em particular o estado de Vargas e o litoral de Caracas, traduziu-se numa enorme perda de vidas humanas, cujos contornos estão longe de estar inventariados, ou seja não se conhece com exactidão quantas pessoas terão morrido durante as enxurradas e desabamento de terras que atingiram estas áreas.

A perda de vidas humanas é, sem dúvida alguma, a maior tragédia que se abateu sobre a Venezuela e atingiu, como é sabido, com particular incidência, a comunidade portuguesa ali residente, que é bastante numerosa. Mas a par da perda de vidas, houve também perda de bens e haveres do lado da comunidade portuguesa que, como é sobejamente conhecido, tem um peso significativo na área do comércio e da indústria.

A comunidade portuguesa que cedo emigrou para aquelas paragens é gente laboriosa que tentou alcançar na Venezuela aquilo que lhe foi negado na sua terra, ou seja o direito a ter uma vida condigna, com emprego estável e salários dignos.

Essa comunidade foi agora atingida pelo luto, pela dor, mas também pela perda de bens que tanto lhe custaram a ganhar e situações existem em que todo o labor de uma vida, todas as economias que foram duramente amealhadas e que, de repente, se esfumaram.

É com esses, sobretudo com esses que tudo perderam, que o Grupo Parlamentar do PCP está, natural e seriamente, preocupado, e foi neste sentido que requeremos ao Governo informação detalhada sobre o assunto e que, até hoje, não obtivemos qualquer resposta.

Com efeito, logo após a tragédia, o voto de pesar que aqui aprovámos e na sequência de afirmações do Sr. Secretário de Estado das Comunidades Portuguesas solicitámos ao Governo que nos informasse sobre a criação de uma linha de crédito direcionada para a comunidade portuguesa na Venezuela e os contornos exatos dessa mesma linha de crédito.

**O Sr Lino de Carvalho (PCP)** — Muito bem!

**O Orador:** — Até hoje nem uma linha de resposta sobre este assunto.

Se a abertura da linha de crédito nos parece uma medida correcta e justa, gostaríamos de saber com que critérios vai ser aberta, qual a «população alvo» a que se dirige e quais os valores envolvidos. Parece-nos extremamente importante que fiquem, desde logo, quantificados os valores disponibilizados e quem tem direito a esta linha de crédito.

Mais, é necessário que se definam os critérios de aferição de perda de bens e haveres e quem deve verificar a veracidade das declarações então ali produzidas. Uma das entidades vocacionadas são as comissões sociais que, junto dos consulados, deveriam existir e estar a funcionar e que, por definição das suas próprias competências, deveriam fazer, em primeira análise, a triagem de tal situação. Aliás, se essas comissões sociais estivessem já instaladas junto aos consulados, que, em muitos casos, não existem, poderiam e deveriam, desde logo, como decorre do regulamento consular, estar no terreno a apoiar o le-

vantamento das situações e possivelmente se conheceria, com algum rigor, quem necessita de ajuda e qual o grau e a profundidade dessa ajuda.

**Sr Presidente, Srs Deputados** Por tudo o que aqui se afirma e face às graves situações que se conhecem, o Grupo Parlamentar do PCP entende que é necessário proceder à criação da referida linha de crédito e, nesse sentido, irá votar favoravelmente o projecto de resolução apresentado pelo PSD.

**Vozes do PCP** — Muito bem!

**O Sr Luís Marques Guedes (PSD)** — Muito bem!

**O Sr Presidente** — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Luís Fazenda.

**O Sr. Luís Fazenda (BE)**. — Sr Presidente, Srs e Srs Deputados É de elementar justiça que se auxiliem os cidadãos e cidadãs portugueses que, na Venezuela, foram vítimas das intempéries e da catástrofe que se abateu sobre as suas vidas, com especial incidência nos da Região Autónoma da Madeira, pois há laços de cultura, laços de família, laços económicos e sociais que devemos preservar. Não nos devemos lembrar dos emigrantes apenas em horas fártas, devemo-nos lembrar dos emigrantes também em horas difíceis.

**Vozes do PSD** — Muito bem!

**O Orador:** — Neste sentido, acompanhamos o projecto de resolução do Partido Social Democrata para que o próximo Orçamento do Estado preveja a abertura de uma linha de crédito bonificada, a fim de acudir à reorganização das vidas e da iniciativa económica de tantos e tantos emigrantes afectados e vitimados na Venezuela.

Sr Presidente, gostava ainda de dizer que não se entende muito bem, a não ser por um certo cinismo interpartidário, que haja aqui um «jogo de sombras» entre a previsão do Governo, que no próximo Orçamento do Estado já tem um programa de apoio humanitário, e o PSD, que prevê uma linha de crédito bonificado.

**O Sr Guilherme Silva (PSD)**: — O nosso foi primeiro!

**O Orador** — Bem, diremos que é necessário utilizar ambos os instrumentos, quer um programa de apoio humanitário, quer uma linha de crédito bonificado.

**Vozes do PS** — Muito bem!

**O Sr Guilherme Silva (PSD)** — Claro!

**O Orador** — E é verdade que o Governo não nos proporcionou ainda — e já haveria possibilidade disso — um relatório de conjunto, um quadro mais ou menos aproximado da situação que hoje vivem esses portugueses na Venezuela, no sentido de se saber que bens foram perdidos, que vidas, que situações, que dificuldades, que estrangulamentos para a reorganização das suas vidas. É tempo de conhecermos uma visão de conjunto da situação.

Mas também o Partido Social Democrata há-de me permitir uma crítica directa é que agindo bem aqui, apresentando este projecto de resolução, o Governo Regional da

Madeira não agiu em coerência. O Sr. Secretário Regional dos Recursos Humanos e Comunidades só se deslocou à Venezuela quase um mês depois da catástrofe ..

O Sr. Guilherme Silva (PSD) — Não é verdade!

O Orador: — . . e prevendo-se uma autorização de despesa genérica para estas situações no Orçamento regional da Madeira, que se saiba, até agora, está consignada apenas uma verba de 5000 contos.

Portanto, é bom que aqui todos aquilatemos destes cismos interpartidários, que ficarão talvez bem ao bloco central mas que têm pouco a ver com os cidadãos e com as cidadãs e com aquilo que é o apoio àqueles que mais sofrem e que mais carecem.

O Sr. Joel Hasse Ferreira (PS) — Você tem de aprender a ler! Tem de ser alfabetizado!

O Sr. Correia de Jesus (PSD). — Sr. Presidente, peço a palavra.

O Sr. Presidente: — Para que efeito?

O Sr. Correia de Jesus (PSD) — Para exercer o direito regimental da defesa da honra da bancada, Sr. Presidente

O Sr. Presidente — Os Srs. Deputados continuam hipersensíveis, mas, enfim, não me compete ajuizar

Tem a palavra, Sr. Deputado

O Sr. Correia de Jesus (PSD) — Sr. Presidente, em função da intervenção que acaba de fazer o Sr. Deputado do Bloco de Esquerda, gostaria de repor aqui a verdade das coisas para que não fique qualquer dúvida sobre o que efectivamente se passou, além de que, aquando da minha intervenção, não politizei esta questão. Estou apenas preocupado com a situação dos portugueses que foram afectados pela catástrofe que aconteceu na Venezuela e o que interessa é encontrarmos aqui as soluções mais adequadas.

Com efeito, o Sr. Secretário Regional dos Recursos Humanos e Comunidades só foi à Venezuela mais recentemente, porque, como no imediato se deslocou à Venezuela o Sr. Secretário de Estado das Comunidades Portuguesas, o Governo Regional entendeu que não fazia sentido ocorrer na Venezuela a visita simultânea de um membro do Governo da República e de um membro do Governo Regional. Esta é a razão fundamental das visitas terem sido escalonadas no tempo.

Por outro lado, também devo dizer ao Sr. Deputado que, por força do Orçamento regional para 1999, o Governo Regional disponibilizou de imediato a verba de 5000 contos, mas no Orçamento regional para 2000, que a Assembleia Legislativa Regional da Madeira entretanto aprovou, já foi consignada a possibilidade de um reforço desse apoio à comunidade portuguesa na Venezuela.

É esta a situação e, para que não haja dúvidas, deixo tudo devidamente esclarecido.

O Sr. Luís Marques Guedes (PSD) — Muito bem!

O Sr. Presidente: — Para dar explicações, se assim o entender, tem a palavra o Sr. Deputado Luís Fazenda

O Sr. Luís Fazenda (BE) — Sr. Presidente, como a Câmara pode comprovar, não houve qualquer ofensa à honra da bancada do PSD e muito menos, até, do Governo Regional da Madeira. Supunha que VV Ex. as eram Deputados da República e não meros porta-vozes do Governo Regional da Madeira. Espero não estar a ofender qualquer honorabilidade.

Congratulo-me com as palavras do Sr. Deputado Correia de Jesus, porque acabou de confirmar a magreza, a escassez e a pouquíssima preocupação do Governo Regional da Madeira nesta matéria. Digo mesmo um pouco mais: o Sr. Deputado poderia ter sido poupadão a ouvir as minhas palavras.

O Sr. Deputado falou em aberto apenas da situação dos emigrantes da Venezuela, mas recordo-o de que, na sua intervenção inicial, elogiou a actividade do Governo Regional da Madeira.

Quem semeia ventos pode colher mais uma pequena parcela!

O Sr. Guilherme Silva (PSD) — Elogiou e mantém o elogio!

O Sr. Basílio Horta (CDS-PP) — Sr. Presidente, peço a palavra para interpelar a Mesa.

O Sr. Presidente — Sr. Deputado Basílio Horta, espero que se cinja à figura regimental

Tem a palavra

O Sr. Basílio Horta (CDS-PP) — Sr. Presidente, cingir-me-ei, seguramente

Sr. Presidente, tive conhecimento de que a Mesa não admitiu um projecto de resolução sobre a Venezuela, apresentado pelo meu partido, com fundamento na extemporaneidade e na falta de acordo de outro partido.

No entanto, compulsados os elementos disponíveis no CDS-PP, verifica-se que este projecto de resolução deu entrada no dia 26 de Janeiro e, consequentemente, dentro do prazo regimental para poder ser apreciado por esta Câmara. Se depois do dia 26 houve qualquer atraso, que não nos é imputável, lamentamos, mas não podemos ser prejudicados por esse facto.

O Sr. Presidente — Sr. Deputado, o registo de entrada é de 27 de Janeiro e eu tenho de guiar-me por esse registo, como calcula! Além de que não acredito que falsificassem o registo de entrada. Ninguém estaria interessado nisso.

O Orador — Sr. Presidente, dá-me licença?

O Sr. Presidente — Faça favor.

O Orador — Sr. Presidente, o nosso protocolo — e foi entregue por protocolo — é do dia 26 de Janeiro

O Sr. Presidente — Sr. Deputado, admito que tenha razão, mas, sem saber isso, eu não podia guiar-me por outra coisa que não fosse o registo de entrada.

Ainda assim, Sr. Deputado, admiti-o em 28 de Janeiro. O que não houve foi o consenso dos grupos parlamentares para discutir a proposta de resolução por terem entendido que entrou fora de prazo.

O Orador — Mas não entrou, Sr. Presidente

**O Sr. Presidente** — Está bem, Sr. Deputado.

**O Orador:** — Realmente não entrou fora de prazo. O dia 26 de Janeiro não é fora do prazo.

**O Sr. Presidente.** — De qualquer modo, não posso louvar-me noutro elemento que não seja aquele que tenho, que é o registo de entrada, e este é de 27 de Janeiro.

**O Orador.** — O carimbo é do dia 27 de Janeiro, é verdade; mas é o dia posterior à entrada, que ocorreu a 26 de Janeiro!

**O Sr Presidente** — Sr. Deputado, não ponho em causa isso. De qualquer modo, acho muito estranho que, tendo entrado a 26, o carimbo tenha a data de 27 de Janeiro.

**O Orador.** — Sr. Presidente, há este caso e existem outros. Imagine se isto começa a ser .

**O Sr. Presidente.** — Ó Sr. Deputado, não há outros casos! Em regra, estes casos não surgem. É mesmo a primeira vez que o problema surge e que se põe em dúvida um carimbo dos serviços, atestando a entrada

Eu é que não podia pô-lo em dúvida, como calcula! Até porque o Sr. Deputado está a colocar-me este problema agora, pela primeira vez

**O Orador** — Sr Presidente, tive de consultar os próprios arquivos do partido! Não podia responder a V Ex<sup>a</sup> sem ter na mão a prova!

Sr. Presidente, não estou a dizer que o carimbo é falso. Apenas estou a dizer-lhe que a data que consta do carimbo é atrasada .

**O Sr Presidente** — Sr. Deputado, atrasado ou falso é a mesma coisa!

**O Orador** — Mas não o disse com essa intenção, obviamente!

**O Sr Presidente** — Eu sei que não! Sei que não o disse com intenção de ofender

Só posso dizer que vou analisar o problema, mas, neste momento, não posso pôr em dúvida a data que consta do carimbo apostado pelos serviços!

**O Orador.** — Vou fazer chegar à Mesa o livro de protocolo assinado

**O Sr Presidente** — Faça favor. Agradeço-lhe que o faça.

**O Orador.** — Muito obrigado, Sr Presidente.

**O Sr Presidente.** — Tem a palavra o Sr. Deputado Álvaro Castello Branco para uma intervenção

**O Sr. Álvaro Castello Branco (CDS-PP).** — Sr Presidente, se me permite, sendo a primeira vez que intervengo nesta Assembleia, começo por apresentar a V Ex<sup>a</sup> os meus respeitosos cumprimentos e, através de V. Ex<sup>a</sup>, torná-los extensivos a todos os Srs. Deputados.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: A tragédia que se abateu sobre a Venezuela, especialmente no estado de Vargas

e na costa litoral de Caracas, consequência dos violentos temporais de 17 de Dezembro de 1999, provocou um elevado número de mortos e prejuízos incalculáveis na economia daquele país

Este facto chocou o mundo e, muito especialmente, a sociedade portuguesa

A comunidade portuguesa, particularmente a originária da Região Autónoma da Madeira mas também um pouco de todo Portugal continental, em especial do Norte, foi fortemente atingida, quer no parque habitacional, quer nos negócios ligados ao sector do comércio. Esta comunidade, de cerca de 400 000 pessoas, é uma comunidade extremamente destacada que ocupa um papel relevante na vida económica, comercial e industrial da Venezuela

Muitas famílias portuguesas perderam os bens ganhos ao longo de uma vida de intenso trabalho, bens esses que, em muitas alturas, serviram para enviar remessas de dinheiro para Portugal

Nos dias que se seguiram à tragédia, o Governo português respondeu ao apelo das autoridades da República da Venezuela com ajuda humanitária de emergência e, nomeadamente, o povo do arquipélago da Madeira manifestou solidariedade efectiva à sua comunidade através de várias iniciativas que conseguiram reunir algumas dezenas de milhar de contos.

Noutras ocasiões, em que Portugal atravessou momentos políticos e económicos difíceis, a nossa comunidade da Venezuela foi solidária com a sua pátria

A fase de reconstrução de habitações e negócios que se segue, agora, na Venezuela, exige outros meios e a intervenção do Estado português

Por tudo isto, o Grupo Parlamentar do CDS-PP considera esta iniciativa uma exigência da mais elementar justiça

#### *Aplausos do CDS-PP*

**O Sr. Presidente** — Tem a palavra a Sr<sup>a</sup> Deputada Isabel Castro para uma intervenção.

**A Sr<sup>a</sup> Isabel Castro (Os Verdes)** — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Em nome de Os Verdes, quero pronunciar-me com brevidade sobre o projecto de resolução apresentado pelo PSD.

Julgo que todos temos presente as imagens da tragédia que atingiu a Venezuela e, designadamente, os cidadãos portugueses ali residentes. São imagens de pesar, de perda de bens, de perda de vidas

Naturalmente, perante tal catástrofe que, de forma tão trágica, atingiu concidadãos nossos, penso que ninguém poderia ficar indiferente. E a Assembleia da República não ficou

Na verdade, a Assembleia da República pronunciou-se, manifestando o seu pesar, como não podia deixar de fazer. No entanto, a questão que se coloca e do que se trata é de dar conteúdo aos gestos e às intenções que foram manifestadas

Do que precisam os nossos concidadãos, para além da resposta urgente que foi dada na ocasião, é de outro tipo de apoios que tardam. Claro que estes não pagam valores que, uma vez perdidos, não podem ser substituídos, mas, em todo o caso, tais apoios têm de ter concretização

Nesta óptica, entendemos que este projecto de resolução tem cabimento e terá o voto favorável de Os Verdes

**O Sr Presidente** — Srs Deputados, não há mais inscrições, pelo que está encerrada a discussão do projecto de resolução n.º 18/VIII, apresentado pelo PSD

Vamos, pois, passar à discussão conjunta dos projectos de lei n.os 43/VIII — Proíbe a comercialização, importação e produção com fins comerciais de organismos geneticamente modificados (Os Verdes) e 30/VIII — Organismos geneticamente modificados submissão da lei ao princípio da precaução (BE)

Para iniciar o debate em representação de Os Verdes tem a palavra a Sr.ª Deputada Isabel Castro

A Sr.ª Isabel Castro (Os Verdes) — Sr Presidente, Srs Deputados Os transgénicos continuam a monte e, quanto ao seu controle, o Governo continua «aos papéis» Razões suficientes para justificar a proposta de Os Verdes a sua necessidade, a sua pertinência, a sua oportunidade política

Uma proposta através da qual a Assembleia da República retoma um debate sobre um problema que, estando intimamente ligado ao futuro, não é novo, nem para os ecologistas, nem para esta Câmara

Um problema que, há três anos, precisamente, motivou, por nossa iniciativa, uma audição parlamentar conjunta das Comissões de Agricultura, Desenvolvimento Rural e Pescas e de Administração do Território, Poder Local, Equipamento Social e Ambiente que permitiu, durante vários dias, ouvir diferentes entidades e peritos, a comunidade científica, investigadores, organizações não governamentais, órgãos da Administração com responsabilidades directas nesta área. Foi uma audição para identificar problemas, dúvidas, riscos e um conjunto de implicações que, globalmente — e, no nosso país, de forma acrescida —, a produção, a importação e a colocação no mercado de novos alimentos geneticamente modificados pelas indústrias agro-alimentares provocam no plano da saúde, da segurança, da preservação dos ecossistemas e da biodiversidade, no fundo, em termos do próprio desenvolvimento socio-económico do País

Problemas que têm vindo a ganhar visibilidade perante a opinião pública, despertando consciências adormecidas para a dimensão dos perigos do confronto que se tem vindo a desenhar e a que temos assistido, particularmente a propósito das negociações no âmbito da Organização Mundial do Comércio (OMC)

Um confronto que faz ameaçar a saúde pública, o equilíbrio ecológico do planeta e a segurança global. Um confronto que coloca, de um lado, o gigantismo de um poderoso sector agro-alimentar, que não só faz pilhagem de recursos como, movido em exclusivo pelo lucro, tenta impor, no comércio e à escala planetária, uma globalização geneticamente modificada, através da dependência biotecnológica cuja investigação e comercialização em grande medida controla, e, do lado oposto, um movimento de opinião emergente que, em diferentes latitudes, contesta crescentemente estas tentativas de apropriação e de domínio

Um movimento que alia no mesmo plano consumidores, ambientalistas, movimentos de mulheres, cientistas, associações religiosas, agricultores, pacifistas, políticos. Um movimento que procura contribuir para alertar a opinião pública para o significado e a gravidade deste desafio e que busca plataformas comuns de acção que imponham debate político, fiscalização rigorosa e a adopção de moratórias, designadamente na Europa

Objectivos que nós, Os Verdes, partilhamos inteiramente. Uma acção que, entendemos, é um imperativo ético, uma responsabilidade política inadiável, um dever de solidariedade para com o futuro

Uma atitude que não radica, obviamente, na rejeição da importância dos avanços tecnológicos nem do progresso científico e técnico, cujas aplicações, concretamente no domínio da medicina, são fundamentais. Antes reflecte uma atitude de prudência e de responsabilidade que a nossa história recente, com outros «avanços tecnológicos», na sua aplicação, aconselha a não dispensar. Avanços esses cuja precipitação quando existiu, tão cara foi e continua a ser para a humanidade. Exemplos não faltam: da talidomida ao DDT, dos PCB ao nuclear, Uús e outros, tornando pertinente que se accionem mecanismos de precaução para responder a questões pendentes sobre as quais o conhecimento científico hoje disponível é ainda escasso.

Riscos a que estamos sujeitos quando se trata de organismos geneticamente modificados. Riscos — é bom lembrar — de carácter irreversível. Riscos cuja capacidade de reprodução e disseminação não pode ser ignorada. Riscos cuja avaliação de impacto para a saúde, para o ambiente, para o desenvolvimento socio-económico, tem de ser feita obrigatoriedade. Riscos cuja mera presunção obriga, politicamente, antes de decidir, a optar sempre pela prevenção.

Uma decisão que assume particular relevância quando se fala de OGM (organismos geneticamente modificados) e das suas consequências para a saúde humana, para o ambiente. Riscos cuja responsabilidade de avaliação cabe aos governos.

Uma responsabilidade óbvia, como, aliás, não deixam de assinalar as próprias declarações proferidas por Phil Angell, relações públicas da Monsanto, ao New York Times. São palavras da segunda maior empresa agro-química mundial, produtora de sementes transgénicas de soja e do herbicida mais vendido no mundo, segundo as quais não é a Monsanto que tem de se preocupar com a segurança dos seus produtos alimentares, o seu interesse é vender o mais possível. Verificar a segurança é com os governos.

Uma segurança assumidamenteposta em causa pela libertação de OGM e para a qual a prestigiada Associação Médica Britânica alerta, num relatório que, ao identificar um vasto leque de impactos e riscos para a saúde humana, para o ambiente para o desenvolvimento, sublinha a falta de resposta, no actual estado do conhecimento, para as dúvidas e questões formuladas e apela à adopção de uma moratória para os OGM.

Um alerta totalmente pertinente, quando nos lembramos do processo da BSE, há cerca de 10 anos. Um processo que, em nome do lucro, então menorizou as reservas de uma parte da comunidade científica, ultrapassou os parâmetros científicos e de segurança e avançou, sem esperar, num processo de decisão política cuja tradução, em termos de saúde humana e até em termos económicos, é, tragicamente, aquela que continuamos a observar!

Riscos para a saúde humana identificados no tocante ao aumento da resistência aos antibióticos e, consequentemente, gerando maior vulnerabilidade das pessoas em caso de epidemias e doenças, impactes no sistema imunitário, alergénico e já identificados noutras toxicologias.

Interrogações e efeitos negativos que ameaçam a destruição de biodiversidade e o equilíbrio dos ecossistemas.

Riscos que, naturalmente, se estendem à própria cadeia alimentar pela via de produtos que, sem certificação

laboratorial credível, no nosso país, e sem rotulagem, circulam com livre-trânsito, penalizando os consumidores — leia-se, penalizando todos nós —, limitando as nossas opções, o nosso direito à informação e, acima de tudo, pondo em perigo a nossa saúde e a saúde dos nossos filhos.

O impacto negativo das culturas transgénicas não se verifica apenas nos distúrbios que provoca ao nível dos ecossistemas naturais, tem, também, impactos ao nível social, já que o facto de se poder patentear a nova planta inventada oferece a possibilidade de se ter uma reserva de mercado para as sementes, tornando, de modo perverso, o agricultor dependente do seu fornecimento.

Na verdade, a possibilidade de esterilização das sementes pela manipulação genética, por parte da empresa que as criou, priva os agricultores de se apropriarem dessas sementes, «rouba» aos agricultores o direito ancestral que consiste no facto de serem «senhores» das suas próprias sementes.

A dependência dos agricultores em face das sementes vendidas, com exclusividade, pela empresa surge, nesta óptica, como um dado a ter em conta no plano ético e no plano sócio-económico.

É, pois, neste preciso contexto que o presente projecto de lei de Os Verdes se justifica. Um projecto de lei que, em síntese, visa vários objectivos.

Em primeiro lugar, suspender, até 2004, a comercialização, importação e produção de OGM para fins comerciais.

Um projecto de lei que, considerando que, na situação actual em Portugal, estão em causa direitos fundamentais constitucionalmente consagrados, propõe uma resposta política adequada à salvaguarda desses direitos — o direito à saúde e o direito ao ambiente. Aplica-se, assim, o princípio consagrado, desde 1987, em todo o direito internacional, em termos do ambiente.

Exprime-se o bom senso, privilegia-se a prudência, aplica-se o princípio da precaução, que se tornou um princípio fundamental de acção. Um princípio que pauta as novas relações entre a sociedade e o programa científico e técnico. Um princípio acordado no Protocolo sobre Biossegurança, assinado no passado fim-de-semana, em Montreal, que veio consagrar e reforçar a nossa própria proposta. Um princípio que, aliás, o Tratado da União enuncia, no seu artigo 130º, no domínio do ambiente, fundado nos princípios da precaução e da acção preventiva.

Em segundo lugar, uma suspensão que não engloba a utilização de OGM para fins científicos e que, portanto, não revoga completamente a portaria em vigor, permitindo continuar a fazê-la aplicar, ou seja, fazê-la obedecer aos procedimentos e regras de biossegurança já em vigor, os quais consideramos não dispensáveis, mesmo para a investigação científica.

O projecto de lei propõe, ainda, a criação de uma entidade — inexistente no nosso país, ao contrário dos outros países da União Europeia —, entidade essa com carácter independente, que permita estudar e identificar todo o tipo de questões e impactes que a biossegurança coloca.

Uma entidade que estabeleça a ponte — indispensável, quanto a nós, Os Verdes — entre a sociedade e a comunidade científica e que prepare, até Março 2004, um relatório que elenque todo o conjunto de questões pertinentes, de orientações e de dados que a aplicação da biotecnologia impõe que sejam analisados no nosso país.

Em quarto lugar, propõe-se, ainda, no nosso projecto de lei — e a partir daquela entidade que fica encarregue de elaborar o referido relatório —, um amplo debate público

sobre esta questão, tendo em conta que, para nós, é inaceitável que os cidadãos portugueses permaneçam sem informação, excluídos de tomadas de decisões que, quer queiram quer não, os atingem e à sua saúde e sobre as quais devem ser ouvidos e chamados a pronunciar-se.

Por fim, o nosso projecto de lei propõe, até final de 2004, uma reanálise das opções em função do conhecimento disponível, do relatório entretanto elaborado, da discussão pública, na sequência da tal se admite que, entretanto, a questão tem de ser pensada diferentemente.

Estas são as propostas concretas de Os Verdes para um país concreto chamado Portugal.

Um País onde se estima que, hoje, cerca de 20% do que entra na nossa alimentação contém ou foi produzido a partir de organismos geneticamente modificados.

Um País onde a rotulagem para os produtos alimentares, concretamente com OGM, não saiu do papel, onde a fiscalização é quase inexistente, onde a capacidade laboratorial de avaliação toxicológica é nula e onde os consumidores se mantêm sem qualquer informação, numa posição indefesa e de total desproteção, sem direito de escolha, sem livre opção num processo que directamente lhes diz respeito.

Um País onde se estima que cerca de 1500 ha de milho geneticamente modificado foram autorizados, a partir do momento da sua inscrição no Catálogo Nacional de Variedades. Uma autorização dada para, escassos meses mais tarde, se ter concluído que punha em risco o ambiente e cuja anulação parte, precisamente, da necessidade de prevenir riscos ambientais.

Riscos que, em nossa opinião, é forçoso evitar, hoje e agora. Vigilância e estudos que é urgente fazer através da autoridade de biossegurança, que, segundo propomos, deve englobar diferentes sectores da sociedade, através de uma informação clara e do debate que é preciso lançar para todos aqueles que, como cidadãos consumidores, são obrigatoriamente parceiros nas tomadas de decisão no futuro.

Uma decisão, Sr as e Srs Deputados, que é preciso tomar, precisamente em nome da saúde desses cidadãos. Uma decisão que, como bem sabem, é política, como tem sido enfatizado por outros nossos parceiros da União Europeia, concretamente, pelo grupo dos cinco — França, Dinamarca, Luxemburgo, Itália, Grécia —, nos diversos Conselhos Europeus, e a que se aliou o Reino Unido, no final de 1999, ao decidir, também, uma moratória de três anos na produção de OGM no seu país.

Esta é uma posição que contrasta com o silêncio português. Uma posição que não é única, a que se junta a importante tomada de iniciativa da Holanda e da Itália, que exigem a reposição da legalidade, ou seja, a proibição do estabelecimento de patentes sobre a vida.

Sr. Presidente, Sr as e Srs Deputados. Tem afirmado o Partido Socialista, na sua oposição pública ao nosso projecto de lei, que, embora o mesmo contenha questões importantes, não aparece no momento oportuno, que deveria enquadrar-se a sua discussão no âmbito da revisão em curso da Directiva 90/220/CEE, prestes a ser finalizada. Ou seja, que, perante o que está prestes a ser finalizado, deveria esperar-se. Não é esse o nosso entendimento. Para além do mais, parece-nos que temos de ser claros.

Em primeiro lugar, devemos situar a directiva que, no seu artigo 16º — é bom lembrá-lo aqui! —, admite a possibilidade de que «quando um Estado membro tiver razões válidas para considerar que um produto que tenha sido adequadamente notificado e que tenha recebido autoriza-

ção, por escrito, nos termos da presente directiva, constitui um risco para a saúde humana e o ambiente pode restringir ou proibir provisoriamente a utilização e/ou a venda desse produto no seu território». Uma prerrogativa que muitos outros países da União Europeia utilizaram mas que o Partido Socialista e o Governo, pura e simplesmente, descuraram.

Em segundo lugar, parece-nos importante precisar o sentido de uma directiva cuja «revisão está prestes a ser finalizada». Ou seja, a segunda leitura desta directiva só nas próximas semanas vai começar a ser feita pelo Parlamento Europeu, uma leitura que só em Abril/Maio estará concluída e, logo, cujo processo de conciliação se arrastará, certamente, para a presidência francesa e, na melhor das hipóteses, só no Outono estará concluída.

Uma directiva cujo acompanhamento se propõe — ouvimos dizer Pois bem, estamos plenamente de acordo o nosso projecto contribui precisamente para isso, através do entendimento que damos à palavra «acompanhamento». Um acompanhamento que para nós, Os Verdes, não se confunde com «visitações» a Bruxelas ou com participações em reuniões para mera decoração.

É importante que a directiva seja revista mas, em nosso entendimento, ela tem de começar por ser aplicada, pelo que nos cabe perguntar ao Partido Socialista porque continua o Governo à espera para a fazer aplicar! Trata-se de uma espera que não faz qualquer sentido manter, em particular depois da assinatura do Protocolo sobre Biossegurança, em Montreal. Falo de uma situação de laxismo, de uma situação politicamente irresponsável perante o que se passa em Portugal.

O que propomos é agir antecipando medidas que não devem ser adiadas a pretexto de artifícios dilatórios, o que se pretende é, sem evocar interpretações jurídicas de mera natureza instrumental, não continuar a colocar em risco o ambiente e a saúde em Portugal.

Portanto, o que vos é proposto pelos Verdes — e é sobre isso que têm de assumir a vossa responsabilidade, de decidir sobre o sentido do vosso voto, de se posicionar perante os portugueses — é se, face a uma situação em que se expõem os portugueses a riscos ambientais graves querem prevenir ou, como é prática tradicional, pretendem pura e simplesmente, adiar e preparar um dia qualquer para a remediar.

O que vos é proposto pelos Verdes, aquilo que vos responsabiliza, o que têm de decidir, sem tibiezas, sem declarações frouxas e sem falsas hipocrisias é se querem ou não, desde já, prometer proteger os consumidores, ou será que preferem mantê-los numa situação de risco?

O que vos é proposto, o que vos responsabiliza perante os cidadãos, os vossos filhos, a vossa família é o verdadeiro significado que à saúde, ao ambiente e ao desenvolvimento, no fundo e em suma, atribuem.

Aplausos de Os Verdes e de alguns Deputados do PCP

Entretanto, assumiu a presidência o Sr Vice-Presidente Narana Coissoró

O Sr. Presidente — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr Deputado Francisco Louçã

O Sr Francisco Louçã (BE) — Sr Presidente, Sr as e Srs Deputados No âmbito destes dois projectos de lei

estamos a discutir um conjunto de questões importantes sobre ciência e sobre economia.

Quero, por isso, começar por esclarecer que os avanços da biotecnologia têm sido sempre fundamentais para o progresso da humanidade. Há cerca de 13 000 anos atrás, a adopção, na região euro-asiática, da técnica do enxerto, permitiu a domesticação das plantas e, em consequência, a introdução de uma agricultura produtiva que sustentou o desenvolvimento das sociedades humanas e, também, das sociedades organizadas. E, ao longo do tempo, as revoluções agrícolas foram, justamente, novos acontecimentos que permitiram as maiores transformações económicas.

Por essa razão, hoje, a investigação em biotecnologia deve continuar, deve ser financiada e apoiada, e é mesmo provável que seja a zona de maior importância e de maior desenvolvimento técnico, científico e económico ao longo do século que entra.

No entanto, não é de investigação que estamos a tratar. Pelo contrário o que estamos a discutir é a apropriação precoce e predadora pelas indústrias de resultados de investigações que são inconclusivos. E por isso que tem todo o sentido discutirmos hoje esta questão e legislarmos, se essa for a vontade da Assembleia da República, acerca da produção, importação e comercialização de organismos geneticamente transformados.

É, portanto, em nome da ciência que devemos abordar esta questão, porque a ciência moderna, que é filha do Iluminismo, rejeita o obscurantismo. É por isso mesmo e porque há alarme na opinião pública que deve esclarecer-se o que a ciência sabe e o que a ciência não sabe, sabendo nos, aliás, que a ciência erra muitas vezes como nos casos de Tchernobyl e de Three Miles Island, entre outros que são do vosso conhecimento. Errou muitas vezes, mas errou mais vezes quando se subordinou à lógica da rentabilidade, abandonando a lógica do conhecimento razoável das consequências. E é esse o princípio que aqui estamos a discutir.

É certo, e poderei ser dito no debate, que a ciência arrisca sempre e não existe, aliás, ciência sem bordejar o erro, o que é mesmo verdade. Mas é por isso mesmo que há regras científicas, regras que foram inventadas para disciplinar a investigação. Existem, por isso, múltiplas formas de controlo institucional, científico e político, para garantir o bem público. O que estamos aqui a tratar é a definição de um desses mecanismos de controlo e irresponsável seria adiarmos a decisão a este respeito.

Os cientistas têm hoje dados suficientes para saber que devem continuar a investigação a que nos referimos, em biotecnologia, mas também têm dados suficientes para saber que é preciso impor regras de controlo científico exactamente do mesmo tipo das que hoje já estão estabelecidas e aceites democraticamente no caso da difusão de novos fármacos e medicamentos.

Como refere o texto provisório da directiva que está a ser preparada na União Europeia, também aqui em discussão — a Directiva n.º 90/220/CEE —, só deve ser concedida aprovação quando se dispuser «das garantias que a libertação dos organismos geneticamente transformados não implicará riscos para a saúde humana e para o ambiente». Ora, essas garantias não existem hoje. Pelo contrário, há muitas indicações que aconselham a prudência.

A sociedade de oncologia sueca estabelece, por exemplo, uma relação considerada estatisticamente significativa entre a utilização do glifosato (o princípio activo do RoundUp, o herbicida mais divulgado no mundo e que é

produzido pela Monsanto) e uma das formas de cancro humano o linfoma de não-Hodgkin. Existem indicações, aliás, de que este glifosato, segundo a mesma sociedade, causa mutações significativas em genes E, como é sabido, a DECO divulgou, em Portugal, uma série de informações que vão no mesmo sentido, a partir da experiência da identificação de uma doença que atinge o sistema imunitário, baseada num suplemento alimentar produzido a partir de uma bactéria transgénica.

É por isso que múltiplas instâncias da Organização Mundial de Saúde e, em particular, da União Europeia, têm sublinhado a precaução, a prudência e a proibição sempre que for necessário.

Por outro lado, do ponto de vista da rentabilidade económica e da viabilidade económica, um artigo publicado na revista *Science* — um artigo recente — demonstra que, mesmo em termos das apregoadas vantagens para a produção agrícola, a evidência está, por agora, contra os transgénicos, porque em muitos casos surgem superpragas altamente resistentes. Um deles é o caso do milho Bt, produção que estava autorizada em Portugal, em que os cientistas já identificaram o aparecimento de broca com resistência dominante após contacto com a toxina produzida pelos tecidos do milho.

Ao mesmo tempo, valorizando os argumentos que alguns mais bem intencionados desenvolvem a este respeito, é preciso dizer que a introdução comercial destes produtos nem se justifica por razões de emergência e de solidariedade mundial.

Se, porventura, os OGM estivessem a ser desenvolvidos para ajudar a alimentar os que têm fome no planeta, então teríamos de estar perante sementes com algum tipo de características que não ocorre teriam de ter capacidade para crescer nos solos mais pobres, teriam de ter maior conteúdo proteico por hectare, sem a mesma necessidade de fertilizantes, de pesticidas e de irrigação.

Todavia, não encontramos estas características que deviam favorecer a pequena lavoura em detrimento da grande propriedade e uma maior produtividade nos terrenos e nos países mais pobres. Pelo contrário, o que se verifica, a avaliar pelas variedades já patenteadas, é precisamente o oposto. A recente geração de sementes transgénicas requer solos de alta qualidade, grandes investimentos em maquinaria e em químicos, está pensada para rações animais e apresenta, pelo menos nalguns casos, uma produtividade 10% inferior às variedades tradicionais.

Foi a partir desta constatação que o Bloco de Esquerda apresentou, no início da legislatura, o projecto que está a ser objecto de discussão.

Quero registrar, no entanto, que desde então surgiram factos novos que condicionam ou ajudam a nossa discussão: por um lado, o Ministério da Agricultura decidiu suspender as autorizações para a produção em Portugal, fazendo com que Portugal deixasse de ser, no seio da União Europeia, o único país que, junto com a Espanha, ainda aceitava a produção de transgénicos; por outro lado, avançou-se com o processo de elaboração de uma nova directiva comunitária (que não está concluída), foi elaborado um Livro Branco da Segurança Alimentar — esse, sim, está concluído — e, como sabemos, na passada sexta-feira, foi assinada a Convenção sobre Biossegurança, que constituiu uma grande vitória para a União Europeia e, neste caso, também para a presidência portuguesa.

Todas estas medidas correspondem a um consenso importante acerca da aplicação do princípio da precaução, que

já tinha levado diversos países a tomarem iniciativas, iniciativas que construíram esse consenso: a Áustria e o Luxemburgo proibiram a importação e venda de OGM, e alguns deles já tinham recebido autorização comunitária, o Reino Unido estabeleceu um acordo voluntário que proíbe a venda de OGM durante três anos, a partir de 1999, a França impôs, em 1998, uma moratória de dois anos a alguns OGM e proibiu o cultivo de milho Bt, na Grécia todos os pedidos de testes de campo de OGM são rejeitados, também a Dinamarca impôs uma moratória de facto ao cultivo de OGM. Ou seja, um conjunto de países europeus abriu caminho para a exploração de todos os problemas científicos que estão em discussão, o que permitiu chegar a estas conclusões.

Pode argumentar-se que o quadro jurídico português necessita de ficar completo, o que exige alguma atenção à elaboração do processo da directiva comunitária (Directiva 90/220/CEE), porque, naturalmente, virá o dia em que deveremos ratificar a Convenção da Biossegurança. E esse é um bom argumento.

No entanto, há uma questão imediata a que devemos dar resposta: o que faremos até isso acontecer? É que as sugestões do Livro Branco da Segurança Alimentar só serão aplicadas a partir de 2002, a directiva está ainda em segunda leitura no Parlamento Europeu, como já foi dito, e demorará algum tempo até chegar à nossa decisão, e a Convenção sobre Biossegurança estará aberta a assinatura até daqui a um ano e meio, ou seja, até ao dia 4 de Junho de 2001.

Assim sendo, Sras e Srs Deputados, se levamos a sério o princípio da precaução, então, temos de agir aqui e agora, sem prejuízo de completarmos este processo com a futura aprovação, ratificação ou transposição desses documentos. A precaução ou é previdência ou não é precaução.

O Sr Luís Fazenda (BE) — Muito bem!

O Orador. — Há ainda uma razão fundamental para aprovarmos estes projectos, em virtude de uma certa ambiguidade que temos de discutir pelo seu mérito próprio. Todos estes textos aceitam, como seria de esperar — e este aspecto é muito importante —, a decisão nacional em matéria de responsabilidade e remetem, portanto, para a nossa escolha a definição da política.

Contudo, existe uma ambiguidade que torna esta definição ainda mais importante, e eu digo-vos qual é, na minha opinião: é que a directiva, na formulação provisória, refere que se devem tomar «em consideração os compromissos assumidos em termos de comércio internacional» (Directiva 90/220 CEE).

Ora, no texto da Convenção de Biossegurança, página 2, encontramos dois parágrafos que podem ser interpretados como contraditórios entre si, porque o primeiro estabelece que «o presente protocolo não pode ser interpretado como implicando uma qualquer modificação dos direitos e das obrigações de uma parte em virtude de outros acordos internacionais», acrescentando — bem, na nossa opinião — que «o presente não visa subordinar o protocolo a outros acordos internacionais», o que é potencialmente contraditório, facto que toda a imprensa internacional não deixou de assinalar, dizendo que, em consequência, será a Organização Mundial de Comércio, ou outra instância — não conhecemos outra! —, que terá de criar jurisprudência quando surgir o primeiro conflito de interpretação.

Existe, portanto, pelo menos, uma dúvida interpretativa, que é fundamental.

Ora, a não ser que desarmemos e esperemos essa decisão final, em instância de recurso e de criação de jurisprudência quando o problema se levantar, teremos um longo processo de arrastamento até à ratificação ou transposição, processo que pode demorar vários anos, para completarmos esta arquitectura jurídica. É essa a razão pela qual devemos avançar agora.

Compreendo as reservas de alguns Srs. Deputados sobre o sentido desse avanço. Por isso, quero dizer-lhes que, justamente, porque não queremos prejudicar esse processo de ratificação mas, pelo contrário, melhorar as suas condições, estamos dispostos a que cláusulas transitórias sejam incorporadas no projecto de que somos autores, no sentido de rever a legislação agora adoptada quando se discutir, em sede própria, a ratificação ou a transposição desta legislação.

O que não pretendemos é que se suspenda ou se deixe um vazio legislativo em nome de um conjunto de diplomas que serão ratificados daqui a dois anos, dois anos e meio, ou que não apresentam ainda forma final, como é o caso da directiva comunitária, porque, evidentemente, levamos a sério esse princípio da precaução e entendemos que, desse ponto de vista, a espera é prejudicial.

Se não ficar suficientemente definida a política portuguesa sobre os OGM, então estaremos a perder no campo da nossa participação comunitária e, naturalmente, no campo da defesa dos princípios fundamentais que aqui nos motivam — espero que a todos. É por isso que a proibição do cultivo, importação e comercialização, sendo importante, é tão importante que deve ser exercida e decidida desde agora.

**O Sr. Presidente (Narana Coissoró).** — Para pedir esclarecimentos, tem a palavra a Sr.<sup>a</sup> Deputada Isabel Castro

**A Sr.<sup>a</sup> Isabel Castro (Os Verdes):** — Sr Presidente, Sr Deputado Francisco Louçã, há uma dúvida que permanece, para além da sua intervenção, na formulação do projecto de lei apresentado pelo Bloco de Esquerda.

A questão em concreto é a seguinte: o Bloco de Esquerda posiciona-se proibindo a comercialização, a importação e a produção de organismos geneticamente modificados, ressalvando a investigação científica. Do nosso ponto de vista, e convergimos nesse princípio, julgo que aquilo de que se trata aqui, nesta fase do debate, é de discutir politicamente os princípios sobre os quais há acordo ou desacordo. Os Verdes comungam deste princípio, havendo para nós uma questão importante, isto é, a utilização de OGM para fins científicos justifica-se mas, do nosso ponto de vista, a sua libertação ou utilização deve ser confinada e deve obedecer ao cumprimento de determinadas regras processuais.

Gostaria que o Sr. Deputado esclarecesse esta questão, porque o projecto de lei do Bloco de Esquerda revoga completamente a legislação e, concretamente, a Portaria n.º 751/94, de 16 de Agosto, que define as regras, as condições e o procedimento a que essa libertação, para efeitos de investigação científica, se deve subordinar.

Pergunto se essa é uma questão deliberada neste projecto de lei, entendendo que, para efeitos de investigação científica, não há que subordiná-la, também, a procedimentos e regras, considerando a avaliação do risco e a segurança, ou se é um lapso, que, então, terá de ser alterado.

**O Sr. Presidente (Narana Coissoró).** — Para responder, tem a palavra o Sr. Deputado Francisco Louçã

**O Sr. Francisco Louçã (BE).** — A possibilidade de continuar a investigação científica está suficientemente garantida, em nossa opinião, pelo decreto-lei anterior, de 1993. Do que se trata, neste projecto, é de proibir a libertação deliberada, no ambiente, de produtos geneticamente modificados, o que, naturalmente, abrange qualquer tipo de actividade.

Admitimos que está suficientemente estabelecido no texto anterior em que condições deve ser feita essa investigação científica e essas condicionantes não nos merecem reparo de maior. Creio que a resposta mais directa à sua pergunta é que admitimos e estimulamos essa investigação científica, mas pensamos que ela deve estar subordinada às mesmas regras com que pretendemos prever a sociedade em geral.

**O Sr. Presidente (Narana Coissoró).** — Para uma intervenção, tem a palavra a Sr.<sup>a</sup> Deputada Lucília Ferra

**A Sr.<sup>a</sup> Lucília Ferra (PSD).** — Sr Presidente, Sr.<sup>a</sup> e Srs Deputados. Desde os primórdios da existência, e, consequentemente, desde sempre, que o homem, empiricamente, manipula plantas e animais.

Desde então, a história da agricultura e da pecuária confunde-se com a história da procura do aproveitamento genético de plantas e animais, que são hoje um resultado mais ou menos consciente, mais ou menos científico, de um processo de manipulação genética, com a escolha das melhores espécies ou variedades, por cruzamento ou técnicas várias, mais ou menos sofisticadas, desenvolvidas laboratorialmente.

Nos nossos dias, a comunidade científica fala em transgénicos referindo-se a processos de alteração genética em que numa determinada planta ou animal é introduzido um gene proveniente de outro organismo, inclusivamente humano, a fim de lhe conferir características específicas tais como resistência ao frio, às doenças, às pragas etc.

A evolução tecnológica que nos permite ir buscar um gene para o introduzir numa espécie biologicamente diferente da originária revela um estádio de desenvolvimento científico imparável, eventualmente útil e necessário para responder a solicitações crescentes do desenvolvimento humano. Sabemos que a agricultura precisa de soluções para a seca e para as pestes e sabemos, igualmente, que a medicina precisa de novas soluções de tratamento e de cura.

Porém, não são descabidos os receios sobre a eventual repercussão de tais métodos na saúde pública e no meio ambiente. É, pois, fundamental introduzir na abordagem do tema os princípios da ética e da responsabilidade de discussão e esclarecimento público, dado que existem riscos, ainda não totalmente contabilizados, associados aos organismos geneticamente modificados.

Estes riscos, face aos benefícios, têm de ser ponderados, dada a convicção, sobretudo da comunidade científica, de que os transgénicos oferecem possibilidades para resolver problemas cruciais com que a humanidade se depara.

É sabido que aos transgénicos se encontram associados interesses económicos poderosíssimos, protagonizados por um grupo restrito de poderes económicos. Estamos igualmente conscientes das pressões exercidas pelos Estados Unidos (que controlam 90% do comércio dos

transgénicos) para que a comercialização dos organismos geneticamente modificados se faça em regime de comércio livre

Naturalmente que existem exemplos de eficácia e de sucesso na utilização dos OGM, tais como a banana com vacina, produzida pelos franceses na Martinica, ou o arroz anti-cegueira cultivado e a insulina produzida, desde há muito, artificialmente por manipulação genética.

Os biólogos moleculares precisam de prosseguir a sua investigação, devendo, contudo, estes processos científicos ser acompanhados pelos cidadãos através de informação séria sobre riscos e benefícios e sobre o rigor dos testes efectuados

Assim, a uma abordagem radical, aderindo mais ou menos intensamente às vertentes científica, económica ou ecológica, preferimos uma abordagem séria e desapaixonada, onde se equacionem com nitidez as questões de segurança, procurando encontrar o equilíbrio entre os benefícios da tecnologia e a protecção da saúde e da biodiversidade

Neste momento, a situação em Portugal, pela falta de clareza deseável, é, sem dúvida, preocupante. O quadro legal existente é vago e impreciso e a fiscalização do Ministério do Ambiente inexistente, ou seja, desconhece-se quem faz, o que faz, com que meios e a que nível

A demonstração evidente da inércia governativa fica bem patente na situação recentemente ocorrida. Enquanto estamos preocupados com o milho transgénico, constata-se que em Portugal, desapercebidamente e à socapa, se vai cultivando tomate transgénico

Partindo do princípio de que ser transgénico não é necessariamente bom nem necessariamente mau e de que haverá produtos transgénicos bons, maus e, por vezes, até inócuos, ressalta sempre, como fundamental, a questão dos níveis de segurança e dos mecanismos de controlo e avaliação

Os cientistas portugueses não garantem que estejamos a importar produtos transgénicos sem o sabermos, uma vez que, na generalidade dos casos, estes produtos não diferem dos produtos comuns. Além disso, assumem a existência de riscos que têm de ser devidamente equacionados, sendo de rejeitar os produtos que os apresentem em excesso

Ora, tal situação exige, por parte do Governo português, medidas concretas de fiscalização e controlo, em estreita articulação com as entidades competentes da União Europeia

A Conferência das Nações Unidas, reunida em Montreal, no mês passado, que contou com delegados de 134 países, incluindo 47 ministros do ambiente, revelou uma preocupação crescente em obter um entendimento que vise garantir a segurança adequada na transferência, manipulação e utilização de organismos geneticamente manipulados, susceptíveis de prejudicarem a biodiversidade e de porem em causa a saúde humana

Neste contexto, assume particular relevância o princípio da precaução, aqui hoje já falado, defendido pela UE, segundo o qual um país pode recusar transgénicos, com exclusão de produtos farmacêuticos, por insuficiente «base científica» ou por receio do seu impacto sócio-económico.

Porém, a forma displicente como Governo português, no caso o Ministério do Ambiente, tem abordado os vários dossiers em que estão em causa aspectos essenciais da saúde e bem-estar dos portugueses, desde o tratamento de lixos, à gestão dos rios tradicionais, passando pelas alterações climáticas, leva-nos a encarar com grande cepti-

cismo e descrença a sua actuação numa área tão sensível como a dos produtos geneticamente manipulados

Em face do exposto, parece-nos razoável e de bom senso uma moratória para a importação, comercialização e produção de organismos geneticamente manipulados, não em abstracto mas concretamente, por forma a serem criadas as necessárias e, até ao momento, inexistentes estruturas nacionais de fiscalização, acompanhamento e controlo, em articulação com a UE

Para além disso, torna-se urgente a promoção de debates públicos e de actividades de sensibilização e informação dirigidas aos cidadãos

#### *Aplausos do PSD.*

**O Sr Presidente (Narana Coissoró)** — Para um pedido de esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado Francisco Torres

**O Sr. Francisco Torres (PS):** — Sr Presidente, Sr<sup>a</sup> Deputada Lucília Ferra, a Sr<sup>a</sup> Deputada já hoje subscreveu um voto de congratulação pelos resultados atingidos com o Protocolo da Biossegurança, assinado em Montreal

Ora, exactamente porque esta é uma questão que se está a discutir em termos gerais, a nível mundial e a nível europeu, e porque existe, neste momento, uma directiva em segunda leitura no Parlamento Europeu, entendeu o Grupo Parlamentar do PS fazer à Comissão de Assuntos Europeus a proposta de acompanhar este processo de co-decisão, o que não é a primeira vez que acontece, dado que na anterior legislatura já o fizemos, no sentido de termarmos todas as medidas depois de uma audição da comunidade científica com que os vários grupos parlamentares já falarão — as pessoas que se debruçam sobre esta matéria são as mesmas —, para podermos estar o mais informados possível e transcrever essa directiva, no processo de acompanhamento de integração, para a lei interna, com a adequação mais deseável às características portuguesas

Porém, também já o Ministério da Agricultura agiu, em bom tempo, suspendendo as duas culturas de milho existentes, os 1500 ha que se conheciam, e também suspensando a validação de novas autorizações

Restam algumas preocupações de vazio legal, mas se acompanharmos esta segunda leitura, ou seja, o processo de co-decisão comunitário nesta matéria, estamo-nos a informar mas, obviamente, também poderemos tomar acções Aliás, podemos dizer que, num anterior processo de co-decisão em que nos pronunciámos na Comissão de Assuntos Europeus, as decisões da Comissão tiveram um efeito muito notável, até de antecipação do prazo que era previsto ser de derrogação para Portugal. Refiro-me ao caso das directivas auto-oil

Ora bem, a Comissão de Assuntos Europeus, como a Sr<sup>a</sup> Deputada sabe, tem a particularidade de ser a única, para além das comissões de inquérito, a poder apresentar ao Plenário projectos de resolução. Como tal, depois dessas audições e de acompanhar toda a segunda leitura desta directiva pelo Parlamento Europeu, poderemos fazer um projecto de resolução, apresentá-lo ao Plenário e preencher esse vazio, se é que existe, entre a aplicação da directiva, após a sua transposição para o nível nacional, e a anterior directiva, que está hoje em vigor e pode ficar desactualizada se, entretanto, quisermos introduzir alguns dos progressos

conseguidos no Protocolo sobre Biossegurança e a adequação dessa mesma directiva às características da situação portuguesa.

Fazendo este ponto da situação, gostaria de saber se a Sr.<sup>a</sup> Deputada pensa que acompanharmos esta segunda leitura da directiva sobre os produtos transgénicos não é a melhor forma de darmos uma resposta nacional à implementação desta directiva, que, obviamente, tem muito mais informação do que a que podemos recolher aqui, junto dos vários grupos parlamentares e da nossa comunidade científica, porque reúne toda a comunidade científica europeia, e mesmo mundial, e Deputados portugueses, franceses, ingleses e também os euro-Deputados de todas as nacionalidades do Parlamento Europeu, incluindo os austriacos.

O Sr. Presidente (Narana Coissoró) — Para responder, tem a palavra a Sr.<sup>a</sup> Deputada Lucília Ferra.

A Sr.<sup>a</sup> Lucília Ferra (PSD) — Sr. Presidente, Sr. Deputado: Vou responder muito rapidamente à questão concreta que colocou, mas vou aproveitar algumas nuances que introduziu no debate para tecer algumas considerações.

Em relação ao que me perguntou, gostaria de lhe dizer que se pensasse que era suficiente para o Governo português esperar que a directiva fosse aprovada não tinha hoje, aqui, defendido que o Governo tem a obrigação de avançar, neste caso concreto, com mecanismos de fiscalização e controlo, que, até ao momento, são inexistentes, porque estão em causa questões que se prendem com a qualidade de vida dos cidadãos e com a saúde pública. Repito, penso que o Governo português não deve ficar à espera da directiva comunitária.

O Sr. Deputado falou na questão do Sr. Ministro da Agricultura ter suspendido a produção do milho transgénico. Na minha intervenção, aproveitei para referir que esta é a demonstração clara e inequívoca de que o Governo português não sabe o que faz nesta matéria,

O Sr. Joel Hasse Ferreira (PS) — O quê?

A Oradora: — pois proibiu, por um lado, o milho transgénico e, por outro, deixou continuar a produção de tomate transgénico, sem saber exactamente onde é que ele se produz, quem o produz, em que quantidades e quais são os seus impactos na saúde pública.

Ora, como na nossa percepção e na nossa perspectiva há deficiência ao nível dos organismos de fiscalização e de controlo, pensamos que se deve agir já, porque está em causa a saúde pública, e não devemos ficar à espera que o Parlamento Europeu aprove qualquer directiva.

Como o Sr. Deputado lembrou que subscrevi o documento apresentado pelo Partido Socialista, falando no princípio da precaução, aproveito para lhe dizer que, também em nome desse princípio, penso que é importante exigirmos do Governo uma resposta pronta, e não só para a questão dos transgénicos mas também no que diz respeito à questão dos lixos tóxicos.

O Sr. Francisco Torres (PS) — Essa é outra questão!

O Orador: — ... pois, como sabe, o Ministério do Ambiente quer enveredar por um caminho de co-incineração sem ter utilizado o princípio da precaução e sem ter conhecimento científico para saber se esse é o melhor meca-

nismo ao dispor do Governo português para tratar os resíduos industriais perigosos

#### *Aplausos do PSD*

O Sr. Presidente (Narana Coissoró) — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Lino de Carvalho

O Sr. Lino de Carvalho (PCP) — Sr. Presidente, Srs. Deputados: O debate sobre os organismos geneticamente modificados está na ordem do dia

Desde o agendamento dos projectos de lei que hoje debatemos, um facto novo veio, entretanto, colocar esta discussão noutro patamar. Refiro-me ao Protocolo sobre Biossegurança, aprovado em Montreal há cinco dias

A aprovação do princípio da precaução aplicado ao comércio internacional, a necessidade de um consentimento prévio de cada país à entrada de OGM e a colocação do Protocolo no mesmo plano de força jurídica de outros acordos internacionais, designadamente a sua não subordinação às regras da Organização Mundial do Comércio, sem prejuízo de uma leitura em pormenor do seu articulado e dos seus «alçapões», constituem, a nosso ver, decisões positivas, só possíveis porque uma nova consciência ambiental tem vindo a ganhar espaço face aos todos-poderosos interesses das transnacionais do comércio agro-alimentar

O Sr. Bernardino Soares (PCP) — Muito bem!

O Orador — As questões ainda em aberto e em relação às quais as multinacionais impuseram o adiamento da sua concretização para daqui a dois anos, ou seja, a rotulagem dos transgénicos, bem como a não aplicação do Protocolo aos OGM produzidos pela indústria farmacêutica, impõem a continuação da pressão internacional para que não se volte atrás

Entretanto, importa que todos os países ratifiquem o Protocolo assinado em Montreal

O Governo português, com as responsabilidades que decorrem da Presidência da União Europeia, deve dar o exemplo e ser o primeiro a promover a sua ratificação e a aplicá-la no nosso país, tanto mais que ele só entrará em vigor após 50 Estados o terem ratificado

Mas também nos devemos prevenir para que os avanços conseguidos em Montreal não funcionem como moeda de troca para futuras negociações, noutras sectores, da chamada Ronda do Milénio no âmbito da Organização Mundial do Comércio. É que a questão da segurança alimentar não se esgota nos OGM, passando também pela soberania alimentar

O Sr. Bernardino Soares (PCP) — Muito bem!

O Orador. — As biotecnologias são hoje — e serão mais, nos próximos tempos — uma realidade incontornável, de ordem científico-tecnológico mas também, e muito, de ordem económica.

A nossa posição, nesta matéria, é contrária a qualquer tipo de fundamentalismo ou de posições simplistas ou alarmistas

Não demonizamos os avanços científicos obtidos nesta matéria — bem pelo contrário! Eles constituem, em muitos casos, passos importantes para o combate a doenças ou para aumentar os níveis da capacidade produtiva agrícola

Mas não aceitamos, de todo, que estes avanços sejam colocados ao serviço de uma lógica produtivista e mercantil, ela própria degradadora do meio ambiente, bem como ao serviço privado da meia dúzia de transnacionais que, no mundo, dominam a indústria farmacêutica ou a produção agro-alimentar, com desprezo pela saúde humana e pelos equilíbrios ambientais e a biodiversidade do nosso ecossistema.

O Sr. Octávio Teixeira (PCP): — Muito bem!

O Orador — . . . que é o que tem acontecido e era o que se pretendia que tivesse sido confirmado em Seattle e só a mobilização da opinião pública impediu.

Temos demasiados exemplos concretos, recentes, que justificam todas as medidas de precaução e de disciplina, de que citarei alguns

Como afirmava, na audição sobre as biotecnologias proposta pelo PCP e promovida pela Comissão de Agricultura, Desenvolvimento Rural e Pescas, em 1997, a Dr.ª Fátima Quadros, docente de genética e de melhoramento de plantas na Escola Superior Agrária de Santarém, o problema da BSE nas vacas (e, por extensão, a doença de Kreutzfeldt-Jacob) «é um problema de generalização de uma tecnologia em termos de produção de rações antes de haver uma avaliação dos riscos. Avançou-se com excesso de arrogância. Sabia-se muito pouco para generalizar tanto o produto.»

Por outro lado, a compra pela Monsanto, produtora transnacional do sector químico-farmacêutico, da biotecnologia Terminator é outro exemplo dos perigos a que a humanidade está sujeita quando os avanços científicos são privatizados ao serviço do máximo lucro. Como esclarece o conselho científico da ATTAC, num interessante texto intitulado Impedir o assalto das transnacionais ao ser vivo, a biotecnologia Terminator «permite modificar geneticamente as plantas de modo que, chegadas à maturidade, destruam o seu próprio gene».

Isto é, em termos mais simples, trata-se de um processo que esteriliza a semente da planta de tal modo que um agricultor que utilize uma planta geneticamente modificada a partir desta biotecnologia não pode utilizar o grão resultante dessa semente para voltar a semear no ano seguinte — como o faz secularmente — porque ela traz um gene inoculado que mata a possibilidade de reprodução após a primeira sementeira.

Face aos protestos internacionais, a Monsanto congelou a aplicação desta «necrotecnologia», mas o exemplo é bem significativo de como as transnacionais podem adquirir um poder sem controlo e de como, neste caso, os agricultores, ficam nas mãos dos seus poderosos fornecedores.

Por outro lado, não está provado que a utilização de milho geneticamente manipulado não tenha também consequências muito negativas no meio ambiente. Por exemplo, o chamado milho Bt, que foi desenvolvido pela empresa norte-americana de biotecnologia NOVARTIS, particularmente resistente a uma praga — a broca do milho — foi utilizado numa experiência laboratorial, segundo a revista científica Nature, para alimentar larvas de borboletas-monarcas, que foram também alimentadas com pólen de milho normal. O resultado foi que mais de metade das larvas alimentadas com o milho manipulado morreram. Sobre a colza, a soja, o tomate, o tabaco e a beterraba transgénicas também se desenvolvem pesquisas, ainda sem resultados consistentes.

A questão é que a produção de plantas mais resistentes às pragas e que permitem obter uma muito maior produtividade agrícola, desenvolvem, por sua vez, toxinas que, lançadas no meio ambiente, afectam organismos vivos que podem atingir a própria cadeia alimentar. Depois, para combater as toxinas e as novas pragas, têm de se inventar novos herbicidas e pesticidas que as mesmas transnacionais vendem em pacote (uma espécie de «kit» completo) e assim se cria uma progressão geométrica de poluição genética sem controlo.

Uma outra questão, não menos importante, é a do patenteamento dos seres vivos, que não foi abrangida pelas negociações de Montreal e que os EUA tentaram institucionalizar em Seattle. Trata-se, em resumo, das transnacionais do sector agro-alimentar e da indústria farmacêutica terem a faculdade de patentearem a seu favor seres vivos e sequências genéticas produzidas a partir dos conhecimentos acumulados por gerações de agricultores e de povos.

Este aspecto liga-se, finalmente, à fundamental questão do domínio da tecnologia e dos avanços científicos e às relações de dominação imperial que tal proporciona.

É neste contexto que devemos apreciar a questão dos OGM e o Protocolo de Montreal e as iniciativas hoje em debate. É que não bastam as boas intenções do Protocolo. A questão é muito mais vasta. Além do mais, já temos visto muitos protocolos cuja concretização fica no tinteiro. Os muitos exemplos do que aconteceu a partir da Conferência do Rio estão aí a comprová-lo.

Sr Presidente, Srs Deputados Segurança, mecanismos de controlo e de avaliação do risco são elementos centrais neste processo.

O que o Governo português tem feito é, manifestamente, pouco. A suspensão, em Dezembro passado, da produção de duas variedades de milho transgénico é, tão-só, um passo limitado imposto pelos factos consumados que já tinham sido decididos na União Europeia.

A verdade é que não tem havido uma estratégia governamental global. Há uma dupla tutela sobre a matéria — Agricultura e Ambiente, muitas vezes de costas voltadas — e não há meios humanos suficientes para, por exemplo, fiscalizar os campos experimentais que se vão implantando. É preciso fazer mais.

Desde logo, a aplicação efectiva do princípio de precaução, em toda a linha. Em caso de dúvida científica sobre as consequências da utilização de um determinado transgénico, manda o bom senso e a defesa da saúde pública e da biodiversidade que a sua produção, importação e comercialização sejam impedidos até à existência de uma certeza científica.

Uma moratória de cinco anos para a utilização dos OGM, como propõe o Grupo Parlamentar de Os Verdes, com vista a dar tempo a que se desenvolva o mais largo número de estudos científicos, parece-nos, nesse sentido, uma decisão avisada.

A Assembleia da República tem, assim, com as iniciativas legislativas em debate, a oportunidade de, por um lado, antecipar a entrada em vigor do Protocolo de Montreal e, por outro, concretizar alguns dos princípios aprovados. O argumento do Partido socialista de revisão da Directiva n.º 90/220/CEE é um pobre argumento, Srs Deputados.

Mas isto sem prejuízo, contudo, de considerarmos que, face ao novo quadro internacional, as iniciativas legislativas de Os Verdes e do Bloco de Esquerda, sendo de aprovar,

deverão ser alvo de alguma reformulação e densificação, em sede de especialidade.

Finalmente, é necessário envolver a nossa comunidade científica, com particular relevo para as universidades na pesquisa e na avaliação dos riscos associados aos transgénicos. O Governo português não pode limitar-se a ficar dependente dos relatórios que lhe chegam da União Europeia, normalmente feitos à luz das orientações e dos estudos das próprias transnacionais e dos países que dominam as novas tecnologias — aliás, o que se passou com a BSE é típico deste caso.

Por outro lado, é preciso criar-se, no futuro, um comité de biossegurança, independente, que tenha como função central fazer o acompanhamento, o controlo e assumir as decisões em matéria de utilização das biotecnologias. A comissão proposta no projecto de Os Verdes, e no seu contexto, é um exemplo que vai neste sentido.

Sr Presidente, Srs. Deputados Há ainda muito caminho a percorrer para retirar os transgénicos da pura lógica do mercado e de uma política económica baseada no produtivismo, bem como do domínio das transnacionais. O PCP vai continuar a empenhar-se nesta questão, tendo presente as legítimas preocupações dos consumidores, na linha da audição que, na anterior legislatura foi realizada pela Assembleia da República, sob proposta do nosso grupo parlamentar.

A aprovação, entretanto, dos dois projectos de lei que hoje estão submetidos à nossa apreciação é um novo passo nesse sentido.

#### *Aplausos do PCP*

O Sr Presidente (Narana Coissoró) — Dado que não há pedidos de esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado Rosado Fernandes, para uma intervenção.

O Sr Rosado Fernandes (CDS-PP) — Sr Presidente, permita que fale da bancada, pois hoje já subi duas vezes à tribuna e começa a parecer mal! Quase me apetece pedir que me mandem para casa, mas tenho de intervir sobre o «Frenesi negociador de última hora en Montreal ( )». É uma notícia de *El País*, em que se diz que «( ) el ministro portugués de Medio Ambiente, José Sócrates, que está ansioso por adornar la presidencia portuguesa de la Unión con la firma de un Protocolo de Bioseguridad que, desde hace cinco años, se ha mostrado enormemente correoso». Portanto, o Ministro Sócrates «correoso»!

Há algo por que tenho de felicitar o Partido Socialista resistiu a beber a cicuta dos yankees! Já não é mau!

A verdade é que toda a gente fala de produtivismo, mas quando as grandes transnacionais financeiras colocam, nas bolsas das commodities, das mercadorias agrícolas, os preços agrícolas abaixo do preço de custo, é evidente que o produtivismo tem um campo amplo para se manifestar.

É uma manobra hábil — o diabo não faria melhor! —, a de descer os preços das produções abaixo do nível de custo e forçar os agricultores a ansarem por um produto que produza mais e que lhes consiga a sobrevivência.

O Dr. Francisco Louçã falou dos pequenos agricultores, mas quero dizer-lhe que, neste momento, a mulher de um agricultor com 600 ha de milho, no Iowa, e é o cornbelt, tem de trabalhar para terem um nível de vida condigno.

Não há dúvida alguma que a ciência e o dinheiro são necessários um ao outro, mas o dinheiro transnacional é terrível para a ciência. A verdade é que, neste momen-

to — já se focou aqui este facto —, muitos destes produtos geneticamente modificados acorrentam os agricultores aos grandes complexos transnacionais. Veja-se que a Cargill e a De Kalb procuram fundir-se, o que significa fazerem mais uma mega-empresa, que não sei como será possível gerir. Mesmo congressistas republicanos estão contra essa união.

Também é verdade que, se eu fizesse parte de Os Verdes, se calhar teria ficado absolutamente chocado, há uns milhões anos, quando o onagro cobriu a primeira égua selvagem. Fez o estupor de uma mula que nem sequer se reproduziu! É evidente que, do ponto de vista natural, isso é um pouco chocante. Porém, quem conheceu mulas como eu conheci, e com que trabalho — as chamadas bestas, na minha zona —, não conheceu um animal muito simpático, mas ele é extremamente resistente e útil. Agora, que não há dúvida alguma de que é um híbrido, não há, e que não corresponde bem a um *ordo naturalis* das coisas, não corresponde! Qualquer filósofo grego ficaria um pouco chocado com aquela luta contra a própria natureza.

O dinheiro é tão importante para a ciência que me lembro, quando era criança, de termos de arranjar dinheiro para pagar a cientistas para dizerem que o azeite não fazia mal à saúde, porque as empresas de margarina faziam sair nos jornais portugueses a notícia de que o azeite prejudicava a saúde — isto é do meu tempo, eu vi isso! Agora, parece que é bom. E o mesmo diziam da sardinha e do salmão.

A ciência é de confiança? É, quando assente em bases éticas. Agora, ciência e política, ciência e dinheiro, ciência sem ética, é evidente que traz sempre problemas! Houve o problema do Lisenko, nos anos 30, que, de facto, não beneficiou muito a questão da genética nas produções soviéticas e houve vários aspectos graves em toda a história da ciência.

Naturalmente, sou pelo princípio da precaução e estou de acordo com os colegas que avançaram com esse princípio. Se devem ser cinco anos ou menos, não sei. Mas há algo que é certo: penso que é necessário sermos informados e que se mantenha essa reserva de cautela e toda a precaução necessária, porque, se numa escola houver um só caso de meningite, a verdade é que, nesse dia, não mando lá a minha filha, mesmo que o médico escolar diga que não há problema algum. Penso que a saúde humana deve estar em primeiro lugar.

Com isto, terminei, pois, de facto, já aqui se disse muito sobre o assunto e, por enquanto, a matéria está esgotada. De qualquer maneira, a biotecnologia vai continuar e só espero que o punch americano não consiga deitar abaixo o gordo Fischler austriaco!

O Sr Presidente (Narana Coissoró). — Para uma intervenção, que julgo ser a última, tem a palavra a Sr.ª Deputada Maria Santos.

A Sr.ª Maria Santos (PS) — Sr Presidente, Sr as e Srs Deputados. As incertezas sobre as consequências, a médio e longo prazo, da disseminação de OGM no ambiente estão no centro das nossas preocupações.

O conhecimento actual é ainda demasiado escasso, como todos sabemos, para garantir que a manipulação genética não representa riscos para a saúde e para a diversidade biológica. Enquanto esses potenciais riscos não forem cientificamente avaliados e uma definição de responsabilidade civil, em caso de acidente ecológico, não for estabelecida, deveremos accionar, imprescindivelmente, o princípio da precaução.

A fragilidade dos saberes, neste domínio, é generalizada. A opinião pública portuguesa não foi ainda suscitada para um debate nacional, que se exige aprofundado, rigoroso e cientificamente sustentado, sobre as novas biotecnologias.

O grupo socialista considera que este é um verdadeiro debate de sociedade, que nos interpela para várias reflexões. Qual o limite da ciência enquanto contribuinte para a decisão política? Até que ponto estamos dispostos a correr riscos e que vantagens retiramos deles? Qual o impacto da indústria biotecnológica no mundo rural? Qual o papel do agricultor na ocupação do território e na manutenção dos ecossistemas?

Hoje, estamos a debater um assunto em que a comunidade científica não fala a uma só voz e em que a dimensão social e económica da biotecnologia deveria ser aprofundada.

Caros colegas, a participação pública no processo de decisão é uma emergência dos nossos tempos, e a Assembleia da República está em condições de a promover, a propósito dos organismos geneticamente modificados.

O grupo socialista propôs, em Dezembro, a realização de uma audição parlamentar, no âmbito da 4.ª Comissão, ontem aprovada, relevando a necessidade de uma reflexão ponderada e conjunta sobre os diversos enquadramentos desta problemática, de modo a garantir maior eficácia à nossa acção política e legislativa.

Por outro lado, ao abrigo da Lei nº 20/94, de 15 de Junho, propusemos que a Comissão de Assuntos Europeus acompanhe a revisão da Directiva nº 90/220/CEE, relativa à disseminação deliberada no ambiente de organismos geneticamente modificados, em processo de segunda leitura, cuja posição comum foi adoptada por unanimidade, não se alheando o Parlamento português da discussão, que decorre nas instâncias comunitárias, de uma temática tão importante para a vida dos cidadãos europeus, sobretudo quando estamos perante um processo de co-decisão, que queremos tornar tão transparente e democrático quanto possível.

Propõe-se, por isso, que a Comissão de Assuntos Europeus aproveite esta oportunidade, como fez com as directivas auto-oil, nesta sessão legislativa, para um reforço do acompanhamento do processo comunitário nesta matéria.

Selecionámos esta directiva, dado que, por uma questão de a eficácia político-legislativa, tem mais sentido acompanhar a transposição de uma directiva em processo de revisão do que apresentar um projecto de lei alternativo. A reflexão já produzida no seio das instituições comunitárias em que Portugal participa ultrapassa em muito a informação que possamos recolher e ponderar unilateralmente.

O novo texto da directiva, que integrou 38 das 39 propostas do Parlamento Europeu, prevê, entre outros, a aplicação do princípio da precaução, a obrigação de assegurar a traçabilidade dos OGM em todas as fases, desde a produção ao destino final, a avaliação dos riscos ambientais, antes de se proceder a uma notificação, a avaliação de risco de genes que manifestem resistência aos antibióticos e uma rotulagem clara e sem ambiguidades dos produtos.

É ainda de destacar que, ao nível dos procedimentos, é exigido o parecer de diversos comités, confirmada a cláusula de salvaguarda e a consulta pública.

De referir, ainda, que o Parlamento Europeu, pela primeira vez, passará a estar associado às decisões, devido

aos novos procedimentos de comitologia, previstos na União Europeia.

Caros colegas, no actual contexto, após a aprovação do Protocolo sobre Biossegurança e em que a União Europeia procede à elaboração de uma regulamentação sobre OGM mais firme, mais exigente e mais apertada, se nos colocarmos na perspectiva do que é melhor para o nosso país, não faz sentido legislar sem que as premissas adaptadas em Montreal sejam consideradas e se adopte a nova directiva.

Estamos também a falar de relações comerciais mundiais. Estamos a falar de uma indústria de biotecnologia dominada maioritariamente pelos EUA, em competição directa com a União Europeia e numa área de conhecimento crucial, em que a comunidade científica e a comunidade política deveriam gerar novos interfaces.

Dai a relevância das decisões tomadas em Montreal, com a aprovação do protocolo sobre biossegurança, que urge ratificar, de novas regras para o comércio mundial, em que a União Europeia, liderada por Portugal, ganhou o «braço-de-ferro» com os Estados Unidos, porque partiu de uma posição firme e concertada.

O protocolo condicionará, finalmente, o comércio mundial de transgénicos a regras de índole ambiental, de saúde e social.

São estas premissas que deverão, quanto a nós, enquadrar, em articulação com o despacho do Ministério de Agricultura, que, como já foi dito, suspende o cultivo das duas únicas variedades de milho geneticamente modificadas utilizadas em Portugal, as futuras decisões sobre a comercialização de transgénicos.

No protocolo está consignado o direito de escolha, o direito de um país saber o que está a importar e a dar o seu consentimento prévio.

No protocolo está consignado o direito de dizer «não», ou seja, o direito de um governo rejeitar uma importação se a mesma representar uma ameaça ecológica ou alimentar.

No protocolo estão consignados o direito à informação e o princípio da precaução!

Caros colegas, a União Europeia está a finalizar a revisão da directiva, o protocolo sobre biossegurança vem enquadrar, em termos mundiais, a comercialização de OGM. Faz, pois, todo o sentido uma lógica de hierarquização de prioridades. É neste quadro que o Parlamento português tem de ponderar as medidas a adoptar!

Neste sentido, o Grupo socialista considera urgente que se adoptem as seguintes iniciativas, de modo a tornar mais consistente, mais transparente e mais participado o processo de decisão política: o acompanhamento e a aprovação da nova directiva, que revoga a Directiva nº 90/220/CEE, a realização de um debate nacional sobre OGM, como já foi referido por todos os colegas, pelo que penso não divergirmos no essencial nesta matéria, a elaboração de uma estratégia nacional sobre biotecnologia, a criação de uma comissão independente de peritos sobre biossegurança; a criação de um laboratório nacional de referência e a adopção de um mecanismo de responsabilidade civil.

Finalmente, sem entrar em pormenor na análise dos projectos de lei, que apresentam — deixem-me que o diga — alguma insustentabilidade científica e inconsistência jurídica, permitam-me relevar que a sua aprovação criaria um vazio legislativo ao suspender ou revogar o quadro legal existente e colocaria o Estado português em situação de contencioso comunitário, quer no plano dos princípios, quer no plano normativo.

Caros colegas, por uma questão de honestidade intelectual e política, não podemos aceitar as propostas em apreço, porque se no domínio dos princípios estamos em sintonia, querendo mais protecção e maior controlo, ao nível dos procedimentos não podemos concordar!

Reafirmamos que estão criadas as premissas fundamentais com a aprovação do protocolo de Montreal sobre biossegurança e a nova regulamentação da União Europeia para enquadrar a comercialização de organismos geneticamente modificados em Portugal.

Por outro lado, no domínio jurídico, não podemos aceitar que o Estado português, precisamente numa altura em que assume a presidência da União Europeia, rompa, unilateralmente, com o direito comunitário, sem fazer prova científica das suas razões!

**Vozes do PS** — Muito bem!

**A Oradora** — O Governo, ao suspender o cultivo das duas variedades de milho geneticamente modificado utilizadas no nosso país, demonstrou que tem vontade política para agir neste domínio e que está atento às preocupações quanto a eventuais riscos para o ambiente e para a saúde pública. Importa, agora, criar instrumentos fundamentais para uma acção cautelar, neste domínio, investindo fortemente no processo de avaliação e monitorização e desenvolvendo a componente laboratorial e a respectiva fiscalização técnico-científica.

Assim, sendo por um lado nossa preocupação a adopção de legislação nacional que vá ao encontro das nossas necessidades e, por outro, que se respeitem as normas comunitárias vertidas no Tratado da União Europeia e nos actos comunitários adaptados no âmbito da política de ambiente, saúde pública e defesa do consumidor, entendemos como fundamental concertar os esforços nacionais promovendo, antes de qualquer solução legislativa, um amplo debate nacional.

Esta Casa confere-nos a legitimidade política e legislativa para decidir! Convém, porém, que o façamos da melhor maneira.

*Aplausos do PS*

**O Sr Presidente (Narana Coissoró)** — Inscriveram-se, para pedir esclarecimentos, as Sr.as Deputadas Isabel Castro e Lucília Ferra

Tem a palavra a Sr<sup>a</sup> Deputada Isabel Castro

**A Sr<sup>a</sup> Isabel Castro (Os Verdes)** — Sr Presidente, Sr<sup>a</sup> Deputada, a posição do Partido Socialista sobre esta matéria é clara. No fundo, fala-se do princípio da precaução, do princípio da prevenção, ou seja, antecipar quando há riscos, e o que o Partido Socialista propõe, em síntese, é que se fique à espera. Portanto, julgo que, politicamente, ficámos todos esclarecidos sobre o significado que o Partido Socialista atribui à aplicação do princípio da precaução.

Não gostaria, no entanto, de deixar de colocar algumas questões que me parecem pertinentes. É que, curiosamente, tudo o que Partido Socialista projecta é para o futuro, é para uma directiva que vai ser revista. Estamos de acordo, julgamos que o acompanhamento por parte de Portugal é uma questão elementar. Aliás, é grave se o não tem feito noutras matérias, sendo esta uma crítica que a Sr<sup>a</sup> Deputada está a fazer ao seu próprio partido.

No entanto, para Os Verdes, acompanhar uma directiva pressupõe duas questões muito claras e simultâneas um consenso nacional, ou seja, saber o que o País pensa sobre a matéria em questão, e a existência de um suporte científico e técnico que tem de nortear esse acompanhamento. É que, para nós, Sr<sup>a</sup> Deputada, acompanhar directivas não é passar vagamente por reuniões, sobre elas manter silêncio ou dizer banalidades que fazem o nosso país cair no ridículo. As pessoas que participam não são chamadas a decidir sobre questões de processo, mas sobre questões que têm de ter um suporte, que são fundamentais e complexas. O que está em jogo são valores fundamentais, não se tratando, pois, de dizer umas coisas para que conste vagamente.

Pergunto onde é que estão os estudos, a avaliação de dados, o conhecimento, as condições de troca, a informação, a monitorização, que vão, se quisermos falar a sério, suportar o tal acompanhamento? É que foi feito um acompanhamento por parte da Comissão dos Assuntos Europeus, em termos da auto-oi!, mas foi feito à distância, não tendo a ver com a complexidade e o rigor científico que matérias desta natureza implicam.

Nesta medida, pergunto como é que o Estado português vai fazer esse acompanhamento?

O que propomos no nosso projecto de lei permite fazer o acompanhamento, que, para nós, não pode ser só de peritos. A sociedade tem de saber abrir-se e fazer um enlace de todos os sectores que são parceiros nesta tomada de decisão. Esta não é uma questão para elites, não é uma questão para peritos, é, seguramente, para entidades autónomas, para a comunidade científica e para os investigadores, mas para muitas mais pessoas. É que a nossa visão não é fechada.

A pergunta que faço tem todo o sentido porque já temos uma directiva. Quando projecta tanta esperança numa directiva futura, pergunto se essa projecção significa que não estamos a fazer nada actualmente e que não sabemos nada, dizendo a Sr<sup>a</sup> Deputada que não há possibilidade de fazer prova científica perante a União Europeia, usando o que a directiva diz, para poder neste momento suspender a comercialização, a importação e o cultivo.

**A Sr<sup>a</sup> Maria Santos (PS)** — Não percebeu nada!

**O Sr Presidente (Narana Coissoró)** — A Sr<sup>a</sup> Deputada Maria Santos deseja responder já ou no final dos restantes pedidos de esclarecimento?

**A Sr<sup>a</sup> Maria Santos (PS)** — Respondo no final, Sr Presidente

**O Sr Presidente (Narana Coissoró)** — Tem, então, a palavra a Sr<sup>a</sup> Deputada Lucília Ferra

**A Sr<sup>a</sup> Lucília Ferra (PSD)** — Sr Presidente, Sr<sup>a</sup> Deputada Maria Santos, fiquei, de alguma forma, perplexa com a sua intervenção. Por um lado, disse que os organismos geneticamente modificados têm riscos que desconhecemos até onde vão, ou seja, não sabemos até que ponto é que esses riscos colidem, de facto, com a saúde pública e com a qualidade de vida das populações. Depois, louvou a atitude do Ministério da Agricultura de ter suspenso a produção de milho transgénico. A seguir, elogiou a aplicação do princípio da precaução.

Quero, pois, perguntar à Sr.<sup>a</sup> Deputada porque e que, elogiando o princípio da precaução e evidenciando os riscos dos organismos geneticamente modificados não quer, no caso concreto, aplicar o princípio da precaução aos organismos geneticamente modificados e pretende que o Governo português «cruze os braços» até que a União Europeia aprove a sua directiva?

Porque é que não aplicamos, desde já, o princípio da precaução neste caso concreto, tendo em cima da mesa os diplomas de Os Verdes e do Bloco de Esquerda?

O Sr Presidente (Narana Coissoró) — Para responder, tem a palavra a Sr.<sup>a</sup> Deputada Maria Santos

A Sr.<sup>a</sup> Maria Santos (PS) — Sr Presidente, gostaria de fazer algumas considerações a propósito das questões que foram colocadas

Em primeiro lugar, devo dizer que não me parece que, no domínio dos princípios e dos objectivos, haja contradição! Todos estamos preocupados com a questão

O Sr José Magalhães (PS) — Muito bem!

A Oradora — Consideramos a temática extremamente complexa, sendo importante que a comunidade científica dê o seu contributo para que a acção legislativa seja eficaz

Muitos dos Deputados falam desta matéria de uma maneira bastante, não diria agressiva, mas Penso, no entanto, que este é um assunto suficientemente importante para concertarmos algumas decisões no interesse dos consumidores e da saúde pública portuguesa. Mas há um certo movimento contraditório à volta desta ideia muitas vezes diz-se que não existe participação pública, que não ha transparência no processo decisório, no entanto o Partido Socialista propôs, em devido tempo, uma audição parlamentar neste domínio. Não havia qualquer agendamento e o objectivo era precisamente o de ouvir a comunidade científica, os sectores sociais e económicos, no sentido de ficarmos confortados com uma posição clara, de forma a apresentarmos ao Governo uma resolução, com indicações precisas, que, sobre esta matéria, a Assembleia da República pretendia. Era importante porque o processo de co-decisão no Parlamento Europeu sobre a Directiva n.º 90/220 beneficiaria da posição do Parlamento português, ao acompanhar essa discussão na União Europeia. Por isso, apresentámos uma proposta de audição na Comissão de Assuntos Europeus.

Este projecto e as propostas que o Partido Socialista apresentou, através da minha intervenção, não objectivamente no sentido da aplicação antecipada do que está previsto, quer nas disposições do protocolo da biossegurança, quer nas disposições que estão consignadas, desde já, em processo de primeira leitura, lembrando que posição comum foi aprovada por unanimidade no Conselho

Tenho alguma dificuldade em responder a Sr.<sup>a</sup> Deputada Isabel Castro pelo seguinte o Partido Socialista considera fundamental a realização de um debate nacional e, por isso, não tomou qualquer iniciativa no Parlamento, no sentido de agendar a discussão de um projecto de lei. Era importante que se promovesse esse debate nacional, a exemplo dos debates que decorreram em alguns países da União Europeia. Esta é uma das propostas do Partido Socialista.

Outra das propostas era a de que o Parlamento acompanhasse e ouvisse os sectores científico, social e econo-

mico, de modo a envolver o Parlamento numa decisão, em que é importante saber qual a nossa posição relativamente às biotecnologias, qual a estratégia que o País quer para este importante desafio para o século XXI. Depois, a Sr.<sup>a</sup> Deputada disse que os mecanismos que propusemos não chegam, porque houve um agendamento — que fizemos, e muito bem, porque têm toda a legitimidade parlamentar —, mas penso que numa altura em que decorria um processo de negociação nas Nações Unidas, um processo de revisão na União Europeia, em que o próprio Parlamento poderia levar à prática um conjunto de iniciativas, pondo em confronto as opiniões e tomando uma decisão em termos de projecto de resolução, se agiu fora de tempo.

Portanto, há muitas contradições nesta matéria, e penso que se queremos um rigor científico nas decisões que tomamos, deveríamos ter utilizado determinado tipo de metodologias.

Por outro lado, não se pode dizer que o Estado português não tem posições claras e que vai para as reuniões sem propostas. A Sr.<sup>a</sup> Deputada sabe o que está a dizer?

Vozes do PS — Não!

A Sr.<sup>a</sup> Isabel Castro (Os Verdes) — Sei!

A Oradora — Não sabe o que está a dizer

Conheço, por exemplo, o trabalho de um técnico português, que acompanha há anos esta questão, o Engº Jorge Fernandes, que é das figuras mais relevantes do ponto de vista científico neste domínio, e que a Sr.<sup>a</sup> Deputada também deve conhecer! E das pessoas que tem dado o seu contributo na formulação das posições técnicas-políticas do Estado português nas negociações internacionais e, portanto, parece-me muito incorrecto fazermos esse tipo de considerações quando os técnicos portugueses têm tido um trabalho e uma actividade muitíssimo importantes e que deveriam ser reconhecidas.

Por outro lado, penso que a Sr.<sup>a</sup> Deputada disse (não sei se foi isto que disse) que são ridículos os debates que travamos no Parlamento português.

A Sr.<sup>a</sup> Isabel Castro (Os Verdes) — É um problema da audição

A Oradora — Se foi um problema de audição, então passo à frente

O Sr José Magalhães (PS) — Ainda bem!

A Oradora — Por outro lado, dizer que o Governo não tem uma posição sobre a matéria é não saber que existe uma comissão interministerial que reflecte sobre estas questões, que está neste momento a preparar um conjunto de legislação

O Sr Luís Marques Guedes (PSD) — Estão sempre a preparar!

A Oradora — para adoptar as premissas que estão consignadas, quer no protocolo, quer antecipando a própria aplicação das disposições que estão na revisão da Directiva n.º 90/220/CEE. Por outro lado, neste momento está a ser preparada, com a participação do Governo português a conferência de Edimburgo sobre esta matéria, e um dos nossos representantes é o Prof Quintanilha. Por-

tugal participa, como membro de pleno direito, nas reuniões que estão a ser realizadas no G8 e na OCDE com vista à aprovação de um compêndio de reflexões nesta matéria. Portanto, parece-me muito incorrecto, da sua parte, actuar desta forma, num debate que nos devia fazer convergir no sentido de encontrar uma legislação eficaz e praticável.

Vamos interditar a comercialização e quais são os mecanismos que temos ao nosso alcance para agir na defesa da saúde pública e dos consumidores portugueses? Criemos o laboratório nacional de referência, fiscalizemos a actividade do Governo, criemos a comissão independente de biossegurança.

**A Sr<sup>a</sup> Lucília Ferra (PSD)** — É tudo para o futuro!

**A Oradora** — Há um conjunto de instrumentos que estão ao nosso alcance se quisermos encontrar soluções eficazes e praticáveis ao serviço da população portuguesa. Devo dizer que não estou disponível para demagogias.

Relativamente à questão colocada pela Sr<sup>a</sup> Deputada Lucília Ferra, devo dizer que as propostas que o Partido Socialista apresentou vão no sentido correcto, têm uma metodologia de transparência.

**O Sr Presidente (Narana Coissoró)** — Sr<sup>a</sup> Deputada, esgotou o seu tempo Peço-lhe que conclua

**A Oradora** — Agradeço, Sr Presidente

Sr<sup>a</sup> Deputada, sei que estamos num debate e numa Câmara política, comprehende-se e respeita-se a postura dos diferentes grupos parlamentares, mas é preciso olhar para o País e para a sua realidade. Nesse sentido, as propostas que o Partido Socialista apresenta são, do ponto de vista instrumental e político, as mais eficazes para atingir objectivos comuns nesta temática, o que parece não estar em causa.

Relembro que algumas propostas fundamentais são o debate nacional que ainda não foi feito no nosso País, a necessidade da elaboração de uma estratégia nacional sobre biotecnologia e a criação de uma comissão de biossegurança.

**O Sr Presidente (Narana Coissoró)** — Sr<sup>a</sup> Deputada, desculpe mas está a responder há 8 minutos, quando o tempo de resposta é de 3 minutos

**A Oradora** — Vou já terminar, Sr Presidente

Até lá, o despacho do Ministério da Agricultura é relevante, a comissão interministerial tem um trabalho efectivo, bem como o Ministério do Ambiente, dado que é o único que pode autorizar notificações, e no ano passado, no domínio das experimentais, apenas foram concedidos sete hectares e, neste momento, não há qualquer notificação.

As propostas do Partido Socialista vão ao encontro da declaração e das reivindicações da plataforma das organizações não governamentais.

*Aplausos do PS*

**O Sr. Presidente (Narana Coissoró)** — Sr Deputado Rosado Fernandes, V Ex<sup>a</sup> pediu a palavra para um pedido de esclarecimento, porém fê-lo fora do tempo, isto é, não pediu para o formular na altura própria.

Não quero fazer favores, mas, como o CDS-PP tem tempo, se a Câmara estiver de acordo e a Sr.<sup>a</sup> Deputada Maria

Santos não vir inconveniente, o Sr Deputado faria o seu pedido de esclarecimento

Alguém se opõe?

*Pausa*

Como ninguém se opõe, tem a palavra, Sr Deputado Rosado Fernandes

**O Sr Rosado Fernandes (CDS-PP)** — Sr Presidente, mas a Sr<sup>a</sup> Deputada Maria Santos já não tem tempo para me responder

**O Sr Presidente (Narana Coissoró)** — Sr Deputado, como o CDS-PP tem tempo, V Ex<sup>a</sup> pode dispensar alguns minutos à Sr<sup>a</sup> Deputada Maria Santos

**O Sr Rosado Fernandes (CDS-PP)** — Posso dividir o meu «enxoval» com a Sr<sup>a</sup> Deputada Como tenho 4 minutos, são 2 minutos para cada um

*Risos*

**Sr<sup>a</sup> Deputada**, com toda a sinceridade, vou dizer-lhe o que penso. Estive numa reunião sobre as hormonas com 80 sábios de todo o mundo e, de facto, percebi como eram manipuladas.

Os americanos, por exemplo, queriam convencer-nos de que a hormona fazia a costeleta de porco sem gordura, o que é uma porcaria, é, naturalmente, uma costeleta de plástico, estava lá o Presidente da Nature, que disse «a noção de não risco não existe». Levantaram-se dois problemas éticos, o que é interessante. Eles fazem sempre as hormonas onde há excedentes de carne, como fazem sempre o milho transgénico onde há excedentes de milho, como fazem praticamente todos estes progressos na biotecnologia onde a «malta» já está atulhada de produção, para baixarem o preço. Portanto, há aqui um intuito político-económico.

A verdade é que, depois, a Europa, sem grandes maneiros, cortou e proibiu, até que na OMC lhe «apertem as goelas». Não sei o que é que vai acontecer, mas estou curioso de ver o resultado na OMC, dentro de pouco tempo, e se vai ser novamente «the battle in Seattle». Vamos ver.

De todo o modo, a única forma é proibir enquanto se pode, depois, vamos ver como é e tentar ganhar, mesmo que nos acusem de protecionistas.

Sou um proteccionista desavergonhado, não tenho qualquer espécie de complexo em dizer que protejo os interesses do meu País, enquanto que há pessoas que têm grandes rebuços em dizê-lo.

**O Sr Presidente (Narana Coissoró)** — Para responder, tem a palavra a Sr.<sup>a</sup> Deputada Maria Santos

**A Sr.<sup>a</sup> Maria Santos (PS)** — Sr Presidente, Sr Deputado, foi interessante ouvi-lo. A sua intervenção permite-me corrigir uma referência à incapacidade de o Estado português fazer accionar a cláusula de salvaguarda. O que dissemos foi que, para rompermos unilateralmente com as responsabilidades que temos no quadro comunitário, temos de accionar esse mecanismo. E, neste caso, se aprovássemos as propostas que são apresentadas, o Estado português tinha de fazer prova de que existem informações re-

levantes ao nível da saúde pública e do ambiente, para nos podermos retirar do «chapéu» europeu a que nos obriga a legislação comunitária

Portanto, quero referir que que a cláusula de salvaguarda pode ser utilizada. É evidente que sim! Mas é preciso conformar essa cláusula de salvaguarda com informações científicas relevantes. A Áustria e o Luxemburgo, neste momento, têm um processo na União Europeia, porque têm de fazer prova disso.

Efectivamente, se quisermos romper unilateralmente com a aplicação do direito comunitário, podemos fazê-lo, só que temos de ter condições para fazer essa prova. Portugal, se o quiser fazer, terá de accionar esse mecanismo.

**O Sr Presidente (Narana Coissoró)** — Srs Deputados, não havendo mais inscrições.

**O Sr Francisco Louçã (BE)** — Sr Presidente, peço a palavra para uma intervenção.

**O Sr Presidente (Narana Coissoró)** — Tem a palavra, Sr Deputado.

**O Sr Francisco Louçã (BE)** — Sr Presidente, coloco-me na situação difícil de me interpor entre a vontade do jantar e a razoabilidade da argumentação. no entanto quero sublinhar aspectos que me parecem importantes neste contexto.

Compreendo que quem tenha experiência no movimento ecologista e sensibilidade em relação à biodiversidade e à ecosegurança seja particularmente partidário de uma legislação europeia. Através da adesão de Portugal à União Europeia adaptou-se o sistema legislativo português e grande parte das práticas institucionais a preocupações que eram completamente alheias na nossa intervenção.

Isso fundamenta uma preocupação de prioridade, que comprehendo e respeito. Mas, apesar de tudo, creio que já não estamos no tempo das cavernas e que o próprio facto de se ter feito cumulativamente esse esforço educou, obrigou, fez reflectir e fez ponderar novas razões que aqui nos colocam num patamar distinto. Portanto, uma reacção por tradição é, deste ponto de vista, conservadora e arrisca-se a ser prejudicial.

Tanto mais que os processos paralelos que estamos a discutir — aquele que tentamos iniciar ou em que tentamos viver, de deliberação na Assembleia da República, e, simultaneamente, o processo comunitário e o processo internacional, que foi projectado pela Convenção sobre a Biossegurança, de Montreal — devem conjugar-se em actuação.

Creio que, desse ponto de vista, a posição do Partido Socialista, através da resposta da Sr<sup>a</sup> Deputada Maria Santos, é demasiado limitada para aquilo que já podemos fazer.

Quero intervir a este respeito de uma forma tão prudente quanto possível, porque o meu objectivo é facilitar os argumentos ou argumentar de tal modo que possa ser estabelecida uma plataforma de entendimento e de convergência suficientemente maioritária nesta Assembleia que não seja vetada por uma maioria, como a de que dispõe o Partido Socialista.

Começo, por isso, por lhe observar que os seus argumentos, aduzidos com um sorriso — que naturalmente usa e lhe fica tão bem —, foram cargas de profundidade demasiado pouco justificadas. Dizer que haveria «um vazio le-

gal», que seria criado, com a aprovação de projectos, «um contencioso comunitário». Lembro-lhe que chegou a falar de «honestidade intelectual e política», o que, enfim, devido à hora adiantada, não suscitou demasiadas preocupações de defesas de honra, porque, provavelmente, isto deveria ser dirimido no debate político, mas é, apesar de tudo, uma carga de profundidade muito poderosa. Chegou a falar de «romper» com a Comunidade.

Temos um conjunto de países, não só a Áustria e o Luxemburgo, que citou, mas também a Dinamarca, o Reino Unido, a França, a Grécia, que tomaram iniciativas de moratórias ou de entendimentos parcelares com a indústria, mas também de moratórias unilaterais, no sentido de impor medidas, que agora nos recomenda que não levemos à prática em nome de uma esperança. Ora, se levamos a sério não só o princípio geral da precaução mas, justamente, essa saudação que se faz à deliberação que é tomada em Montreal, argumentamos ou aceitarmos o princípio da prudência urgente. E é isso que estamos aqui a discutir.

Passando a exemplos concretos, foi aceite em Montreal um compromisso — com o qual estou de acordo, mas é um compromisso! — sobre a rotulagem, o de que deveria ser introduzido, por uma questão de viabilizar o acordo, o princípio da introdução na rotulagem da formulação «pode conter OGM», quando, tanto na directiva que está em elaboração, como no princípio comunitário e no Livro Verde sobre a Segurança Alimentar, é dito concretamente que o bom princípio da rotulagem é «contém ( )» ou «não contém ( )».

Mas, ao introduzirmos esse compromisso para viabilizar o princípio, a traçabilidade foi prejudicada, havendo, portanto, a partir de agora, uma contradição entre o Protocolo de Montreal e a possível futura directiva da Comunidade Europeia. E isto tem de ser tratado, nomeadamente impondo aquilo que ambos os acordos (o acordo e a directiva) — sublinho isto — admitem, que é o princípio da responsabilidade nacional (Protocolo de Montreal, artigos 10º e 11º). Na redacção provisória da directiva é dito «As disposições da presente Directiva não prejudicam as legislações nacionais em matéria de responsabilidade». Ora, isto é um argumento a favor de que tomemos essa iniciativa.

O que o Partido Socialista nos propõe, argumentado pela Sr<sup>a</sup> Deputada, como uma aplicação antecipada destes progressos e como «propostas mais eficazes para levar à prática os objectivos coniuns» é mera retórica, e preocupação, e entendimento, e seguimento, «acompanhamento» parlamentar, «realizar um debate nacional», «criar uma comissão», «elaborar uma estratégia», tudo isso é correcto, mas não é ainda acção.

A Sr<sup>a</sup> Deputada argumentou que a acção já era possível, dado já termos um entendimento suficiente na comunidade internacional, dentro, naturalmente, da diversidade de opiniões que ai se formulam.

A razão pela qual (e com isto termo) me parece não ter sentido o Partido Socialista vetar os projectos que estão em causa sem sequer os discutir na especialidade — foi esse o sentido da sua argumentação — e impor-nos a esperar em relação à directiva comunitária. É que isso cria, em minha opinião, dois erros: primeiro, nada argumenta a favor da espera, em segundo lugar, na página 11 do ponto 54 desta directiva, diz-se que quando se coloca no mercado um produto com base nos OGM «nenhum Estado-membro pode impedir a sua colocação no mercado». Ora, isso conflita com o prin-

cípio da responsabilidade, e é desse ponto de vista que devemos agora tomar uma acção, mesmo que a vamos rever quando se tratar da transposição

Para concluir, lembro-lhe ainda que, por exemplo, a DECO já sublinhou — e isso deveria alertar-nos sobre o princípio da urgência e da responsabilidade — que há vários produtos nos supermercados, em Portugal, que incorporam OGM: por exemplo, as salsichas Isidoro, entre muitos outros. Ora, nós podemos, ou não, ser passivos em relação a isso e opor, hoje, a essa realidade estudos, relatórios, pareceres, comissões, etc. Mas a realidade continua! E ou há urgência ou não há urgência! Por isso, creio que devemos tomar uma medida, sem prejuízo, nem da discussão na especialidade, nem da reconsideração na altura em que houver directivas comunitárias ou outra legislação de fundo que possamos aprovar e que, naturalmente, conterá com o nosso voto

O Sr Presidente (Narana Coissoró) — Dado não haver mais inscrições, está encerrado o debate.

Srs Deputados, a próxima sessão terá lugar amanhã, pelas 15 horas, sendo a ordem de trabalhos constituída pela interpelação ao Governo n.º 2/VIII, de iniciativa do CDS-PP.

Srs. Deputados, está encerrada a sessão

*Eram 20 horas e 45 minutos*

Entraram durante a sessão os seguintes Srs Deputados

Partido Socialista (PS)

Luis Miguel Gomes Miranda Teixeira  
Manuel Joaquim Barbosa Ribeiro

Partido Comunista Português (PCP)

Maria Odete dos Santos

Partido do Centro Democrático Social — Partido Popular (CDS-PP)

Telmo Augusto Gomes de Noronha Correia

Faltaram à sessão os seguintes Srs. Deputados.

Partido Socialista (PS)

Carlos Alberto

Cláudio Ramos Monteiro

Eduardo Ribeiro Pereira

Jorge Manuel Gouveia Strecht Ribeiro

José Alberto Rebelo dos Reis Lamego

José Aurélio da Silva Barros Moura

José Eduardo Vera Cruz Jardim

Partido Social Democrata (PSD)

António Paulo Martins Pereira Coelho

Carlos Manuel de Sousa Encarnação

José Luís Fazenda Arnaut Duarte

José Manuel Durão Barroso

Luis Manuel Gonçalves Marques Mendes

Maria Eduarda de Almeida Azevedo

Maria Manuela Aguiar Dias Moreira

Maria Teresa Pinto Basto Gouveia

Nuno Miguel Marta de Oliveira da Silva Freitas

Pedro Miguel de Azeredo Duarte

Partido Comunista Português (PCP)

Agostinho Nuno de Azevedo Ferreira Lopes

Partido do Centro Democrático Social — Partido Popular (CDS-PP)

Silvio Rui Neves Correia Gonçalves Cervan

A DIVISÃO DE REDAÇÃO E APOIO AUDIOVISUAL



*Depósito legal n.º 8818/85*

IMPRENSA NACIONAL-CASA DA MOEDA, S. A.

1 — Preço de página para venda avulso, 10\$00 (IVA incluído)

2 — Para os novos assinantes do *Diário da Assembleia da República*, o período da assinatura será compreendido de Janeiro a Dezembro de cada ano. Os números publicados em Outubro, Novembro e Dezembro do ano anterior que completam a legislatura serão adquiridos ao preço de capa

3 — O texto final impresso deste *Diário* é da responsabilidade da Assembleia da República

**PREÇO DESTE NÚMERO 480\$00 (IVA INCLUIDO 5%)**